

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**LEILAINÉ DE FÁTIMA FERREIRA**

**QUALIDADE AMBIENTAL DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE  
SOCIAL NOS BAIRROS SOL NASCENTE E CANAÃ II EM  
ITUIUTABA/MG**

**UBERLÂNDIA**

**2016**

**LEILAINE DE FÁTIMA FERREIRA**

**QUALIDADE AMBIENTAL DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE  
SOCIAL NOS BAIRROS SOL NASCENTE E CANAÃ II EM  
ITUIUTABA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

**Área de Concentração:** Análise, Planejamento e Gestão Ambiental.

**Orientadora:** Prof. Dr. Paulo Cezar Mendes.

**UBERLÂNDIA**

**2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

F383q  
2016      Ferreira, Leilaine de Fátima, 1990-  
Qualidade ambiental das habitações de interesse social nos bairros  
Sol Nascente e Canaã II em Ituiutaba/MG / Leilaine de Fátima Ferreira. -  
2016.  
196 f. : il.

Orientador: Paulo Cezar Mendes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Planejamento urbano - Aspectos ambientais  
- Ituiutaba (MG) - Teses. 3. Gestão ambiental - Ituiutaba(MG) - Teses. 4.  
Conjuntos habitacionais - Aspectos ambientais - Teses. I. Mendes, Paulo  
Cezar, 1972-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1

*A Deus pela vida e por seu infinito amor.  
A minha família pelo carinho, incentivo e compreensão.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço a **Deus** pela minha vida, por sua proteção, amor e misericórdia. Pelas vitórias e conquistas, pois Ele me deu força nos dias difíceis e colocou pessoas certas em meu caminho.

A meus pais, **Edmilson José Ferreira** e **Silvana de Fátima Souza Ferreira**, pelo amor a mim dedicado nestes anos de vida, pelo apoio em todas as minhas escolhas e por não medirem esforços para que meus sonhos possam ser realizados.

A meu orientador, **Paulo Cezar Mendes**, pela amizade, confiança, paciência, conselhos e apoio nesta trajetória acadêmica. Por contribuir para a concretização deste trabalho, através de seu conhecimento e experiência.

A meu companheiro, **João Ronaldo Silva Costa Junior**, por dividir todos estes momentos comigo, pelo seu amor, paciência e motivação.

A minha irmã **Nilaine de Fátima Ferreira dos Santos** e meus sobrinhos **Victor Hugo Ferreira dos Santos** e **Thialy Rodrigues Ferreira dos Santos** por estarem comigo em todos os momentos de minha vida.

Agradeço a **Luciana Domingues Chaves**, **Andressa Soares Guimarães**, **Fátima de Paula Oliveira** e **Francielle de Siqueira Castro** pela amizade que perdurará por muitos anos e por serem o ombro amigo que sempre utilizarei para desabafar.

A **Danniella Carvalho dos Santos** e **Karine Beatriz Pinheiro Fernandes**, as amigas que fiz durante a pós-graduação e que compartilharam das dificuldades e sucessos ao longo destes dois anos.

A minha eterna orientadora e amiga **Gerusa Gonçalves Moura**, pelos ensinamentos ao longo da graduação que refletiram positivamente no desenvolvimento desta dissertação de mestrado, pelas contribuições e sugestões.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** pelo financiamento da pesquisa, sem este apoio o trabalho não poderia ser concretizado.

A **Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Ituiutaba**, pelas informações fornecidas e em especial a **Naila Arantes de Castro** pela atenção, confiança e contribuição.

Aos **moradores dos Conjuntos Habitacionais Sol Nascente e Canaã II** por terem apoiado e se prontificado a participarem da pesquisa respondendo aos questionários.

Aos professores **Samuel Carmo Lima, Beatriz Ribeiro Soares e Winston Kleiber de Almeida Barcelar** do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pelas sugestões e correções propostas durante as bancas de defesa de projeto e qualificação.

Aos demais que participaram direta e indiretamente da minha formação e idealização deste trabalho.

A todos vocês, o meu muito obrigada!

[...] a sociedade humana depende para o seu bem-estar, da consideração não só dos parâmetros éticos e sociais, mas também dos fatores ambientais[...] (NUCCI, 1998, p.209).

# **QUALIDADE AMBIENTAL DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NOS BAIRROS SOL NASCENTE E CANAÃ II EM ITUIUTABA/MG**

## **RESUMO**

A pesquisa objetiva analisar a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais de interesse social Sol Nascente e Canaã II construídos, respectivamente, pelo BNH e PMCMV na cidade de Ituiutaba/MG. Justifica-se primeiramente por sua relevância social e ambiental, pois a Geografia possibilita um aprofundamento dos estudos que relacionam ambiente urbano e saúde, através da análise espacial e subjetiva, bem como, pela necessidade de proposição de soluções para os problemas ambientais e sociais originários da apropriação do homem sobre o meio ambiente natural. Para tanto foram seguidos quatro procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; coleta de dados (pesquisa documental, observação direta e questionário); elaboração de mapas, cartogramas, gráficos, quadros e tabelas; e análise da qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II. Constatou-se que, apesar da população ter realizado o sonho da casa própria em períodos e programas distintos, a não execução de obras de infraestruturas e implantação de serviços básicos são considerados elementos fundamentais de prejuízo a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais, bem como as próprias atitudes dos moradores que contribuem para o comprometimento do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Qualidade ambiental; Conjuntos habitacionais; Ituiutaba/MG; Sol Nascente; Canaã II.



# **ENVIRONMENTAL QUALITY OF INTEREST IN SOCIAL HOUSING NEIGHBORHOODS SOL NASCENTE AND CANAÃ II IN ITUIUTABA / MG**

## **ABSTRACT**

The research aims to analyze the environmental quality of cluster housing set of social interest Sol Nascente and Canaã II built respectively by BNH and PMCMV in the city of Ituiutaba / MG. Justified primarily for its social and environmental relevance, because geography allows a deepening of studies linking urban environment and health through space and subjective analysis, as well as the need for solutions proposition for the environmental and social problems originating in appropriation of man on the natural environment. Therefore, we followed four methodological procedures: literature review; data collection (documentary research, direct observation and questionnaire); preparation of maps, cartograms, graphs and tables; and analysis of the environmental quality of Cluster housing Sol Nascente and Canaã II. It was found that although the population has realized the dream of home ownership in periods and different programs, the non execution of works of infrastructure and implementation of basic services are considered essential elements of damage to environmental quality of cluster housing, as well as their own attitudes of residents who contribute to the impairment of the environment.

**Keywords:** Environmental Quality; Cluster housing; Ituiutaba/MG; Sol Nascente ; Canaã II.

## **LISTA DE CARTOGRAMAS**

CARTOGRAMA 1- Ituiutaba/MG: localização dos conjuntos habitacionais .....	90
CARTOGRAMA 2- Ituiutaba/MG: conjunto habitacional Sol Nascente e Canaã II .....	93
CARTOGRAMA 3- Ituiutaba/MG: uso do solo no conjunto habitacional Sol Nascente .....	104
CARTOGRAMA 4- Ituiutaba/MG: uso do solo no conjunto habitacional Canaã II .....	144

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1-Variáveis das classes de análises das categorias “sociedade e natureza” na paisagem urbana .....	65
FIGURA 2-Indicadores ambientais .....	66
FIGURA 3- Ituiutaba/MG: Vista da ponte antiga sobre o rio Tijuco, 2014.....	83
FIGURA 4- Ituiutaba/MG: Vista aérea da área urbana, 2014 .....	84

## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Rua Diva Paranaíba de Andrade .....	94
IMAGEM 2- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Avenida dos Boiadeiros próxima ao Córrego do Carmo .....	97
IMAGEM 3- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Rua Antônio Caetano de Novais com Alfredo Machado de Moraes.....	98
IMAGEM 4- Conjunto Habitacional Canaã II: Rua C17 .....	99
IMAGEM 5- Conjunto Habitacional Canaã II: Rua C9 próxima ao Córrego Sujo ..	100
IMAGEM 6 - Conjunto Habitacional Sol Nascente: propriedade rural .....	103
IMAGEM 7- Conjunto Habitacional Sol Nascente: local onde se realiza leilão de gado .....	103
IMAGEM 8- Conjunto Habitacional Sol Nascente: moradia com comércio.....	105
IMAGEM 9- Conjunto Habitacional Sol Nascente: moradia com comércio.....	106
IMAGEM 10- Conjunto Habitacional Sol Nascente: escola municipal.....	107
IMAGEM 11- Conjunto Habitacional Sol Nascente: unidade básica de saúde .....	107
IMAGEM 12- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Praça Senador Nogueira da Gama .....	108
IMAGEM 13- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Praça Professor Laurindo .....	109
IMAGEM 14- Conjunto Habitacional Sol Nascente: área verde .....	110
IMAGEM 15- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Córrego do Carmo.....	111
IMAGEM 16- Conjunto Habitacional Sol Nascente: arquitetura das moradias implantadas em 1980 com ampliação de garagem, muro e portão.....	112
IMAGEM 17- Conjunto Habitacional Sol Nascente: moradia transformada.....	113
IMAGEM 18- Conjunto Habitacional Sol Nascente: modelo mais utilizado de moradia construída pelo BNH em estado de abandono.....	114

IMAGEM 19- Conjunto Habitacional Sol Nascente: modelo de moradia utilizado pelo BNH com muro e portão em estado de abandono .....	114
IMAGEM 20- Conjunto Habitacional Sol Nascente: academia ao ar livre na praça (ao lado centro comunitário).....	121
IMAGEM 21- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Entulho na praça da destruição da quadra esportiva.....	135
IMAGEM 22- Conjunto Habitacional Canaã II: área de expansão urbana (novo residencial a ser implantado) .....	142
IMAGEM 23- Conjunto Habitacional Canaã II: área periférica propriedade rural ..	143
IMAGEM 24- Conjunto Habitacional Canaã II: supermercado .....	145
IMAGEM 25- Conjunto Habitacional Canaã II: depósito de gás .....	146
IMAGEM 26- Conjunto Habitacional Canaã II: terreno a venda .....	147
IMAGEM 27- Conjunto Habitacional Canaã II: casa em construção .....	148
IMAGEM 28- Conjunto Habitacional Canaã II: área institucional.....	149
IMAGEM 29- Conjunto Habitacional Canaã II: área destinada a praça.....	149
IMAGEM 30- Conjunto Habitacional Canaã II: área verde próxima a empresa de agronegócio .....	148
IMAGEM 31- Conjunto Habitacional Canaã II: área verde próxima ao Ribeirão São José .....	151
IMAGEM 32- Conjunto Habitacional Canaã II: Ribeirão São José .....	150
IMAGEM 33- Conjunto Habitacional Canaã II: modelo de casa embrião mais implantado no local .....	153
IMAGEM 34- Conjunto Habitacional Canaã II: modelo de casa embrião alternativo .....	153
IMAGEM 35- Conjunto Habitacional Canaã II: moradia modificada .....	154
IMAGEM 36- Conjunto Habitacional Canaã II: arborização, 2016 .....	160
IMAGEM 37- Conjunto Habitacional Canaã II: despejo inadequado de lixo doméstico e de construção em área verde, 2016.....	163

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Conjunto Habitacional Sol Nascente: espaços livres de uso coletivo, 2015 .....	128
GRAFICO 2- Conjunto Habitacional Sol Nascente: consideração sobre a limpeza, 2015 .....	131
GRÁFICO 3- Conjunto Habitacional Sol Nascente: qualidade da água, 2015 .....	137
GRÁFICO 4- Conjunto Habitacional Canaã II: consideração sobre a limpeza, 2015 .....	163
GRÁFICO 5- Conjunto Habitacional Canaã II: qualidade da água, 2015 .....	171

## **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1- Ituiutaba/MG: mapa de localização do município de Ituiutaba na Microrregião de Ituiutaba/MG, 2013.....	81
--	----

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Programas do BNH para a população com renda mais baixa .....	43
QUADRO 2- Número de financiamentos habitacionais concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH/BNH) - 1964-86 (julho) .....	45
QUADRO 3- Faixas de renda do PMCMV por fase .....	51
QUADRO 4- Subprogramas do PMCMV .....	51
QUADRO 5- Total de habitações entregues e contratadas pelo PMCMV 1 e 2 em até abril/2014.....	53
QUADRO 6 – Ituiutaba/MG: relação de conjuntos habitacionais criados de 1957 a 2013 .....	91
QUADRO 7- Ituiutaba/MG: distribuição da área do conjunto habitacional Sol Nascente .....	96
QUADRO 8- Ituiutaba/MG: distribuição da área total do empreendimento Canaã II em Ituiutaba (MG), 2009.....	100
QUADRO 9- Conjunto Habitacional Sol Nascente: infraestrutura e serviços existentes no conjunto habitacional, 2015.....	120
QUADRO 10- Conjunto Habitacional Sol Nascente: meios de transporte utilizado no dia-a-dia dos entrevistados, 2015 .....	122
QUADRO 11- Conjunto Habitacional Sol Nascente: importância da área verde para moradores do conjunto habitacional Sol Nascente.....	127
QUADRO 12- Conjunto Habitacional Sol Nascente: pontos favoráveis, 2015 .....	133
QUADRO 13- Conjunto Habitacional Sol Nascente: pontos desfavoráveis, 2015...	134
QUADRO 14- Conjunto Habitacional Sol Nascente: principais ameaças ao meio ambiente, 2015 .....	138
QUADRO 15- Conjunto Habitacional Sol Nascente: atitudes que os moradores adotam para ajudar o meio ambiente, 2015.....	139



QUADRO 16- Conjunto Habitacional Sol Nascente: sugestões para a melhorar da qualidade do meio ambiente no conjunto habitacional Sol Nascente, 2015 .....	141
QUADRO 17- Conjunto Habitacional Canaã II: infraestrutura e serviços existentes no conjunto habitacional, 2015.....	159
QUADRO 18- Conjunto Habitacional Canaã II: meios de transporte utilizado no dia-a-dia dos entrevistados, 2015.....	160
QUADRO 19- Conjunto Habitacional Canaã II: importância da área verde para moradores do conjunto habitacional Canaã II .....	164
QUADRO 20- Conjunto Habitacional Sol Canaã II: pontos favoráveis, 2015 .....	168
QUADRO 21- Conjunto Habitacional Canaã II: pontos desfavoráveis, 2015 .....	169
QUADRO 22- Conjunto Habitacional Canaã II: principais ameaças ao meio ambiente, 2015 .....	171
QUADRO 23- Conjunto Habitacional Canaã II: atitudes que os moradores adotam para ajudar o meio ambiente, 2015 .....	173
QUADRO 24- Conjunto Habitacional Canaã II: sugestões para a melhorar da qualidade do meio ambiente no conjunto habitacional Canaã II, 2015 .....	174

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Ituiutaba/ MG: evolução da população total, e percentual da população urbana e rural (1950-2010).....	88
TABELA 2- Conjunto Habitacional Sol Nascente: distribuição de entrevistados por gênero, 2015 .....	115
TABELA 3- Conjunto Habitacional Sol Nascente: distribuição de entrevistados por faixa etária, 2015 .....	116
TABELA 4- Conjunto Habitacional Sol Nascente: situação profissional dos entrevistados, 2015 .....	117
TABELA 5- Conjunto Habitacional Sol Nascente: renda familiar dos entrevistados, 2015 .....	117
TABELA 6- Conjunto Habitacional Sol Nascente: anos de residência no imóvel, 2015 .....	118
TABELA 7- Conjunto Habitacional Sol Nascente: situação de propriedade do imóvel, 2015 .....	118
TABELA 8- Conjunto habitacional Sol Nascente: quantidade de pessoas que vivem nas residências dos entrevistados, 2015.....	119
TABELA 09- Conjunto Habitacional Sol Nascente: local de trabalho dos entrevistados, 2015 .....	123
TABELA 10- Conjunto Habitacional Sol Nascente: necessidade de ir constantemente ao centro da cidade para adquirir bem e serviços, 2015.....	123
TABELA 11- Conjunto Habitacional Sol Nascente: tempo gasto do conjunto habitacional ao centro da cidade, 2015 .....	124
TABELA 12- Conjunto Habitacional Sol Nascente: situação das ruas do conjunto habitacional para o centro da cidade, 2015.....	124
TABELA 13- Conjunto Habitacional Sol Nascente: classificação da arborização pelos entrevistados, 2015 .....	125

TABELA 14- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de área verde, 2015 .....	126
TABELA 15- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de espaços de lazer, 2015 .....	128
TABELA 16- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência e intensidade dos ruídos (de indústria, trânsito, vizinhança, entre outros) no conjunto habitacional, 2015.....	129
TABELA 17- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de alagamento e enchentes, 2015 .....	130
TABELA 18- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de queimadas frequentes, 2015 .....	130
TABELA 19- Conjunto Habitacional Sol Nascente: excesso de poeira, 2015 .....	131
TABELA 20- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existe violência no conjunto habitacional?, 2015.....	136
TABELA 21- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Você considera o ar que respira poluído?, 2015 .....	136
TABELA 22: Conjunto Habitacional Sol Nascente: a avaliação das questões ambientais no conjunto habitacional Sol Nascente, 2015.....	138
TABELA 23- Conjunto habitacional Sol Nascente: qualidade de vida no conjunto habitacional, 2015.....	140
TABELA 24- Conjunto Habitacional Canaã II: distribuição de entrevistados por gênero, 2015 .....	155
TABELA 25- Conjunto Habitacional Canaã II: distribuição de entrevistados por faixa etária, 2015 .....	155
TABELA 26- Conjunto Habitacional Canaã II situação profissional dos entrevistados, 2015 .....	156
TABELA 27- Conjunto Habitacional Canaã II: renda familiar dos entrevistados, 2015 .....	156
TABELA 28- Conjunto Habitacional Canaã II: anos de residência no imóvel, 2015 .....	157

TABELA 29- Conjunto Habitacional Canaã II: situação de propriedade do imóvel, 2015 .....	157
TABELA 30- Conjunto habitacional Canaã II: quantidade de pessoas que vivem nas residências dos entrevistados, 2015.....	158
TABELA 31- Conjunto Habitacional Canaã II: local de trabalho dos entrevistados, 2015 .....	160
TABELA 32- Conjunto Habitacional Canaã II: necessidade de ir constantemente ao centro da cidade para adquirir bem e serviços, 2015.....	161
TABELA 33- Conjunto Habitacional Canaã II: tempo gasto do conjunto habitacional ao centro da cidade, 2015 .....	161
TABELA 34- Conjunto Habitacional Canaã II: situação das ruas do conjunto habitacional para o centro da cidade, 2015 .....	162
TABELA 35- Conjunto Habitacional Canaã II: classificação da arborização pelos entrevistados, 2015 .....	162
TABELA 36- Conjunto Habitacional Canaã II: existência de área verde, 2015.....	163
TABELA 37- Conjunto Habitacional Canaã II: existência e intensidade dos ruídos (de indústria, trânsito, vizinhança, entre outros) no conjunto habitacional, 2015 .....	164
TABELA 38- Conjunto Habitacional Canaã II: existência de alagamento e enchentes, 2015 .....	165
TABELA 39- Conjunto Habitacional Canaã II: existência de queimadas frequentes, 2015 .....	165
TABELA 40- Conjunto Habitacional Canaã II: excesso de poeira, 2015.....	166
TABELA 41- Conjunto Habitacional Canaã II: existe violência no conjunto habitacional? 2015 .....	170
TABELA 42- Conjunto Habitacional Canaã II: Você considera o ar que respira poluído? 2015 .....	170
TABELA 43: Conjunto Habitacional Canaã II: a avaliação das questões ambientais no conjunto habitacional Canaã II, 2015 .....	172

TABELA 44- Conjunto habitacional Canaã II: qualidade de vida no conjunto habitacional, 2015.....	173
--	-----

## **LISTA DE SIGLAS**

APP - Área de Proteção Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensões

CDC- Convenção sobre os Direitos das Crianças

CEF – Caixa Econômica Federal

CF – Constituição Federal

COHAB – Companhia de Habitação

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada

DESC - Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECO - Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCP - Fundação da Casa Popular

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FICAM- Programa de Financiamento da Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria da Habitação de Interesse Social

FIMACO - Programa de Materiais de Construção

FINANSA - Financiamento para o Saneamento

HABITAT-Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICM - Instituto Chico Mendes

INOCOOPS - Institutos de Orientação às Cooperativas

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MAS - Ministério da Ação Social

MBES - Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social

MDU - Ministério do Desenvolvimento Urbano

MHU - Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano

NEPA - Política Ambiental Americana

OGU - Orçamento Geral da União

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento PAR - Programa de Arrendamento Residencial

PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação

PIB - Produto Interno Bruto

PLANHAB - Plano Nacional de Habitação

PLANHAP - Plano Nacional de Habitação Popular

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNH - Política Nacional de Habitação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

P/PRON - Instituto, Hipoteca, Emp

PT - Partido dos Trabalhadores

PRODEPO - Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Polos Econômicos

PROFILURB - Programa de Financiamento do Lote Urbanizado

PROMORAR - Programa de Erradicação de Subhabitação

PROSIN - Programa Nacional para o Trabalhador Sindicalizado

RECUM- Refinanciamento ou Financiamento ao Consumidor de Materiais de Construção

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEPUR - Secretaria de Política Urbana

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SFI - Sistema Financeiro Imobiliário

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNH - Secretaria Nacional de Habitação

SUS - Sistema Único de Saúde

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Criança



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1- MORADIA POPULAR E MEIO AMBIENTE NO BRASIL .....	30
1.1- O problema da falta de moradia e as políticas habitacionais .....	30
1.2- Meio ambiente, qualidade ambiental e percepção ambiental.....	55
1.2.1- Avaliação da qualidade ambiental urbana.....	63
1.2.2- Qualidade ambiental e subjetividade.....	66
CAPÍTULO 2- METODOLOGIA .....	71
2.1- Método da pesquisa: quantitativo e qualitativo.....	71
2.2- Procedimentos metodológicos .....	75
CAPÍTULO 3- ÁREA DE ESTUDO .....	81
3.1- O panorama da habitação de interesse social .....	87
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA QUALIDADE AMBIENTAL DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS SOL NASCENTE E CANAÃ II .....	102
4.1- Conjunto habitacional Sol Nascente .....	102
4.2- Conjunto habitacional Canaã II.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	175
REFERÊNCIAS .....	181
ANEXOS .....	194

## INTRODUÇÃO

A expansão das atividades industriais resultaram em mudanças significativas nos padrões produtivos e nas dinâmicas populacionais. Assim, o homem passou a ter maior capacidade para usar os recursos naturais, de acordo com suas necessidades e alterar o meio ambiente onde vive (SILVA; TRAVASSOS, 2008, p.28).

As cidades são o principal palco destas transformações por ser onde estabeleceu-se de fato as indústrias, atraídas pela maior disposição de capital e força de trabalho (SPOSITO, 2000, p. 43). Com a acelerada e desordenada urbanização das cidades, impulsionada por esta industrialização, o desenvolvimento urbano surge como um tema fortemente discutível, principalmente sob o enfoque ambiental (MINAKI; AMORIM, 2012, p.230).

Com a importância atual dada ao tema ambiental, a geografia se vê cheia de responsabilidade por ser uma ciência que tem por finalidade analisar a relação natureza-sociedade, tendo uma grande capacidade pelas suas escalas de análise e interdisciplinaridade. No estudo da qualidade ambiental necessária para a vida humana, a geografia é instrumento para o apontamento e cooperação quanto da proposição de soluções aos problemas ambientais urbanos.

Neste sentido, o presente estudo justifica-se primeiramente por sua relevância social e ambiental, pois a Geografia possibilita um aprofundamento dos estudos que relacionam ambiente urbano e saúde, através da análise espacial e subjetiva. Bem como, pela necessidade de proposição de soluções para os problemas ambientais e sociais originários da apropriação do homem sobre o meio ambiente natural.

Como a industrialização e urbanização acelerada das cidades brasileiras, a qualidade ambiental foi comprometida, pois surgiram e/ou ampliaram vários problemas socioambientais. Assim, atualmente, há uma preocupação por parte dos pesquisadores e da própria população sobre a qualidade ambiental dos lugares, uma vez que esta é complexa, pois engloba vários aspectos, tais como os físicos, sociais, econômicos, políticos, biológicos e estéticos que influenciam diretamente no meio ambiente, na saúde e bem-estar dos seres humanos.

A maior demanda por espaço físico, por infraestruturas e equipamentos nas cidades, desencadearam problemas urbanos que atingem de forma mais intensa a classe pobre da população, que são submetidas aos lugares mais afastados e desprovidos de equipamentos públicos. Desta forma, estão mais vulneráveis aos problemas ambientais e sociais urbanos que

resultam principalmente da falta de planejamento do espaço físico, má distribuição de renda, além da própria ausência de conscientização da população que é um elemento comprometedor deste meio ambiente.

Dentre os problemas sociais das cidades encontram-se o desemprego; falta ou precarização de habitação, educação e saúde; desigualdade social; violência e criminalidade. Os problemas ambientais urbanos são, por exemplo, a falta de áreas verdes; desmatamento; assoreamento de cursos d'água; usos inapropriadas de espaços para depósito de lixo e entulho; formação de ilhas de calor; poluição do ar, sonora e da água (LIMA, 2013, p.55).

O movimento por cidades saudáveis, difundidos e implementados pelas políticas públicas urbanas da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), procura responder as mudanças decorrentes da globalização, da urbanização acelerada e dos arranjos políticos e institucionais (WESTPHAL; MENDES, 2000, p.47).

Segundo a OMS (1986) uma cidade é saudável quando há uma articulação entre os atores sociais (governos, partidos políticos, sindicatos, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições públicas e privadas, famílias e indivíduos) que tem por objetivo a orientação de suas ações direcionadas à produção coletiva da saúde para melhorar a qualidade de vida da população (CORDEIRO, 2008, p.79).

Assim, o planejamento do espaço urbano deve considerar o ambiente como um todo, levando em conta não somente os aspectos sociais e econômicos, mas também os ambientais (LIMA, 2013, p.51). As transformações da natureza nas cidades, sem considerar a sua capacidade de suporte, bem como a própria falta de infraestrutura e serviços urbanos, diminuem a qualidade ambiental e compromete a qualidade de vida da população (LIMA, 2007, p.12).

A qualidade ambiental, que se relaciona as condições ambientais do meio urbano é reflexo das ações dos seres humanos, que estão atreladas a sua própria qualidade de vida. Sendo que cada indivíduo e/ou grupo de indivíduos, devido a seus aspectos socioculturais, à percebe de uma forma, tendo demandas específicas, respaldadas em concepções de vida, desejos e necessidades culturalmente construídos (BORJA, 1998, p.4).

A tomada de consciência do ambiente pelos seres humanos, ou seja, o ato de perceber o meio ambiente em que vive, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo é definida como

percepção ambiental (FAGGIONATO, 2002 apud FERNANDES et al., 2004, p.1), sendo que cada sujeito percebe, reage e responde de forma diferente as ações sobre o meio ambiente em que vive, cujas as respostas e manifestações são oriundas das percepções individuais e coletivas, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas individuais.

O estudo da percepção ambiental é importante para que se compreenda a inter-relação entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações/insatisfações, condutas e julgamentos (FERNANDES et al., 2004, p.1). A percepção ambiental também é uma importante ferramenta para a compreensão dos lugares, sendo que a qualidade ambiental pode resultar da experiência dos moradores das cidades.

Para o estudo da qualidade ambiental urbana torna-se necessário refletir sobre os habitantes/grupos que vivem nas cidades, que são de diferentes faixas etárias, econômicas e culturais, bem como as deficiências físicas, a fim de que suas necessidades específicas sejam discutidas e supridas para se alcançar um patamar de satisfação e bem-estar para todos.

A qualidade ambiental configura-se como um elemento de extrema importância para a avaliação das condições que os espaços urbanos podem oferecer a população (MINAKI; AMORIM, 2012, p.229). Além disso, a análise da qualidade ambiental auxilia na formulação e desenvolvimento de políticas públicas que possibilitam um processo de urbanização que não prejudique a natureza e nem comprometa a qualidade dos ambientes urbanos.

Como o acesso a moradia não é para todos, pois o solo urbano é uma mercadoria do sistema econômico Capitalista, devido ao valor a este agregado, optou-se nesta pesquisa por trabalhar com a qualidade ambiental em conjuntos habitacionais de interesse social que é um espaço que necessita de estudos e ações em prol das melhorias de condições de vida, pois as famílias procuram sair do aluguel ou de uma condição de moradia precária ou irregular.

A manutenção da qualidade ambiental em conjuntos habitacionais, primeiramente é responsabilidade da administração pública através da disposição de moradias para aqueles que possuem poucos recursos econômicos; de áreas verdes; lazer; infraestruturas e serviços. Posteriormente é dos moradores cujas ações refletem no meio ambiente, tornando ou não um lugar agradável e adequada as necessidades desta população.

Assim, a pesquisa objetiva analisar a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais de interesse social Sol Nascente e Canaã II construídos, respectivamente, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade de Ituiutaba/MG. Este trabalho objetiva também apresentar o processo evolutivo brasileiro da moradia popular

no contexto do avanço das discussões ambientais; caracterizar a área de estudo sob a ótica história e geográfica; identificar a percepção dos moradores dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, em relação a qualidade ambiental dos locais onde vivem; e avaliar a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II.

Ao longo de sua história o município de Ituiutaba/MG recebeu 30 empreendimentos habitacionais, destinados a classe pobre da população, financiado por programas habitacionais brasileiros, sendo que os mais representativos foram o BNH e PMCMV. Destes dois programas habitacionais os conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II são os mais representativos quanto ao número de moradias construídas, respectivamente, 330 e 524 unidades e cuja a renda da população beneficiada no período de implantação era de 0 a 3 salários mínimos.

Neste contexto, este trabalho foi estruturado em uma introdução, três capítulos e considerações finais. A introdução apresentou de forma breve o assunto retratado, bem como os objetivos gerais e específicos, justificativa e relevância da pesquisa.

No Capítulo 1, intitulado “Moradia Popular e Meio Ambiente no Brasil”, foi discutido sobre a falta de moradia, políticas habitacionais, BNH, PMCMV, ambiente urbano, qualidade ambiental, qualidade de vida, lugar, espaço e percepção ambiental. Para isso utilizou-se de autores que debateram em seus trabalhos estes assuntos como Rodrigues (2003), Bonduki (1998), Azevedo e Andrade (1982), Santos (1999), Cardoso e Aragão (2013), Lima (2013), Minaki e Amorim (2007), Vitte (2009), Elali e Pinheiro (2013), Nucci (2008) e Luego (1998).

No Capítulo 2, “Metodologia e Área de Estudo”, primeiramente foi apresentado o método da pesquisa (quantitativo e qualitativo) e os procedimentos metodológicos que foram: o levantamento bibliográfico; coleta de dados (pesquisa documental, observação direta e questionário); elaboração de mapas, cartogramas, gráficos, quadros e tabelas; e análise da qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II. Em seguida caracterizou-se a área de estudo, bem como traçar um panorama histórico dos conjuntos habitacionais existentes no município e, em especial, dos conjunto habitacionais estudados.

O Capítulo 4, “Qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II em Ituiutaba- MG”, retratou os resultados da pesquisa, segundo o olhar do pesquisador e dos moradores quanto a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais estudados. A descrição exposta no trabalho foi baseada nas coletas de informações no campo e na análise da percepção ambiental dos moradores por meio de questionário aplicado.

Por fim, as considerações finais foram expostas a partir dos resultados obtidos, sendo realizadas algumas reflexões frente a qualidade ambiental em conjuntos habitacionais de interesse social.

Logo, confiamos que este estudo possa servir de subsídio para pesquisas futuras sobre a temática e instrumento para os órgãos públicas municipais, especialmente do município de Ituiutaba, para que atuem na produção de um espaço urbano saudável com qualidade de vida para todos os seus habitantes.

## **CAPÍTULO 1- MORADIA POPULAR E MEIO AMBIENTE NO BRASIL**

O direito à moradia e ao meio ambiente equilibrado estão previstos na Constituição Federal de 1988, constituindo-se direitos fundamentais da população (COSTA, 2013, p.62), cuja a importância está relacionada a qualidade ambiental e de vida da população urbana.

### **1.1- O problema da falta de moradia e as políticas habitacionais**

Dentre os problemas desencadeados pela acelerada urbanização, a falta de moradia é um dos mais graves e vivenciados por famílias em várias cidades do Brasil e mundo. As soluções estabelecidas não são capazes de resolver totalmente a problemática habitacional em nosso país, sendo que em muitos casos provocam outros problemas urbanos que comprometem a qualidade ambiental e de vida nas cidades.

Primeiramente é importante destacar que a moradia é fundamental aos seres humanos desde seus primórdios, quando perceberam a necessidade de procurar abrigo e proteção, devido a sua exposição perante a riscos, especialmente, aqueles relacionados a fatores naturais como o clima e outros ligados a sua vulnerabilidade perante os predadores.

Atualmente, a importância da moradia vai além da proteção e abrigo constituindo-se como lugar de privacidade, onde se realizará atividades cotidianas, além de ser local de descanso, lazer, relacionamento entre os indivíduos e até mesmo de trabalho, conforme destaca Rodrigues:

No interior da casa é onde se realizam outras necessidades; além de se ter um abrigo, é onde se dorme, tem-se privacidade, faz-se as refeições, realiza-se a higiene pessoal, convive-se com o grupo doméstico, etc. A moradia também é local de trabalho: sempre se trabalha na casa para a própria manutenção, como lavar, cozinhar, passar e, muitas vezes, para a concretização de um valor em dinheiro, para a subsistência (RODRIGUES, 2003, p.11).

Contudo, apesar da moradia constituir um elemento fundamental a vida humana, nem todos têm condições econômicas de adquiri-la, pois o sistema econômico capitalista presente em nossa sociedade transformou o solo urbano em mercadoria e propriedade privada que não é acessível a toda a população devido ao valor a ela agregado.

Os trabalhadores no Sistema Capitalista correspondiam à força de trabalho explorado. Estes trabalham por um salário que, geralmente, não é suficiente para garantir a sua subsistência

(alimentação, vestuário e muito menos para a moradia). No período de implantação do Capitalismo pelo mundo, as classes pobres tinham que se submeter a moradias alugadas e, muitas vezes, estas não eram suficientes para atender a demanda dos numerosos trabalhadores.

Sobre a crise habitacional, sempre presente nas sociedades capitalistas, Engels (1872 apud RODRIGUES, 2003, p.12-13) diz que,

[...] uma sociedade não pode existir sem crise habitacional, quando a maioria dos trabalhadores só tem seu salário, ou seja, o indispensável para a sua sobrevivência e reprodução; quando melhorias mecânicas deixam sem trabalho massas operárias; quando crises industriais determinam, de um lado, a existência de um forte exército de desempregados e, de outro, jogam repetidamente na rua grande massa de trabalhadores; quando o ritmo da urbanização é tanto que o ritmo das construções de habitação não acompanha; quando enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem o direito de retirar de sua casa, os aluguéis mais elevados. Em tal sociedade a crise habitacional não é um acaso, é uma instituição necessária.

As classes pobres também precisam de um espaço no ambiente urbano para viver, o qual lhe proporcione condições de vida adequadas, advindas por meio de infraestruturas e serviços existentes para a população. Porém, estes serviços e infraestruturas são oferecidos por um custo, bem como o solo urbano e a moradia. A população urbana pobre não consegue ter boas condições de moradia por não dispor de renda para adquiri-la. De acordo com Rodrigues (2003, p.14),

Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infra-estrutura existente nas proximidades da casa/terreno.

Ao longo do tempo pôde-se verificar várias formas habitacionais encontradas pela classe pobre para sua necessidade de moradia, dentre elas o cortiço, a ocupação clandestina, a autoconstrução das casas nas periferias e as próprias favelas.

O cortiço constituiu-se como uma das formas mais antigas de moradia da classe pobre e foi alvo de críticas relacionadas a questões sanitárias e a moral religiosa. Com a industrialização brasileira, cidades de grande porte como São Paulo e Rio de Janeiro viram os centros de suas cidades se encherem com esta forma de moradia popular e soluções tiveram que ser tomadas, como a expulsão desta população para as áreas distantes do centro da cidade.

Os cortiços eram uma forma de habitação coletiva, onde várias famílias viviam em pequenos cômodos alugados, utilizando de forma comunitária os sanitários, pátios, lavanderia e cozinhas. Para Rodrigues (2003, p.46) os cortiços são



[...] habitações coletivas, em imóveis com pouca ou nenhuma conservação, de idade média de construção elevada, que proliferam nas áreas centrais, [...]. Os cortiços correspondem a uma das mais antigas formas de habitação das classes populares. Ainda hoje, representa para parcelas elevadas dos moradores das grandes cidades.

Para Diogo (2004, p.29),

O cortiço define-se ainda pela coabitação involuntária, entendida como o uso de uma mesma habitação por mais de uma família. Além disso, caracteriza-se também pelo congestionamento, isto é, superlotação de pessoas no mesmo ambiente. Outro traço definidor do cortiço é o uso em comum de cozinha e/ou das instalações sanitárias, geralmente precárias.

Esta forma de habitação não foi bem vista por grupos sociais como os “Higienistas”, o Estado e a Igreja Católica. Os Higienistas, apoiados pelo Estado, consideravam que o cortiço era um local propício à proliferação de doenças, devido às condições precárias de suas instalações, atrelada a falta de saneamento e a grande quantidade de pessoas vivendo em um mesmo espaço.

Desta forma, “[...] é coerente com enfoque higienistas à atenção dedicada pelo poder público aos cortiços e outras habitações coletivas, pois a superlotação, uso comum de sanitários e ausência de saneamento criavam condições para a propagação de doenças contagiosas”. (BONDUKI, 1998, p.39).

[...] dentre as causas de doenças epidêmicas, a contaminação da água ocupava o lugar de destaque. Embora os higienistas apontassem diversos fatores ligados à moradia como propagação de doenças (promiscuidade, acúmulo de moradores, ausência de asseio ou de moral, maus hábitos etc.), a falta de saneamento e drenagem – ao lado do acúmulo de pessoas em moradias de área reduzida, um fator importante na propagação de doenças de aparelho respiratório, como a tuberculose –, era de fato a causa principal na disseminação de doenças infecciosas. (BONDUKI, 1998, p.35).

A Igreja Católica, que ainda exercia um papel importante sobre o Estado, criticava estas habitações populares, pois acreditava que não havia condições de famílias viverem nestes locais devido à exposição à imoralidade.

Entretanto, as obras de embelezamento das áreas centrais de cidades como São Paulo, provocaram a expulsão dessa população para a periferia e a destruição de vários cortiços, deixando um grande número de famílias sem moradia. Os cortiços, apesar de todas as críticas a eles destinadas, foram importantes para a população carente e marcaram a história do país a partir do século XIX. Com a desativação e derrubada dos cortiços, a população se deparou com o problema de “onde morar”, tendo poucas opções devido à falta de condições financeiras e com a própria falta de moradias nas cidades.

A população expulsa dos cortiços e das áreas centrais viu como uma possível alternativa para o problema da moradia, a ocupação de loteamentos clandestinos em áreas periféricas. Segundo Rodrigues (2003, p.29), “[...] uma das formas da classe trabalhadora resolver o problema da moradia é, como já foi visto, comprando um lote em área da periferia pobre e geralmente em loteamentos clandestinos. Como os salários são baixos, só nestes lugares é possível comprar um lote”.

Os loteamentos clandestinos<sup>1</sup> correspondem a parcelas do solo urbano que são ocupadas de forma irregular ou por meio de pagamento. Irregular por estar à margem das leis urbanas, com vista à redução de custos da moradia, como impostos de serviços e infraestruturas e o próprio Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Sobre os loteamentos clandestinos, Alves (2009, p.3) diz que:

A expressão loteamentos clandestinos não significa que estejam escondidos, mas sim que são realizados à margem da lei urbanística, ambiental, civil e registral. Em termos práticos, trata-se de obter um terreno, dividi-lo em parcelas mais pequenas (lotes), com demarcação através de postes, rede, muros, abertura de caminhos, seguida da alienação desses lotes a terceiros.

Estes ficam localizados na periferia das cidades totalmente desprovidos de serviços de água, esgoto, transporte coletivo, coleta de lixo, além de ser distante do local de trabalho desta população e também da maioria dos serviços e comércio utilizados pela população para suprir suas necessidades básicas. Por periferia urbana<sup>2</sup> compreende-se

aquela área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano. Trata-se de uma faixa periférica que, a cada momento que se considera inclui: a) áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo; b) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas agrícolas, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada com uma forte esterilização (CORRÊA, 1986, p.70).

Para Maricato (1982, p.82-83),

Podemos caracterizar assim a periferia urbana como o espaço da residência de classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamentos ou infra-estrutura urbana, onde o comércio e os serviços particulares

<sup>1</sup> Por ‘clandestino’ entende-se o loteamento não aprovado pela prefeitura, seja por não obedecer à legislação de ocupação e uso do solo, segundo Maricato (1982, p.90).

<sup>2</sup> [...] a periferia passa a ser entendida não só como *locus* da segregação imposta às classes pobres, mas também da auto-segregação de classes abastadas em “fuga” do núcleo metropolitano devido aos fatores de deseconomias de aglomeração. De acordo com essa visão, as periferias brasileiras estariam cada vez menos vinculadas a um conteúdo específico de classe, existindo uma “periferia pobre” e, cada vez mais, uma “nova periferia rica”, constituída por condomínios fechados, que estaria transformando e dualizando a periferia tradicional (SANTOS, 2007).

também são insignificantes enquanto forma do solo. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento ou mesmo à luz de certas formulações antropológicas, ou ainda à luz da história das cidades. Se existe algo semelhante nos países capitalistas centrais, é, na verdade, nas grandes cidades dos países capitalistas dependentes que essa forma de ocupar o solo atinge seu aspecto mais homogêneo e mais dramático.

Outro fator preocupante é que estes loteamentos ocupavam em alguns casos, áreas de risco ou de proteção ambiental como os morros, vertentes de rios e áreas verdes próximas à cidade, expondo a população a condições de vida degradantes. Além disso, a população se expõe a riscos relacionados a doenças pela falta de saneamento básico a perda de direitos como educação, saúde e lazer e exposição à criminalidade.

Mesmo com os loteamentos clandestinos, o problema habitacional, especialmente para a classe pobre, continua existindo e se ampliando. E, como outra forma de tentar sanar este problema, surge o processo de autoconstrução na periferia. A autoconstrução da casa, na maioria das vezes, é realizada pela própria família ou com auxílio de parentes e amigos, pois o dinheiro não é suficiente para contratar uma mão de obra especializada.

Além do mais, os materiais de construção adquiridos são de baixa qualidade ou improvisados, bem como não possuem ferramentas e equipamentos necessários para a construção da casa, sendo tudo realizado com os meios que estes dispõem. Para Maricato (1982, p.73-74)

[...] chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado.

Na construção destas casas são sacrificados os horários de folga e finais de semana da família, além das economias guardadas durante o mês e/ ou ano. O processo de construção é lento, conforme o tempo do morador e as suas condições de adquirir o material. Ainda verifica-se que é comum nestes lotes a existência de mais de uma casa no terreno para abrigar parentes, filhos e filhas casados.

Nas periferias das grandes cidades encontramos ainda outra forma de moradia: as favelas. As favelas são estigmatizadas como o local de moradia de criminosos, de pessoas desocupadas e de desordeiros, porém sabe-se que o motivo do surgimento das favelas é decorrente da falta de interesse dos setores públicos em resolver a problemática habitacional das cidades. A pobreza é que provoca a revolta e a falta de oportunidade de ter uma vida melhor. Para Rodrigues (2003, p.37)

Considera-se que as primeiras favelas surgiram no Rio de Janeiro logo após a Guerra de Canudos e em São Paulo por volta da Segunda Guerra Mundial. Começam, no entanto, a ser mais “visíveis”, quando se expande o processo de industrialização-urbanização. A partir da década de 50 passam a ser reconhecidos como “problema”.

Para o IBGE (2010, p.19), os aglomerados subnormais equivalem a favelas e vilas que abrigam a população de baixo poder aquisitivo. Desta forma, aglomerados subnormais são

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa

Já para Kats (2008, p.12),

A denominação de um assentamento como “favela” decorre do estatuto jurídico da terra, a questão de sua incerta titularidade, e não, ao contrário do que se pensa, de sua precariedade construtiva e falta de equipamentos urbanos, que geralmente a caracterizam. Mesmo quando um assentamento possui todo tipo de infra-estrutura, mas não o domínio legal da terra, é considerado favela.

A favela, cidade irregular, é um lugar onde tudo foi gerado espontaneamente, característica observada pela sua criação, ocupação e intervenção de seus moradores, quase sempre agindo de modo não planejado, desordenado.

Para Rodrigues (2003, p.38), “Ao longo do tempo o conceito de favela que se mantém, é o que se refere aos seus ocupantes como proprietários da terra *ilegítimo*, ou seja, sujeitos de uma ocupação juridicamente irregular”. Desta forma, pode-se notar que há diferentes conceitos sobre o que venha a ser favela, mas é importante considerar que todos em comum destacam que a favela se destina a classe pobre da população.

Assim compreende-se que para a população carente restam as piores áreas das cidades onde cujo valor é mais acessível, porém as condições urbanísticas são precárias, sendo que apenas aqueles que possuem capital tem as melhores habitações que se encontram em locais privilegiados, com boa infraestrutura e serviços urbanos instalados.

A crise habitacional teve e tem repercussão pelo mundo, tanto que houve a necessidade de tornar a moradia um direito, garantido por lei, para todos os indivíduos, apesar de ainda hoje saber que o problema não foi solucionado totalmente em alguns países. Presente em documentos importantes como na Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH (1948), no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - DESC (1992), na Convenção sobre os Direitos das Crianças – CDC (1989), este fato demonstra que a situação era preocupante e que necessitava de uma solução.

Dos documentos citados, o mais importante é a DUDH, sendo o mais antigo de todos, escrito por representantes de vários países. Este, no primeiro parágrafo do artigo 25, coloca a habitação como um elemento necessário para o bem-estar dos indivíduos e como direito básico humano.

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

De tal modo, observa-se que apesar de ser direito dos indivíduos em âmbito mundial, ainda hoje nos deparamos com famílias sem um espaço digno para morar, principalmente em países subdesenvolvidos.

No Brasil, a preocupação com a moradia está presente na Constituição Federal (CF) de 1988, juntamente com outros elementos de fundamental importância para a vida dos indivíduos. O texto retrata em seu artigo 6º que, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, [...]”. Porém, a moradia já era assunto bastante polêmico antes mesmo da implantação da CF como um direito dos cidadãos.

O problema habitacional brasileiro começou no final do século XIX, cujos eventos determinantes foram o fim da escravidão e a vinda de imigrantes europeus. A liberação da mão-de-obra escrava no campo desencadeou o êxodo rural, assim os afrodescentes não tinham onde viver nem mesmo trabalhar, daí as cidades brasileiras foram recebendo estas pessoas, sendo que sua infraestrutura não comportava a demanda.

Cabe destacar que os afrodescentes que trabalhavam em casas de famílias abastadas na cidade eram obrigados a se responsabilizar pelo saneamento urbano neste período, pois exerciam várias funções nas cidades relacionadas ao abastecimento de água, despejo de esgoto doméstico e lixo nos locais destinados. O afrodescente era um elemento primordial para a manutenção das cidades naquele período, porém com a libertação dos escravos não havia ninguém que realizasse estas funções impostas a eles, o que gerou problemas relacionados à falta de infraestruturas e serviços urbanos, que foi um desafio para a época. Para Maricato (1997, p.31), “[...] os escravos substituíam a rede de esgoto, a rede de águas, a coleta de lixo, faziam a limpeza doméstica, a cocção dos alimentos, produziam o sabão, as velas, e ainda tinham a “função” de guindaste, ventilador, meio de transporte, etc”.

A imigração de europeus para o Brasil, para suprir a carência de mão-de-obra barata e com alguma especialização para trabalhar na indústria e mesmo para ocupar o lugar do escravo na zona rural, também foi um fator importante que contribuiu para o problema habitacional no país, pois nas cidades não havia condições de moradia e mesmo de serviços para suprir as necessidades mínimas desta população que ia ocupando o espaço urbano.

No final do século XIX e início do século XX, o governo começa a tentar propor medidas para minimizar o problema da moradia, sendo que primeiramente considera como solução a moradia coletiva, porém devido a não adequação aos padrões higienista e da moral religiosa a ideia foi descartada.

Na década de 1930, houve a criação de políticas públicas habitacionais, sendo que os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), foi o primeiro órgão responsabilizado pela produção de conjuntos habitacionais<sup>3</sup> no país, providos das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) instituídas pela Lei nº 4.682 de janeiro de 1923.

As CAPs estabeleceram a primeira forma de previdência social no Brasil, que primeiramente foi destinado aos empregados de estradas de ferro e, posteriormente, a outros ramos de trabalhadores. Este órgão passou a ser designado de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), a partir do momento em que além de atuar na previdência social passou a financiar habitação e construir moradias de aluguel para a classe trabalhadora, conforme destaca Bonduki (1998, p.111):

[...] os IAPs não eram órgão de habitação; no entanto, a administração Vargas, desde o governo provisório em 1930 (ainda timidamente) até o Estado Novo (com mais ênfase), vinha encampando a questão habitacional como sua responsabilidade e encarregando as instituições previdenciárias de enfrentar o problema.

Os IAPs eram distribuídos por categorias profissionais, sendo que, desta forma, existiam os IAPs dos industriários, bancários, comerciantes, marítimos, condutores de veículos, estivadores e dos empregados de empresas de petróleo (BARON, 2011, p.104). Assim, cada um destes IAPs tinha uma forma de atuar no setor habitacional. Porém, o dos industriários foi o que estabeleceu os planos de operação imobiliária que, posteriormente, foram agregados aos de outras categorias. Estes planos formam divididos em três e assim designados:

Plano A: locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídas pelos institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido.

---

<sup>3</sup> [...] um agrupamento de edifícios horizontais ou verticais, destinados ao uso residencial produzidos com base em um projeto e processo único que pode ou não ser implantado em etapas (BEVINGA, 2011.p.19).

Plano B: financiamento aos associados para a aquisição da moradia ou construção em terreno próprio. Plano C: empréstimo hipotecário feitos a qualquer pessoa física e jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas (BONDUKI, 1998, p.104).

Houve uma procura por formas arquitetônicas que fossem mais baratas, modernas e práticas para as famílias que iriam ocupar as casas ou apartamentos, como confirma Bonduki (1998, p.137):

A busca e a investigação de desenhos e projetos capazes de simplificar os processos construtivos – com a incorporação de tecnologias inovadoras, a eliminação de ornamentos, a racionalização do traçado urbano e a uniformização de unidades e blocos – não visavam tanto resultados formais e sim a produção em massa de moradias para atender a imensa demanda nas cidades industriais e responder aos anseios dos trabalhadores organizados por melhores condições de vida.

Cabe destacar que os Institutos foram de fundamental importância no setor habitacional. A construção de moradias para alugar foi uma das mais rentáveis, pois gerava capital constante, isso antes da Lei do Inquilinato que bloqueou os preços dos alugueis no ano de 1942, no governo de Getúlio Vargas. Os IAPs em “[...] 27 anos (de 1937 a 1964) iriam financiar a construção de 140 mil moradias, a maior parte das quais destinadas ao aluguel” (MARICATO, 1997, p.36).

Observa-se que a partir dos IAPs procurou-se concentrar a população trabalhadora em casas e apartamentos, verificando-se que nem todos os conjuntos habitacionais construídos pelo órgão no período eram semelhantes no aspecto arquitetônico. Além do mais, as casas apresentavam ser maiores e mais cômodas. É importante destacar que a característica do programa habitacional deste período era que as casas deveriam ser baratas, porém de boa qualidade, que oferecesse bem-estar aos moradores e formas higiênicas de sobrevivência, para não voltarem novamente aos cortiços.

A segunda política habitacional no Brasil de grande relevância foi a Fundação da Casa Popular (FCP), instituída pelo Decreto- Lei nº 9.218 de maio de 1946 e que representou o primeiro órgão nacional voltado exclusivamente para a provisão de habitação para a população menos favorecida (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p.19).

A FCP foi criada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), sendo que era voltada para a classe com baixa renda mensal, porém o Decreto-Lei nº 9777 de setembro de 1946, a transformou em um órgão de política urbana responsável não só pela construção de moradias populares, mas também para as classes mais abastadas, a construção de infraestruturas

urbanas e saneamento, bem como o financiamento de estudos que visassem baratear o custo da habitação e de materiais de construção.

Porém, estas novas disposições colocadas por este Decreto não foram alcançadas pela FCP. “Algumas tarefas foram colocadas para os municípios que seriam contemplados, sendo pré-requisito que os mesmos cuidassem desses assuntos, como a doação de terreno, saneamento e infraestrutura urbana” (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p.21-27).

No que se refere aos procedimentos de edificação das moradias, a FCP construía mais por empreiteira que por conta própria, usando do processo licitatório para diminuir os custos da obra. Sobre as casas em si, é importante destacar que esta, nos conjuntos habitacionais, eram iguais, com 70 m<sup>2</sup> para um piso e 60m<sup>2</sup> para dois pisos, sempre possuindo três quartos, pois subentendia que as famílias que habitariam as residências eram numerosas (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p.26-27).

Cabe salientar que nem toda a população ficava sabendo dos editais de inscrição para o financiamento da habitação e, estes, ainda ocorriam em curtos períodos de tempo. Os moradores que se dispunham a tentar conseguir a casa própria pelo programa tinham que passar a noite em filas para conseguir a senha ou procurar alguma pessoa influente que lhes ajudasse a conseguir o financiamento.

Sobre a renda da população que seria beneficiada pela Fundação, destaca-se que o teto imposto era de até cerca de 10 salários mínimos, isso permitia que as famílias de melhor condição financeira também tivessem direito ao financiamento. Porém deve-se considerar que a renda parou de ser importante no processo de inscrição, sendo substituída pelo número de pessoas na família.

A FCP foi considerada um entrave para a política habitacional, pois apesar de ser uma instituição totalmente voltada para a produção de moradias populares, produziu muito menos casas do que os IAPs, como destaca Bonduki (1998, p.115):

Em dezoito anos, a Fundação Casa Popular (FCP), primeiro órgão criado no âmbito federal com a atribuição exclusiva de solucionar o problema habitacional, produziu 143 conjuntos com 18.132 unidades habitacionais. No mesmo período, os Institutos de Aposentadoria e Previdência, que não tinham como objetivo específico enfrentar a questão da moradia, viabilizaram a edificação de 123.995 unidades habitacionais, sem contar os milhares de apartamentos financiados para a classe média.



Além do mais, verificou-se durante os anos de atuação da FCP uma espécie de corrupção neste órgão, onde as pessoas que possuíam amizades políticas ou com funcionários públicos conseguiam habitações de forma mais fácil e até melhores em locais mais privilegiados.

Outra questão criticada foi a concentração de construção de conjuntos na região sudeste do país, especialmente em Minas Gerais, o que remete a interesses políticos e a própria condição dos municípios em receberem este empreendimento.

O BNH surgiu em 1964, após a tentativa frustrada de implementação da FCP (1946-1964), sendo instituído por meio da Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964, que estabelece além dele o próprio Plano Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (AZEVEDO; ANDRADE. 1982.p.57).

A realidade brasileira, neste período histórico de criação do BNH, era bastante complicada, pois em 1964 ocorreu o golpe militar que institui a ditadura no país, ficando no governo o generais presidentes. Assim o BNH foi modelado tendo como principal motivação a ordem política, sendo que “[...] encontrava-se implícita a idéia de que a casa própria poderia desempenhar um papel ideológico importante, transformando o trabalhador de contestador em ‘aliado da ordem’. (AZEVEDO, 1988, p.109).

Neste sentido, o BNH foi utilizado a partir de Castelo Branco como estratégia para controlar a população pobre e conquistar seu apoio político, buscando apagar a realidade de repressão existente no país naquele período. Por isso, o banco foi menosprezado e bastante criticado. Porém, destaca-se que o mesmo foi muito importante no setor habitacional, pois financiou casas para a população de diferentes níveis sociais, além de alavancar o setor imobiliário do Brasil. Sendo que, durante a atuação de Castelo Branco frente a presidência da república fazia-se grandes propagandas sobre a casa própria, aguçando o desejo da população em adquiri-la.

Além de ter essa relação política, o BNH também era visto como instrumento para melhorar a situação econômica do país por meio de estímulo à poupança, adesão de mão-de-obra desqualificada no mercado de trabalho, desenvolvimento de indústria de materiais de construção, aumento e expansão de empresas de construção civil, bem como de outras empresas relacionadas ao setor como agências imobiliárias e escritórios de arquitetura (AZEVEDO, 1988. p.110).

Conforme o artigo 16 da Lei 4.380, o BNH estava vinculado ao Ministério da Fazenda, tendo “personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio próprio e autonomia administrativa, gozando de imunidade tributária” (LEI 4.380, 1964.p.7).

O banco tinha por principal finalidade, conforme o artigo 17, de:

I- orientar, disciplinar e controlar o sistema financeiro da habitação; II- incentivar a formação de poupanças e sua canalização para o sistema financeiro da habitação; III- disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado nacional de capitais; IV- manter serviços de redesconto e de seguro para garantia das aplicações do sistema financeiro da habitação e dos recursos a êle entregues; V- manter serviços de seguro de vida de renda temporária para os compradores de imóveis objeto de aplicações do sistema; VI - financiar ou refinanciar a elaboração e execução de projetos promovidos por entidades locais de conjuntos habitacionais, obras e serviços correlatos; VII- refinanciar as operações das sociedades de crédito imobiliário; VIII- financiar ou refinanciar projetos relativos a instalação e desenvolvimento da indústria de materiais de construção e pesquisas tecnológicas, necessárias à melhoria das condições habitacionais do país (LEI 4.380. 1964.p.8).

De acordo com suas finalidades, este atuava como órgão de orientação, disciplina e de assistência financeira, não podendo realizar operações de financiamento, compra e venda de forma direta ou mesmo a construção de moradias, com exceção de terrenos de propriedade federal que passaram para o poder do BNH, os quais poderiam ser vendidos ou neles serem construídos conjuntos habitacionais também para a venda, com o intuito de aumento do capital do banco (LEI 4.380. 1964.p.8-11).

O capital inicial do BNH foi de 1 milhão de cruzeiros em 1964 e rendimentos de 1% dos salários dos trabalhadores conforme o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT (AZEVEDO; ANDRADE, 1982, p.61). Porém, conforme a Lei (4.380. 1964.p.11), este capital estava estipulado para 1 bilhão de cruzeiros cujo pertencimento integral era da União Federal.

O BNH se constituía como um órgão central do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que foi

[...] um mecanismo de captação de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais, cuja idéia central era que a aplicação de um mecanismo de correção monetária sobre os saldos devedores e as prestações dos financiamentos habitacionais viabilizaria tais investimentos (caracteristicamente de longo prazo), mesmo em uma economia cronicamente inflacionária (SANTOS, 1999, p.10)

Os recursos financeiros do SFH eram provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE<sup>4</sup>), ou seja, da arrecadação das letras imobiliárias, das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS<sup>5</sup>). “A utilização do FGTS pelo BNH apenas começou com o início de sua atuação em 1967 no país, sendo que os recursos eram provenientes da contribuição compulsória dos trabalhadores do setor formal da economia (SANTOS, 1999, p.10). Neste, os trabalhadores depositavam 8% de seu salário, constituindo-se uma forma de resguardar o trabalhador caso fosse despedido de forma injusta. Tendo este órgão o objetivo de regulação das indenizações trabalhistas e de criar fontes de recursos para os programas habitacionais.

Assim, o FGTS, era utilizado pelo BNH para auxiliar no financiamento da moradia para a população de baixa renda e o SBPE para a população com renda média/alta. Porém também havia a participação de cooperativas habitacionais, que surgiram por volta de 1965, tendo vínculos com sindicatos de trabalhadores. Sendo que para dar assistência a estas cooperativas (engenharia, projeto, compra de terrenos, material de construção, obtenção de crédito), surgiu em 1966 as Institutos de Orientação às Cooperativas-INOCOOPS (CADERNETA DE POUPANÇA, 1977, p.74-75).

Assim, a principal função do BNH frente a SFH era realizar o

[...] gerenciamento do FGTS, pela normatização e fiscalização da aplicação dos recursos das cadernetas de poupança, e pela definição das condições de financiamento das moradias para os consumidores finais. Além disso, o BNH tinha a incumbência de garantir a liquidez do sistema diante de dificuldades conjunturais (derivadas, por exemplo, de eventuais problemas com a captação das poupanças voluntárias no curto prazo ou de elevações temporárias dos índices de inadimplência dos mutuários) (SANTOS, 1999, p.10-11).

---

<sup>4</sup> O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo [...] têm como origem de seus recursos a capacitação de poupanças populares, remuneradas a taxa de 6% a.a, capitalizadas trimestralmente. Seus valores são corrigidos monetariamente a cada três meses, segundo os índices baseados nos preços por atacado. Sua área de atuação é regional, tanto na captação como na aplicação de seus recursos. De sua atividade inteiramente voltada para o setor imobiliária, suas operações destinam-se ao financiamento a empresários, na fase de produção de unidades habitacionais, além de financiamentos a adquirentes de unidades habitacionais novas (CADERNETA DE POUPANÇA. 1977, p.14).

<sup>5</sup> O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado em final de 1966, entrou em vigor em 1967. Teve como principal finalidade melhorar o relacionamento entre empregados e empregadores, pela oportunidade que se deu aos empregados de optarem pelo novo sistema, em lugar da antiga estabilidade da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) brasileira [...] (CADERNETA DE POUPANÇA. 1977, p.15)

Por meio destes recursos foram determinados três linhas de atuação, no que tange aos financiamentos: a primeira linha para famílias com renda anual de até US\$ 4.500<sup>6</sup>, cujos atuação estava a cargo das COHABs; a segunda linha, para assalariados com até US\$ 4.500 anuais para atendimentos de Cooperativas Habitacionais; e a terceira linha para as classes mais altas da população, por meio de empresas privadas que faziam parte do SBPE, bem como uma linha específica para compra de materiais de construção pelos mutuários (CADERNETA DE POUPANÇA. 1977, p.16)

Para aqueles que não se enquadravam no programa de habitação do BNH, cuja renda era inferior e não cabiam na forma de financiamento, foram criados três programas na década de 1970 (conforme quadro 1):

QUADRO 1- Programas do BNH para a população com renda mais baixa

PROGRAMA	ANO DE CRIAÇÃO	OBJETIVOS
Profilurb	1975	Programas de lotes urbanizados dotados de infraestrutura básica, buscava atender aos extratos de renda mais baixa.
Promorar	1979	Admitia a erradicação do núcleo ou sua urbanização, tornando-se o primeiro programa a assinalar uma mudança de postura que buscava não mais remover mais fixar os moradores em um núcleo gerado a partir de invasão de terra.
Programa João de Barro	1982 (em plena abertura política e em uma conjuntura de crise econômica)	Financiava o terreno e cesta de material para construção por mutirão em cidades de pequeno porte

**Fonte:** BONDUKI; ROSSETTO, 2010; Org: MEDEIROS, 2010.

Estes programas representaram apenas 7% (285 mil casas) da produção do BNH. Ainda existiam outras linhas de atuação que se modificaram em 1975, como o PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular), PROFILURB (Programa de Financiamento do Lote Urbanizado), FICAM (Programa de Financiamento da Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria da Habitação de Interesse Social) e o Programa de desfavelamento (MEDEIROS, 2010, p.5-6).

<sup>6</sup> No ano de 1977 o valor do dólar esteve 12,5 cruzeiros em janeiro e 15,8 cruzeiros em dezembro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Quanto características das moradias construídas, houve a adoção de um padrão único espacial da produção habitacional no Brasil pelo fato de o BNH ser o regulador da produção das COHABs, cuja característica principal era conjuntos habitacionais modernistas (BENVENGA. 2011, p.54).

O modelo adotado pelo BNH foi o do Projeto da Cidade Modernista da Carta de Atenas<sup>7</sup>, das superquadras<sup>8</sup> de Brasília e dos conjuntos europeus entreguerras, porém passaram por revisões e distorções pela alta demanda, prazos para a construção das moradias e ao baixo custo do empreendimento (BENVENGA. 2011, p.54).

Os projetos do BNH eram limitados a construções horizontais e verticais. As construções verticais possuem blocos de apartamentos de volumetria iguais (em H ou lâminas) com quatro a cinco pavimentos, sem elevador, sendo que as portas de cada bloco estavam voltadas para espaço internos do conjunto. Além disso, cada apartamento possuía de dois a três dormitórios. Os espaços livres eram coletivos, porém havia a falta de uma destinação específica de uso e de tratamento paisagístico (BENVENGA. 2011, p.55). Nas construções horizontais as moradias eram unifamiliares, ou seja, casas germinadas com recuos frontais dentro de lotes individuais, que formam quarterões alongados e apertados (BENVENGA. 2011, p.56), sendo que as áreas de convivência coletiva eram ruins e fora dos padrões modernistas.

O BNH beneficiou a classe média da população brasileira, deixando de lado a população foco de seu trabalho, a classe pobre, o que gerou um aumento da crise habitacional no Brasil, conforme verifica-se no quadro 2. Em dados estatísticos considera-se que a produção do BNH a partir de 1964 até sua extinção, constitui-se de 4,5 milhões de unidades no total, das quais apenas 1,5 milhões (33,3%) foram para o mercado popular (MOURA; SOARES, 2003, p.1-5).

---

<sup>7</sup> A carta de Atenas é uma exposição escrita de caráter urbanístico originária do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna que aconteceu em Atenas em 1933.

<sup>8</sup> “Estruturalmente, uma superquadra é um conjunto de edifícios residenciais [...], ligados entre si pelo fato de terem um acesso comum e de ocuparem uma área delimitada. O chão é público — os moradores pertencem à quadra, mas a quadra não lhes pertence — e é essa a grande diferença entre superquadra e condomínio” (COSTA, 1995.p.326).

QUADRO 2- Número de financiamentos habitacionais concedidos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH/BNH) - 1964-86 (julho)

Mercado Popular			Mercado Econômico			Mercado Médio		
Programas tradicionais (Cohab)	Programas Alternativos <sup>9</sup>	Total de Unidades	Cooperativas	Outros Programas <sup>10</sup>	Total de Unidades	SBPE <sup>11</sup>	Outros Programas <sup>12</sup>	Total de Unidades
1.235.409 (27,7%)	264.397 (5,9%)	1.499.806 (33,6%)	488.659 (10,9%)	299.471 (6,7%)	788.130 (17,6%)	1.898.975 (42,5%)	280.418 (6,3%)	2.179.393 (48,8%)
<b>TOTAL DE MORADIAS CONSTRUÍDAS PELO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO</b>								4.467.329 (100%)

**Fonte:** BNH/departamento de Planificação e Coordenação (DPLAC); **Org:** Azevedo, 1988; **Adaptação:** Ferreira, L. F., 2014.

Conforme o quadro 2, a moradia para o mercado popular correspondeu a 33,6% da produção total do BNH, sendo que 27,7% foram construídas por meio das COHABs e o restante 5,9% pelos programas alternativos (Promorar, Ficam e Profilub) destinados a população que não possui renda para adquirir financiamento pelo banco. No mercado médio foram 48,8% de moradias construídas, que equivale a 42,5% pelo SBPE e 6,3 a outros programas (Recum e Prodepo). O restante da produção do BNH estava voltado ao mercado econômico, do total 17,6 %, 10,9% foi para cooperativas e 6,7 a outros programas (Prosin e P/Pron).

No que tange ao BNH, cabe lembrar que este não se fixou apenas na questão habitacional, mas se voltou para o aspecto de saneamento e infraestrutura urbana por meio de programas como o Programa de Materiais de Construção (Fimaco), Financiamento para o Saneamento (Finansa), Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA). Esta atitude do BNH foi alvo de críticas, sendo que para Azevedo e Andrade (1982, p.81),

A expansão das atividades do BNH não se deu, todavia, como mero resultado do cumprimento de dispositivo legal. A experiência dos primeiros anos tinha mostrado que não bastava apenas construir casas: era preciso dotá-las de infra-estrutura adequada. Os conjuntos habitacionais eram alvo de críticas precisamente por lhes faltarem esses requisitos.

<sup>9</sup> Programa de Erradicação da Sub- Habitação (Promorar); João-de- Barro (Programa de Autoconstrução); Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação (Ficam); Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb).

<sup>10</sup>., Programa Nacional para o Trabalhador Sindicalizado (Prosin).

<sup>11</sup> Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Dados disponíveis até maio de 1986.

<sup>12</sup> Recun (Refinanciamento ou Financiamento ao Consumidor de Materiais de Construção); Prodepo (Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Polos Econômicos).

Segundo Maricato (1997, p.50), o BNH foi extinto em 1986, deixando como herança uma dívida de grande porte para o Tesouro Nacional. A Caixa Econômica Federal (CEF) foi encarregada de administrar o FGTS no caráter de gestão operacional, sendo que a gestão administrativa ficou a cargo do órgão responsável pela política habitacional no Brasil.

Com o fim do BNH, praticamente a política de habitação popular é deixada de lado, apesar de as funções deste banco passarem para a CEF. Foram efetuadas, em 1988, cortes no orçamento federal, sendo verificados também a crise nas COHABs e fiscal no Brasil. Ficaram a cargo de órgãos particulares a construção de casas populares e a própria população, os custos com terrenos e infraestruturas, o que provocou uma série de problemas relacionados a arrecadação e utilização do FGTS.

Assim, é relevante destacar a inexistência de atitudes do governo federal frente à questão habitacional. Conforme destaca Carmo (2006, p.52),

Com a extinção do BNH, a crise institucional do setor se amplificou. A política habitacional, a partir de então e até meados dos anos 90, foi marcada por duas características principais: a **fragmentação institucional** – com a pulverização do gerenciamento a cargo de três instituições: o Banco Central (Bacen), Caixa Econômica Federal (CEF), que incorporou a burocracia do BNH, e Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS) – e a **descontinuidade**, resultado da criação e extinção de vários órgãos públicos responsáveis pela política habitacional, [...].

Ainda conforme Carmo (2006), ocorreu uma grande rotatividade institucional no setor habitacional entre 1985 e 1995. Sendo que em 1985, no governo Sarney, ficou a habitação sobre responsabilidade de gerenciamento para o Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) e, em 1987, este e o MDU passaram a ser o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano (MHU), no qual a CEF foi vinculada. O MHU, em 1988, transformou-se em Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES), deixando de existir em 1989.

Nesse contexto, a responsabilidade passou para o Ministério do Interior e a CEF se tornou dependente do Ministério da Fazenda. Em 1990, foi criado o Ministério da Ação Social (MAS) no governo Collor, no qual a Secretaria Nacional da Habitação (SNH) se vincula, ficando subordinada ao mesmo e, em 1993, o MAS se transformou em Ministério do Bem-Estar Social e controla o SNH.

De representativo na política habitacional dos anos de 1990, pode-se ressaltar o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) do MAS, criada durante o governo Fernando Collor, que durou pouco (1990 a 1992), devido ao *impeachment* deste. O PAIH, segundo Botega (2008, p.12),

que previa a construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil casas em 180 dias através da contratação de empreiteiras privadas. Novamente um programa habitacional estava direcionado ao capital imobiliário privado. Em pouco tempo este prazo alongou-se por mais de dezoito meses, o custo médio foi bem superior ao previsto, a meta acabou diminuindo de 245 mil para 210 mil casas, e para piorar a situação o plano não conseguiu os percentuais de recursos necessários.

E com a retirada do então presidente do poder, as obras do Programa foram suspensas devido a irregularidades em suas ações. No início do governo Itamar Franco foi paralisado, pelo alto custo financeiro, a construção de 12 mil casas pelo país.

Porém, ainda em seu governo, se preocupou em terminar até 1994 a construção de 260 mil casas do PAIH e atuar em outra frente, lançando o Programa “Habitar Brasil”, cujas ações se limitavam a municípios com mais de 50 mil habitantes, e o Programa “Morar Município”, destinado a municípios com menos de 50 mil habitantes, cujos programas deveriam construir moradias para a população menos favorecida, trazer urbanização para as favelas, melhorar moradias e disponibilizar lotes urbanos (MOURA, 2003).

Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), procurou-se primeiramente recuperar o papel de intervenção do Estado no setor habitacional. Foi criado, assim, a Secretaria de Política Urbana (SEPUR) que estava vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, que seriam a base para a elaboração e implantação da política habitacional deste governo. Em 1996 foi criado, então, a Política Nacional de Habitação (PNH). (CARMO, 2006).

No PNH foram criados três Programas de relevância, sendo o Programa de Apoio à Produção, Programa de Demanda Caracterizada e o Programa Carta de Crédito. De acordo com Carmo (2006, p.98), “[...] estes programas foram financiados por fontes de financiamento tradicionais – como FGTS e os recursos próprios da CEF – e por outras fontes de financiamento criadas no período – como Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-Habitação) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI)”. Assim,

Este conjunto de programas foi, sem dúvida, o mais importante na atuação do Estado na política habitacional. Foram financiadas 1.515.773, representando 64,7% da produção da CEF e foram investidos – em valores inflacionados para dezembro de 2002 – R\$ 33,6 bilhões, representando 85% do total, considerando-se todos os financiamentos contratados pela CEF no período (CARMO, 2006, p.99).

Em 1999, um novo Programa foi criado pelo governo chamado de Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que atendeu tanto o setor público quanto o privado, o qual instituiu,



[...] o arrendamento residencial com opção de compra. Desta forma, foi viabilizado um sistema de leasing (arrendamento mercantil) por um prazo de 15 anos, sendo facultado ao mutuário, após este período, a opção pela compra, pela devolução ou pela continuidade do sistema de arrendamento. O arrendamento é uma arrumação legal que procura simplificar – objetivando minimizar a inadimplência – a retomada do imóvel objeto de um compromisso de compra e venda (CARMO, 2006, p.137).

Cabe destacar que o PAR primeiramente foi destinado às famílias de regiões metropolitanas, passando para as capitais e Distrito Federal em 2000 e, em 2001, para mais 112 municípios com população acima de 100 mil habitantes (CARMO, 2006).

No mandato de presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o Ministério das Cidades que é considerada o ponto de partida para a solução dos problemas advindos do desenvolvimento urbano, como a falta de moradia, saneamento urbano e os assentamentos precários. Também criou-se a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) que representou um importante marco no que se refere ao setor habitacional, uma vez que em 2004 foi lançada uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), responsável pela criação e organização do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB).

O PLANHAB é um importante elemento utilizado para engrenar a nova política habitacional no Brasil, sendo que este busca alternativas para solucionar o problema do déficit de moradias. Implantado em 2009, se constitui com principal estratégia do Governo Federal para eliminar o déficit habitacional, além de dinamizar a economia por meio do setor de construção civil e mercado imobiliário. Do PLANHAB resultou o PMCMV que colocou em andamento um conjunto de diretrizes e ações previstas pelo plano.

O PMCMV está direcionado por meio do PLANHAB e é um dos responsáveis pela própria implantação do Plano, pois

(i) prioriza o atendimento às famílias de mais baixa renda; (ii) estabelece um marco para a consolidação da política nacional de subsídios, confirmando a necessidade de subsídios públicos como um componente estruturante para a política habitacional do país; (iii) aumenta significativamente os recursos governamentais destinados à área habitacional; e (iv) regulamenta um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos informais (BRASIL, 2010, p.56).

O PMCMV, inicialmente foi considerado como programa econômico, usado para o enfrentamento da crise de 2008 dos suprimidos americanos que havia provocado a queda dos bancos e impactado a economia financeira mundial (AMORE et al., 2015.p.15).

Concebido pela Casa Civil e Fazenda foi lançado como medida provisória (MP 459) em março de 2009, se constituindo como uma medida anticíclica que previa gerar empregos num

setor da economia que mobilizaria diversos outros setores como o da indústria extrativista, e produtora dos materiais básicos da construção civil, indústria moveleira e de eletrodomésticos, ativada a partir da entrega das chaves aos moradores (AMORE et al., 2015.p.16-17).

O PMCMV foi estruturado durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) em sua primeira fase e permanece em vigor no mandato da então presidente Dilma Rousseff (2011-atualidade), segunda fase, sendo que constitui elemento primordial do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>13</sup> (PAC) pertencente ao plano de governo destes dois presidentes que fazem parte do Partido dos Trabalhadores (PT). Havendo também a proposta de uma terceira fase a partir de 2016 até 2023.

A diferença entre ambas etapas se encontra na ampliação da faixa de renda das famílias, com o intuito de expandir o número de beneficiados, bem como a não autorização de venda dos imóveis de famílias de menor renda antes da quitação da dívida, reforma de habitações rurais para famílias pobres, melhoria nas casas construídas, maior parceria com o setor público e maior proteção a mulher chefe da família.

O programa tem por política social aumentar o acesso à casa própria reduzindo de forma efetiva o déficit habitacional. Como política econômica movimentar o setor da construção civil e gerar emprego aos brasileiros.

Assim, seu objetivo principal é “[...] criar um ambiente econômico confiável que estimule o desenvolvimento do mercado formal de habitação com subsídios governamentais para as famílias de baixa renda e de classe média” (BRASIL, 2010, p.50).

A Lei nº 11.977 de julho de 2009, lançou o Programa e determinou as diretrizes de ordenamento do mesmo. Porém, em junho de 2011, esta sofreu alterações, resultando na Lei nº 12.424/2011. Assim, o PMCMV passou a ter por finalidade

criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) [...] (BRASIL, 2011).

Pelo artigo 82B da Lei nº 12.424, de junho de 2011 a principal meta do programa é

[...] promover a produção, aquisição, requalificação e reforma de dois milhões de unidades habitacionais, a partir de 1º de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2014 das quais, no mínimo, 220.000 (duzentas e vinte mil) unidades serão produzidas

---

<sup>13</sup> É um programa criado pelo governo federal que tem por objetivo estimular o crescimento da economia brasileira, por meio de investimentos de obras de infraestrutura.

por meio de concessão de subvenção econômica [...] a beneficiários finais com renda de até R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais) [...].

A construção de moradia por meio deste Programa é voltada para as famílias de classe social baixa e média, na qual o governo oferece subsídio e também o Fundo Garantidor<sup>14</sup> da habitação que protege as famílias de possível desemprego por até 36 meses.

Os beneficiários do Programa são a população que recebe até dez salários mínimos, sendo que para aquelas famílias com renda mais baixa podem ser financiados até 100% do imóvel em até 30 anos, pagando prestações mínimas, padronizadas de acordo com a renda familiar, sendo possível utilizar o FGTS. Podendo ser dividida a população por grupos conforme o valor mensal da renda.

No Grupo 1, estão as famílias com renda de até 3 salários mínimos, cujos os subsídios são integrais, com a isenção do seguro. No grupo 2, renda entre 3 e 6 salários mínimos, o subsídio é parcial em financiamento com redução dos custos de seguro e acesso ao fundo garantidor. No Grupo 3, entre 6 e 10 salários mínimos, o auxílio está na redução de custos de seguro e acesso ao fundo garantidor.

Segundo as fases do PMCMV, as faixas de renda do Programa foram ampliadas da primeira para a segunda, sendo que na faixa 1 um percebe-se que era de até 1.395,00 passando para 1.600,00, a faixa 2 variou de 1.395,01 a 2.790,00 para 1.600,01 a 3.100,00, e a fase 3 de 2.790,01 a 4.650,00 para 3.100,01 a 5.000,00 (quadro 3).

---

<sup>14</sup> Recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades (CARDOSO e ARAGÃO, 2013.p. 35)

QUADRO 3- Faixas de renda do PMCMV por fase

<b>FAIXAS DE RENDA DO PMCMV POR FASE</b>		
<b>FASE 1</b>	Faixa 1	Até 1.395,00
	Faixa 2	De 1.395,01 a 2.790,00
	Faixa 3	De 2.790,01 a 4.650,00
<b>FASE 2</b>	Faixa 1	Até 1.600,00
	Faixa 2	De 1.600,01 a 3.100,00
	Faixa 3	De 3.100,01 a 5.000,00

Fonte: AMORE, C. S., 2014. Org: FERREIRA, L. F., 2015.

Para atuar frente a estes grupos o PMCMV possui dois subprogramas principais, o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o quadro 3 faz uma caracterização destes dois subprogramas.

QUADRO 4- Subprogramas do PMCMV

<b>SUBPROGRAMAS DO PMCMV</b>			
<b>Subprograma</b>	<b>Renda</b>	<b>Recursos</b>	<b>Finalidade</b>
<b>PNHU</b>	De 1 até 10 salários mínimos	FGTS	Promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos,
<b>PNHR</b>	Até 10.000,00	OGU	Subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Org: Ferreira, L. F., 2015.

Para a implantação do PMCMV, os fundo econômicos são provenientes do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) apenas para a faixa 1, Orçamento Geral da União (OGU) para a faixa 1 e para o PNHR e do FGTS que contempla a todas as faixas do programa.

Então o PNHU destina-se aos três grupos das faixas de renda, bem como também o PNH, sendo que seu recurso advém, respectivamente, do FGTS e da OGU e um destinado ao urbano e o outro ao rural.

A inspiração do PMCMV veio das experiências aplicadas no México e Chile, por serem considerados as mais adequadas para dinamizar a produção habitacional (CARDOSO; ARAGÃO, 2013.p.42).

O programa chileno foi lançado em 1977 com êxito devido a transparência e provisão habitacional através de pequenas empresas. A experiência ali vivenciada atinge a diversidade da demanda habitacional, reduzindo o déficit habitacional, invasão de terras e contribuiu para a menor quantidade de favelas no chile (FORTUNATO, 2014, p.50-51). A igualdade entre o modelo chileno e o PMCMV está na provisão de subsídios individuais que possibilitam, as famílias com menor renda, comprar habitações de construtoras privadas. Assim, quanto menor a renda familiar, maiores são os subsídios e parcelas de crédito.

Sobre o modelo mexicano salienta-se que a produção em larga escala é uma de suas principais características, trabalhando com poupança prévia (como se fosse o FGTS) e em duas modalidades de financiamento: a compra da casa própria ou o complemento da aposentadoria. Os subsídios são liberados de acordo com o limite da poupança e arranjo familiar, sendo que o valor da prestação corresponde a 25% da renda da família.

Estes dois modelos possuem algumas críticas relacionadas a segregação social, como no caso chileno onde a população pobre vive na periferia, em casas de má qualidade urbanística e de construção com problemas relacionados a violência urbana. No México também criou-se um grave problema habitacional relacionado a distância dos conjuntos habitacionais dos centros urbanos, problemas de trânsito e também a diferença entre grupos sociais que geram conflitos no mesmo lugar.

Sobre as características das moradias construídas pelo PMCMV, estas se constituem em casa ou apartamento de 35 m<sup>2</sup> e 42 m<sup>2</sup>, respectivamente. As casas possuem sala, cozinha, banheiro, dois dormitórios, área externa com tanque e sistema de aquecimento solar (adotado com o PMVMC 2). Os apartamentos, dispõem de sala, cozinha, área de serviço, banheiro e dois quartos. Os prédios podem ser de quatro pavimentos tendo por bloco 16 apartamentos e de cinco pavimentos com 20 apartamentos por bloco. Ressalta-se que estes também possuem sistema de aquecimento solar.

Além de construir as moradias é necessário que seja implantado nestes conjuntos habitacionais infraestruturas e serviços básicos como água, esgoto, arruamento, espaços de lazer, energia elétrica, entre outros; que ficam a carga dos governantes municipais, com auxílio do Governo Federal.

Os resultados do PMCMV nas duas primeiras fases, ou seja, nos cerca de 5 anos de atuação, o consolidam como o maior programa habitacional da história do Brasil, sendo que foram expressivos a produção habitacional e os auxílios.

Conforme Amore (2015.p.19), a meta das duas primeiras fases do programa foi a contratação de 3 milhões de moradias no anos de 2011. Então em dois anos (abril/2009 a junho/2011), ou seja, na primeira fase, a meta foi cumprida, uma vez que havia sido estipulada em 1 milhão de moradias. Na segunda fase (junho/2011 a dezembro/2014), também houve sucesso quanto a meta de 2 milhões de unidades, onde priorizou-se as faixas de renda mais baixas, sendo que totalizou 60% das contratações, como também havia sido estipulada para esta fase.

Segundo a CEF, até abril/2014, o total de unidades entregues foi de 1.691.621 e de unidades contratadas 3.389.630. O quadro abaixo mostra a distribuição de unidades entregues e contratadas para cada região do país.

**QUADRO 5- Total de habitações entregues e contratadas pelo PMCMV 1 e 2 em até abril/2014**

<b>Regiões Brasileiras</b>	<b>TOTAL DE HABITAÇÕES ENTREGUES<sup>15</sup></b>	<b>TOTAL DE UNIDADES CONTRATADAS<sup>16</sup></b>
<b>Norte</b>	78.102	264.034
<b>Nordeste</b>	459.196	975.246
<b>Centro-oeste</b>	202.685	379.547
<b>Sudeste</b>	588.848	1.183.738
<b>Sul</b>	392.375	587.065
<b>BRASIL</b>	<b>1.691.621</b>	<b>3.389.630</b>

**Fonte:** <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=904>. **Org:** Ferreira, L. F., 2015

<sup>15</sup> Total de unidades entregues até 30/04/2014

<sup>16</sup> Total de unidades contratadas até 30/04/2014

O PMCMV teve sucesso quantitativo e boa repercussão na opinião pública, permitindo que se consolidar na política urbana em nível nacional, cujos impactos são visíveis no cotidiano das cidades grandes, médias e pequenas (AMORE, 2015.p.18).

Apesar dos números representativos para o país e de sua popularidade, eram previstos os mesmos problemas do BNH, sendo que o PMCMV não conseguiria enfrentar a questão da terra, da política urbana brasileira e da segregação socioespacial (AMORE, 2015.p.18).

As críticas ao Programa foram muitas como as colocadas por Cardoso e Aragão (2013, p.45) quanto ao “privilégio concedido ao setor privado como o agente fundamental para efetivar a produção habitacional, deixando de lado, ou em segundo plano, outras alternativas de produção baseadas na produção pública ou na autogestão, coletiva ou individual”. Assim, o programa que tem por intuito movimentar a economia do país, vem enriquecendo as empresas construtoras privadas devido ao privilégio concedido.

O programa tem um impacto sobre a política urbano/fundiária, pois para morar é preciso de um pedaço de terra e de urbanização. A tendência é que os conjuntos habitacionais são construídos nos locais mais baratos da cidade, ou seja, em áreas periféricas e que não recebem as devidas infraestruturas e serviços urbanas.

No que tange ao setor fundiário há a valorização do solo urbano, graças a especulação, que só aumenta ainda mais o preço do solo urbano e expulsa mais as famílias pobres para os locais mais distante e menos urbanizados da cidade.

Neste sentido, o PMCMV está ativo em todo o país, movimentando o setor da construção civil, porém como em políticas habitacionais anteriores, percebe-se a tendência de resolução do déficit habitacional do país apenas em quantidade deixando a desejar na qualidade das habitações.

A fase 3 PMCMV iniciada em 2015, tem por meta a construção de 3 milhões de unidades habitacionais até o ano de 2018, cujo o limite de renda, juros e financiamento serão atualizados.

Conforme as proposta apresentadas pelo governo federal aos movimentos sociais e o setor da construção civil, a faixa 1 passará de 1.600,00 para 1.800,00, com isenção de juros. Foi criada uma faixa intermediária chamada de 1,5 para as famílias com até 2.350,00 reais que não se enquadram na linha 1 e que buscam casas melhores que as oferecidas na primeira faixa, para esta nova faixa são previstos subsídios de até 45 mil reais, com juros anuais de 5%. Na faixa

2, as taxas de juros sofreram alterações sendo que na faixa dois varia de 5% a 7%, conforme renda familiar e na faixa 3 de 6% a 8%.

Quanto as moradias na faixa 1, estas serão modificadas para gerar maior conforto térmico e acústico, como o aumento da espessura das paredes, lajes, uso de esquadilhas de sombreamento e acréscimo de 2 m<sup>2</sup> das unidades habitacionais. Bem como a incorporação de aerador de torneira, válvula de descarga com duplo acionamento, sensor de presença nas áreas comuns, bomba de água com selo Procel e sistemas alternativos ao de aquecimento solar.

A qualidade urbanística também será melhorada com a dimensão máxima de quadras, estímulo ao parcelamento de vias públicas, ampliação das calçadas, redução de unidades por empreendimentos, quantidade mínima de árvores em áreas públicas, entre outras medidas previstas (PLANALTO, 2015)

Devido a conjuntura política e econômica atual, a nova fase do programa somente será iniciada com a aprovação do orçamento para o ano de 2016, sendo que está prevista para ser devagar, tendo prioridade a conclusão de projetos já iniciados.

## **1.2- Meio ambiente, qualidade ambiental e percepção ambiental**

A expressão meio ambiente é abrangente e interdisciplinar, podendo ser utilizada de várias formas, não havendo um consenso entre os pesquisadores. A referência meio ambiente foi utilizada pela primeira vez na obra *Études progressives d'un naturaliste* do naturalista francês Étienne Geoffroy de Saint-Hilaire em 1835, sendo que “meio” (*milieu*) significa o lugar onde está ou se movimenta um ser vivo e “ambiente” (*ambiance*) designa o que rodeia esse ser (DAHER, 2009, p.16).

O meio ambiente pode ser conceitualizado como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Lei nº 6.938, 1981, p.1). Para Coimbra (1985, p.21) o meio ambiente é um conjunto dos elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais, inserindo o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno.



O degradador do meio ambiente é o homem que utiliza dos recursos naturais de forma desenfreada para satisfazer suas necessidades de consumo. As consequências de suas ações resultam em problemas de ordem climática, geológica e biológica, que afetam a todas as espécies do planeta. Como os seres humanos se concentram nas cidades, a sua urbanização trouxe problemas ambientais e sociais decorrentes da degradação ambiental, ausência de equipamentos e serviços urbanos.

Para Leff (2001, p.60) a problemática ambiental no mundo é atribuída ao “[...] processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial”. Logo,

O homem só passou a sentir as consequências da destruição ambiental a partir da Revolução Industrial, fase em que surgiu um pequeno interesse pela questão ecológica mas que ficou por muito tempo reduzido às elites dos países dominantes, caracterizando-se como uma tendência intelectual bem restrita (BARBOUR, 2003, p.6).

Porém, a política ambiental no mundo só veio a ter destaque através da promulgação da Política Ambiental Americana (NEPA) no ano de 1969; pela Conferência das Nações Unidas em Estocolmo no ano de 1972; pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que resultou na publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” em 1987 e pela Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro (ECO-92), em 1992 (MAGRINI, 2001, p.2).

Nos países desenvolvidos, a preocupação ambiental tomou um caráter até certo ponto alarmistas com discussões, conferências e projeções frente ao futuro dos recursos naturais no planeta. Porém cabe destacar a dificuldade encontrada de se propiciar o desenvolvimento econômico e tecnológico sem prejudicar a natureza. Nos países subdesenvolvidos onde a industrialização foi tardia a preocupação ambiental também foi se desenvolvendo junto a uma realidade de problemas socioeconômicos.

No Brasil, o aumento da população urbana que se intensificou a partir da década de 1960 em decorrência do êxodo rural, sobrecarregou os serviços e infraestruturas urbanas insuficientes para atender a todos, isso acarretou a necessidade de que mais áreas naturais fossem tomadas e urbanizadas, o que aconteceu sem se levar em conta a degradação ambiental que este fato provocaria.

A questão ambiental no Brasil ganhou destaque a partir da implantação do Código Florestal, cujo primeiro foi escrito em 1934 como o Decreto Federal 23.793, “onde naturalistas

pensadores e eminentes políticos brasileiros já atentavam para o fato de que as florestas e demais formas de vegetação nativa tinham outras funções, além de fornecedoras de madeira” (HORNUNG; FIALA, 2015, p.1). Já sendo discutido a “conservação florestal e o ciclo da água (chuvas, velocidade de escoamento, infiltração, manutenção de nascentes), bem como desmatamento e erosão/assoreamento” (HORNUNG; FIALA, 2015, p.1).

Com o Novo Código Florestal instituído pela Lei 4.771 de 1965 que abordava sobre as florestas brasileiras e demais formas de vegetação, estabeleceu critérios para a exploração e eliminação de vegetação nativa. Este apresentou uma sutil “diferença de tratamento da questão ambiental, havendo uma preocupação maior com a proteção de áreas sensíveis com um cunho mais leve de interesses propriamente econômicos” (ELTZ, s/a, p.5).

Após estes Códigos Florestais, aparece na legislação ambiental do país a Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei 6.938 de 1981, que “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (LEI 6.938, 1981, p. 1).

Outro marco da preocupação ambiental foi o Decreto nº 92.752 de 1986 que aprovou o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente e em 1988, com a Constituição Federal, aonde o meio ambiente é retratado em especial no capítulo VI, sendo destacado que em seu artigo 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Foi fundamental a criação de órgãos como o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) criados em 1981, bem como do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989 e Instituto Chico Mendes (ICM) em 2007, pois estes órgão tinham por finalidade o cuidado, proteção, melhoria e recuperação do meio ambiente.

As medidas tomadas em prol do meio ambiente nas cidades ainda são tímidas e não tem surtido grandes resultados, para uma questão que requer soluções imediatas e eficazes. Daí vê-se a importância do estudo da qualidade ambiental urbana necessária para a qualidade de vida da população, para que este panorama atual possa ser remediado e a população urbana possa aprender a conviver com a natureza e a ter práticas mais sustentáveis.

Como a qualidade ambiental é um elemento da qualidade de vida humana nas cidades, primeiramente retrataremos sobre a qualidade de vida, pois a partir dela conseguiremos falar sobre a qualidade ambiental.

A utilização do termo qualidade de vida, apesar de haver divergência quanto a sua origem, supostamente para alguns pesquisadores surgiu por volta de 1930 na literatura médica (SEIDL E ZANNON, 2004, p.581). Alguns consideram que advém de um livro sobre economia e bem-estar produzido por Arthur Cecil Pigou em 1920 (FLECK et al., 1999, p.20). Outros pesquisadores a atribuem ao presidente norte-americano Lyndon Johnson, que em 1964 em sua declaração "os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas" (OMS, 1998).

Desde a antiga Grécia, o famoso filósofo grego Aristóteles, descrevia a qualidade de vida caracterizando-a como a atividade da alma e aborda que esta é a própria felicidade que todos almejam e que somente o homem pode conseguir, por ter seu raciocínio lógico inteligente, criativo e excepcionalmente superior aos outros seres. Além disso, Aristóteles coloca que todos se sacrificam e se esforçam plenamente para consegui-la, porém nem todos têm a mesma ideia de felicidade, sendo naturalmente normal que haja diferenças.

A qualidade de vida somente se torna mais evidente no mundo após a Segunda Guerra Mundial, significando inicialmente melhoria do padrão de vida, por meio da obtenção de bens materiais adquiridos (casa própria, carro, aparelhos eletrônicos), ter aposentadoria e viajar (PASCHOAL, 2000, p.19).

Na década de 1950 passou a ser vista como grau de desenvolvimentos econômico de uma sociedade sem considerar se a forma de distribuição da riqueza era justa, sendo que os países com maiores indicadores possuíam a população com melhor qualidade de vida. Dentre estes indicadores econômicos estão o Produto Interno Bruto (PIB), taxa de emprego, renda *per capita* (PASCHOAL, 2000, p.20).

No fim da década de 1950 houve a ampliação do conceito de qualidade de vida que envolveu, além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social (moradia, educação, saúde, transporte, trabalho, crescimento individual e lazer), daí novos indicadores surgem como a mortalidade infantil, expectativa de vida, taxa de violência, alfabetização, etc (PASCHOAL, 2000, p.20).

A partir da década de 1960, percebe-se que estes indicadores não eram suficientes, havendo a necessidade de se considerar a qualidade de vida individual e a própria percepção do

indivíduo frente a isso, que denominou-se de qualidade de vida subjetiva. Em 1980 as discussões sobre qualidade ambiental passaram a englobar a subjetividade em união com os aspectos socioeconômico, sendo que está presente até na atualidade.

O termo qualidade de vida é complexo e subjetivo, possui diferentes significados frente aos vários ramos da ciência (geografia, política, economia, sociologia, educação, medicina, enfermagem e psicologia), bem como na própria linguagem cotidiana das pessoas em geral.

Há um consenso de que a qualidade de vida não está apenas relacionada à saúde, bem-estar físico, emocional e mental, mas também envolvem outros aspectos importante para a vida humana como família, amigos, trabalho e outras circunstâncias cotidianas (GILL e FEISNTEIN, 1994 apud TEIXEIRA et al, 2009, p. 2).

O conceito de qualidade de vida presente na mídia, em conversas do dia-a-dia, nas pesquisas e discussões acadêmicas, mostra uma preocupação individual e coletiva frente a saúde e bem-estar da população, o que provoca um aumento do interesse na temática e dos estudos que buscam discutir sobre o assunto para preencher as lacunas e esclarecer as produções já existentes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou um conceito de qualidade de vida, este sendo “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1995, p.1), que procurou um consenso internacional e apresentar uma perspectiva transcultural que contemplasse a saúde física e psicológica, o nível de independência, das relações sociais, do meio ambiente e os aspectos religiosos (OMS, 1995, p.1)

Para Minayo, Hartz e Buss ( 2000, p.8) a qualidade de vida é

uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.

Nahas (2001, p.5) como uma “condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”, para este a qualidade de vida analisa o indivíduo, a sociedade e a natureza e suas inter-relações, sendo um conceito que estabelece uma conexão entre o individual e social.

Com a concentração da população nas cidades brasileiras e a urbanização acelerada, houve o comprometimento da qualidade de vida dos moradores das cidades. Os problemas urbanos como a desigualdade social, insegurança, os congestionamento no trânsito e degradação ambiental, entre outros, comprometem a saúde e bem-estar dos indivíduos e tornam o ambiente insalubre. Assim a discussão sobre a qualidade de vida é fundamental, cabendo a procura por melhorias na política, gestão e planejamento do meio ambiente urbanos.

Para Lima (2013, p.75)

O ser humano necessita de muitos fatores para manter uma qualidade de vida satisfatória, entre os quais se destacam as relações sociais, o acesso aos serviços públicos e de saúde, entre outros. Necessita, também, de um ambiente ecologicamente equilibrado que influencie em todos os outros níveis de percepções de melhoria das condições de saúde e de vida.

Vitte (2009, p.89) considera que “[...] a ideia de qualidade de vida diz respeito a aspectos mais complexos do que a simples cobertura das necessidades básicas”, pois além das necessidades básicas, o ser humano precisa estar satisfeito com o ambiente onde vive e com as relações que neste estabelecem.

No trabalho de Erik Allardr intitulado “*Loving, beihg: na alternative to the swedish modelo of welfare state*” este evidencia as necessidades individuais por meio de três palavras: *ter*, *amar* e *ser*. O *ter* se relaciona as necessidades básicas como as condições de moradia, recursos econômicos, emprego, condições de trabalho, saúde e educação. O *ser* as atividades políticas, participação do indivíduo em decisões que influenciam em sua vida, oportunidades de lazer e de contato com a natureza. E o *amar* ao vínculo e contato com a comunidade, com a família, amigos, relação com colegas de trabalho e participação em organizações e associações (ALLARDT, 1993 apud VITTE, 2009, p.92-94).

A moradia que se constitui como uma necessidade básica das pessoas é fundamental a qualidade de vida, pois na “casa é onde dormimos, comemos, guardamos as nossas coisas que são importantes para nós, recebemos amigos, ou seja, onde vivemos e nos sentimos protegidos” (GURGEL, 2004, p.18). Para Elali e Pinheiro (2013, p. 15) “[...] um edifício não é definido apenas por suas propriedades construtivas, condição que é ainda mais evidente no caso da habitação, que, como edificação destinada ao abrigo do indivíduo ou grupo familiar, assume considerável importância para a qualidade de vida de seus moradores”.

Minaki e Amorin (2007, p.68) ressaltam a importância da moradia para a qualidade de vida, quando a consideram como “[...] um diagnóstico da existência ou não de condições

saudáveis de habitação, em termos humanos, sociais, ecológico-ambientais, econômicos, dentre outros, obtidos em conjunto num determinado local”.

No geral, a importância de uma boa qualidade de vida “ultrapassa a noção de bem-estar social baseado apenas na quantidade de bens e serviços colocados à disposição da população em geral. [...]é necessário verificar como a disponibilidade de bens e serviços está sendo apropriada/percebida pela população [...]” (KEINERT; KEINERT; FEFFERMANN, 2009, p.229). A qualidade de vida é um dos objetivos que deve ser alcançado no atual estágio da humanidade, pois aumentar os anos de vida da população não basta é necessário que está disponha de uma vida com qualidade e bem-estar.

Um dos elementos que propiciam a qualidade de vida é a qualidade ambiental cujas as primeiras discussões sobre esta aconteceram em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano<sup>17</sup> em Estocolmo, Suécia. Segundo Passos (2009, p.11), “o tema qualidade ambiental passou a integrar as discussões e agendas políticas de todas as nações, de tal modo que passou a ser considerado como um direito fundamental, essencial para a melhoria da qualidade da vida humana”.

Desse modo, a Conferência tinha por intuito inspirar e guiar a preservação e melhoria do meio ambiente, não só físico mas também humano (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972, p.1). Sendo assim,

[...] são amplas as perspectivas para a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida. O que precisamos é de entusiasmo, acompanhado de calma mental, e de trabalho intenso mas ordenado. [...] o homem deve usar seu conhecimento para, com ela colaborando, criar um mundo melhor [...]  
(DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972, p.1)

Então as ações em prol da natureza, garantiriam melhores condições de vida a população, porém não era suficiente cuidar do meio ambiente. Deveria ser derrotado o subdesenvolvimento que é considerado como um dos maiores problemas ambientais do mundo, como reforça a Declaração de Estocolmo (1972, p.1)

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais está motivada pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas.

---

<sup>17</sup> Também conhecida como Conferência de Estocolmo

Torna-se difícil pensar no meio ambiente e em qualidade ambiental quando um país não tem condições financeiras para oferecer a sua população o necessário para sobreviver, diferente do que acontece nos países ricos, que dispõem de um patamar mais favorável de desenvolvimento econômico.

Essa dificuldade em oferecer qualidade ambiental a população é porque engloba vários elementos não só o ambiental, mas também o social e econômico, como destaca Lima (2013, p.45) quando conceitua a qualidade ambiental como “[...] padrão a ser estabelecido e/ou alcançado de satisfação ambiental”. Essa satisfação ambiental é o nível de contentamento dos indivíduos em seu lugar de vivência (moradia, trabalho, locais de lazer, etc.) em todos os aspectos (físicos, biológicos, sociais e econômicos).

Para Luengo (1998, p. 1) qualidade ambiental é

[...] las condiciones óptimas que rigen el comportamiento del espacio habitable en términos de confort asociados a lo ecológico, biológico, económico-productivo, socio-cultural, tipológico, tecnológico y estético en sus dimensiones espaciales. De esta manera, la calidad ambiental urbana es por extensión, producto de la interacción de estas variables para la conformación de un hábitat saludable, confortable y capaz de satisfacer los requerimientos básicos de sustentabilidad de la vida humana individual y en interacción social dentro del medio urbano. (LUENGO, 1998, p.1).

Para esse pesquisador, o conceito de qualidade ambiental urbana possui uma conotação espacial, relacionando-se ao lugar onde o homem realiza as suas atividades básicas. Assim a qualidade ambiental resulta da interação de todos os elementos presentes na cidade e que influencia, direta ou/e indiretamente, os moradores e suas interações com outros indivíduos.

Nesse sentido, nos estudos referente a qualidade ambiental, várias são as metodologias utilizadas como a de Luego (1998), Nucci (2008) e Lima (2013), podendo ser de caráter qualitativo e/ou quantitativo, como afirma Luego (1998, p.8) “sin embargo, en términos generales, puede decirse que la investigación de apoyo a la medición de la calidad ambiental urbana es cualitativo-cuantitativa”.

Além de diferentes escalas (local, regional e global) de estudos que englobam desde a moradia até outros níveis maiores como a cidade, sendo “[...] necessária uma divisão desse espaço para um melhor entendimento, pois as metodologias de estudo até agora conhecidas ainda não foram capazes de estudar o espaço levando em consideração toda as suas variáveis e inter-relações” (NUCCI, 2008, p.3).

Como exemplo desta escalas de análise, Luego apresenta em seu estudo realizado na Venezuela, quatro níveis de aproximação do problema da qualidade ambiental, sendo estes: 1) nível de domicílio e de vizinhança onde ocorre as maiores interações e onde há as suas próprias particularidades; 2) nível do bairro de maior complexidade, possuindo estrutura espacial e funcional; 3) nível do município onde se reúne o conjunto dos bairros com uma estrutura administrativa mais complexa e 4) o nível metropolitano, que geralmente é de maior complexidade espacial e organizativa (LUEGO, 1998, p. 2).

Pensar a qualidade ambiental no bairro e especialmente na moradia é de fundamental importância, pois o “habitar é um conceito que extrapola o objeto edificado, expandindo-se ao entorno imediato da moradia, revestindo-se de características subjetivas inerentes à relação que se estabelece entre o(s) morador (es) e o ambiente sociofísico que o(s) recebe” (ELALI e PINHEIRO, 2013, p.15).

Como destacou estes autores a qualidade ambiental está relacionada a percepção do indivíduo, competindo reflexões referentes “ao modo de vida dos usuários (anteriores e atuais) e ao tipo de relação que eles mantinham e/ou mantêm com aquele ambiente”. (ELALI e PINHEIRO, 2013, p.16). Por isso,

A avaliação da imagem percebida pelo residente afeta e reflete seus sentimentos de autoestima, sua posição social na comunidade, o relacionamento com os vizinhos e a sensação de pertencer e identificar-se com o lugar em que vive, sensações consideradas necessárias para a satisfação ambiental, que afetam a apropriação e o comportamento espacial (LIMA, 2011, p. 28)

Assim, o modo como organizamos e cuidamos do lugar onde vivemos reflete no que estes será e no que transmitirá a nós, pois fazemos parte deste meio ambiente e se o comprometemos estaremos prejudicando a nós mesmos.

### **1.2.1- Avaliação da qualidade ambiental urbana**

Para a avaliação da qualidade ambiental é necessário a escolha de indicadores ambientais que representam o estado ou situação ambiental em um determinado ambiente. Para Santos (2004, p.61)

“[...] são indicativos das mudanças e condições no ambiente e, se bem conduzidos, permitem representar a rede de causalidades presente num determinado meio. Os indicadores são empregados para avaliar e comparar territórios de diferentes dimensões e de diversas complexidades”.



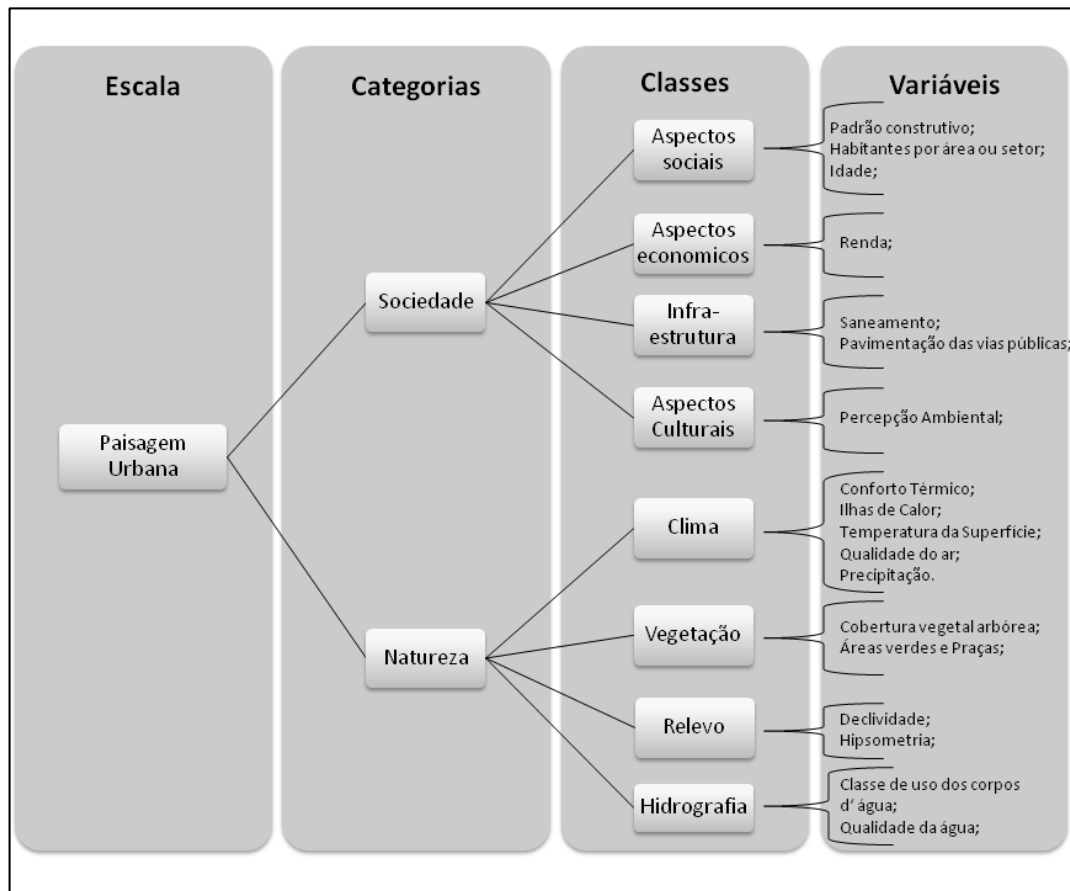
A principal importância dos indicadores ambientais está na possibilidade de identificar danos e ameaças aos ecossistemas, à saúde e bem-estar humana. Isso permite que haja uma avaliação e reflexão do meio ambiente pelos órgãos públicos, afim de ser adotadas decisões e ações que venham de encontro a melhoria da qualidade ambiental urbana.

Segundo Lima (2013, p.76) os indicadores ambientais determinam a qualidade de elementos físicos, químicos, biológicos, social, econômicos e políticos, os quais possibilitam o controle ambiental. Estes indicadores podem ser de caráter quantitativo e/ou qualitativo, de acordo com o objetivo do estudo. Esta pesquisadora considera que há alguns indicadores que possuem padrões estabelecidos como os níveis de poluição do ar e/ou da água. A outros indicadores que são subjetivos de acordo com a percepção individual que varia entre os indivíduos e que são determinados por seus padrões políticos, culturais, econômico e ideológicos.

Para Luego (1998, p.4) a avaliação da qualidade ambiental urbana deve seguir três aspectos principais: físicos-naturais (que refere-se as condições do ambiente); urbano-arquitetônicos (que considera o ambiente artificial); e sócio-culturais (referente a ordem social).

Para a escolha dos indicadores, considerando a paisagem urbana, deve-se analisar todos os elementos que abarquem a realidade, ou seja, os elementos naturais e sociais, pois deve-se considerar que o homem influencia em todos os espaços do planeta. A figura 1, apresenta as variáveis de análise da sociedade e natureza para a paisagem urbana.

FIGURA 1-Variáveis das classes de análises das categorias “sociedade e natureza” na paisagem urbana



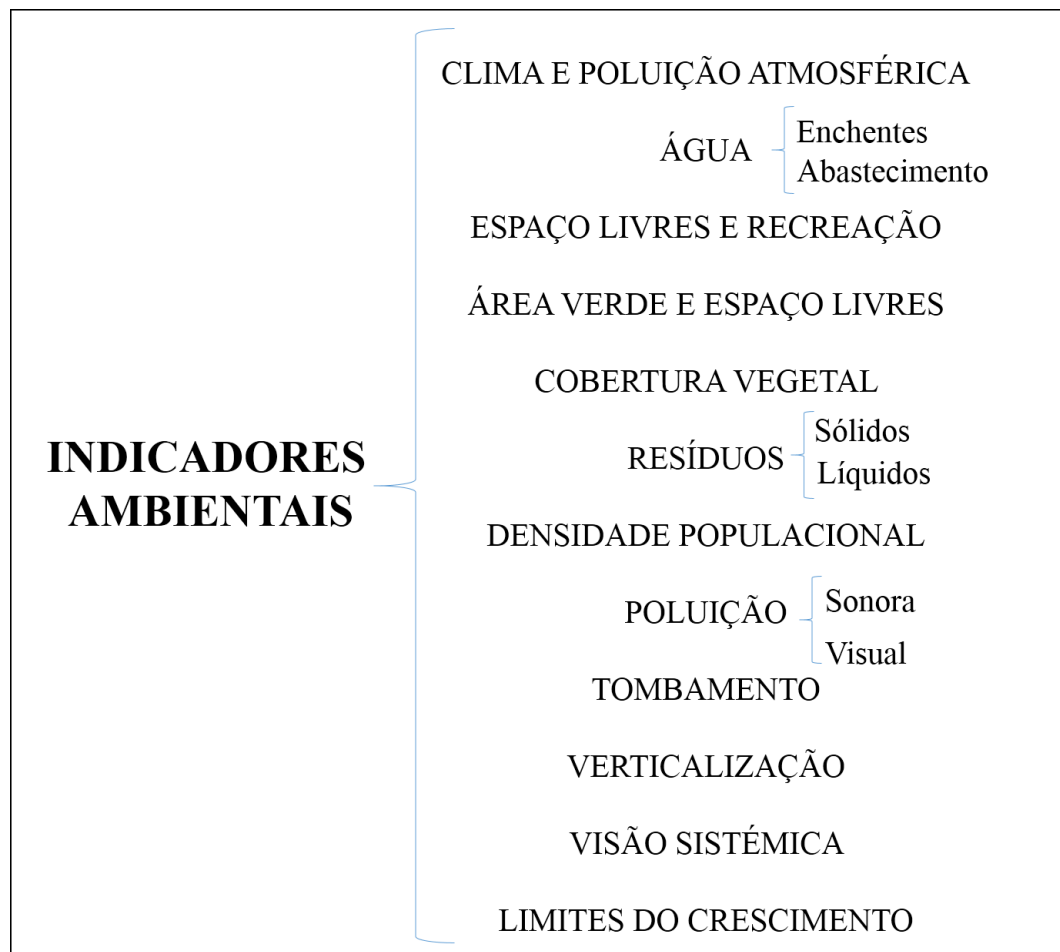
Fonte: LIMA, V., 2011

Na pesquisa realizada por Lima (2013, p.80), intitulada “A sociedade e a natureza na paisagem urbana: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental” esta considerou como indicadores ambientais: o tipo de cobertura; classe de renda; saneamento ambiental; temperatura do ar; e densidade de vegetação que, respectivamente, se relacionam a classes de análises dos aspectos sociais (variáveis: número de habitantes, cobertura das construções e uso do solo); aspectos econômicos (variáveis: renda); infraestrutura (variáveis: água, luz, coleta de lixo, pavimentação das vias públicas e esgoto); clima (variáveis: temperatura do ar e de superfície) e vegetação (variáveis: cobertura vegetal).

Esta pesquisadora buscou uma análise dos elementos que compõe a paisagem urbana, sendo que “optou-se por uma representação de variáveis agrupadas em classes de análise, com o objetivo de visualizar as especificidades de cada uma para a definição dos indicadores ambientais” (LIMA, 2013, p.79).

Para Nucci (2008, p.12) em sua obra “Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)”, considerou-se indicadores objetivos que foram estabelecidos por meio do estudo de vários outros trabalhos.

FIGURA 2-Indicadores ambientais



Fonte: NUCCI, J. C., 2008. Org.: FERREIRA, L. F., 2016

Estes foram clima e poluição atmosférica; água de abastecimento e enchentes; resíduos sólidos e líquidos; poluição sonora e visual; cobertura vegetal; áreas verdes e espaço livres; verticalização; tombamento; limites do crescimento; visão sistêmica; espaços livres e recreação; e densidade populacional (figura 2).

### 1.2.2- Qualidade ambiental e subjetividade

Como já referido anteriormente a qualidade ambiental é determinada pelas condições ambientais, sociais e econômicas do indivíduos e do lugar onde estão inseridos. Então a percepção destes sujeitos é fundamental para a avaliação da qualidade ambiental, pois cotidianamente vivem e constroem estes espaços.

Desta forma, primeiramente cabe destacar que a percepção é “[...] a resposta dos sentidos aos estímulos externos[...]” (TUAN, 1980, p.4). Segundo Del Rio (1996, p.3) é “um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos”. No dicionário Michaelis corresponde ao “ato, efeito ou faculdade de perceber; recepção, pelos centros nervosos, de impressões colhidas pelos sentidos” (MICHAELIS, 2015).

Neste sentido, compreende-se que com os cinco sentidos humanos podemos perceber e interpretar o ambiente em que vivemos. Estes cinco sentidos intermediam nossa experiência de mundo e nos auxiliam a conhecer os lugares. Conforme Pádua (2013, p.47), os cinco sentidos permitem que possamos dar sentido aos lugares. Contudo, sobre esses sentidos é importante ressaltar que alguns fenômenos são registrados e outros são bloqueados devido ao valor dado a estes pelos indivíduos e que alguns sentidos podem nos afastar ou aproximar dos lugares, como acontece, respectivamente, com a visão e audição.

A visão, apesar de ser o sentido mais importante e utilizado pelo homem é abstrata e não envolve as nossas emoções, sendo que “uma pessoa que simplesmente ‘vê’ é um expectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena” (TUAN 1980, p.12), já aquele que ouve é mais sensível ao que escuta “sentimo-nos mais vulneráveis aos sons” (TUAN 1980, p.10), tendo uma maior conotação de receptividade. Porém é importante destacar que os humanos também percebem o mundo além dos cinco sentidos, como acontece com a percepção de mudanças climáticas e senso de direção (TUAN, 1980.p.7).

As interpretações de mundo dada pelos indivíduos vão variar conforme os sentidos, grupo (cultura) e indivíduo (idade, preferências individuais). Por sermos da mesma espécie e por possuímos os mesmos sentidos, corre-se o risco de se assemelharem ou igualarem nossas interpretações do meio ambiente.

Assim, por meio das experiências sensoriais e perceptivas, o sujeito interage com o lugar aproximando do mesmo e possibilitando a afetividade e identidade, ou seja, o lugar é tomado de valor.

Além da percepção pelos sentidos, há um diálogo entre o sujeito (homem) e objeto (lugar), que possibilita a filtragem das relações entre ambos, as interfaces objetivas e subjetivas, expressas ou apagadas entre a individualidade e globalização. As percepções, vivências e memórias dos indivíduos e da coletividade contemplam o saber geográfico, produzindo o espaço geográfico e o lugar conforme o imaginário social (RODRIGUES, 2014, p.18).

Sobre o espaço, está relacionado ao vivido, onde se passa as realizações humanas. Para Santos (2012, p. 78) o espaço geográfico é o “[...] resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 2012. p.78). Corrêa (2000, p.26) considera-o como o “[...] locus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução social”.

O espaço se confunde e se transforma em lugar, ou seja, o lugar está contido no espaço. O espaço é mais abstrato e permite o movimento, sendo qualquer parte da superfície terrestre amplo e desconhecido. Já o lugar é pausa, mudando apenas quando este é conhecido melhor e passa a ter um valor, se constituindo como fechado, íntimo e humanizado.

O lugar é considerado como o espaço do indivíduo, ou seja, onde este está ligado, tendo afetividade e identidade, que surge por meio da vivência e experiência. É recortado afetivamente (positivamente ou negativamente) devido as relações pessoais e afetivas, trazendo características pessoais de acordo com os tipos de atividades ali existentes, das características históricas e culturais e dos comportamentos nele apresentados.

O conceito de lugar pode ser considerado como “[...] a porção do espaço apropriável para a vida - apropriada através do corpo - dos sentidos - dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, [...]” (CARLOS, 2007, p.17), bem como “o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço vivido, do experienciado” (CAVALCANTI, 1998, p.89).

O geógrafo Yi-Fu Tuan criou um neologismo que designa a associação dos sentimentos dos seres humanos ao lugar, ou seja, a vinculação da pessoa com o ambiente, chamada de “Topofilia”, que é “[...] todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p.107), uma resposta ao meio ambiente de caráter estético e/ou tátil.

Assim, a percepção do lugar é diferente para cada indivíduo, ou seja, é subjetiva, de acordo com o contexto social ao qual está inserido, bem como pelos valores e culturas que este possui. Com a importância da percepção do espaço e lugar para a vida dos indivíduos cabe trazer uma reflexão a respeito da percepção ambiental nas cidades, pois a percepção ambiental

é a “[...]visão ou a compreensão que as pessoas têm sobre o meio no qual vivem, sobre o seu lugar” (JACOBI, 1999 apud VITTE, 2009, p. 98).

A percepção ambiental originária da década de 1970, consiste no ato de perceber o meio ambiente, para que possamos protegê-lo, bem como “um processo que permite a interação do indivíduo com o meio onde vive” (MASSON, 2004, p.34) e “o estudo da linguagem que o homem desenvolve para intervir na natureza e construir o seu espaço” (FERRARA, 1999, p. 64).

A valorização do meio ambiente muda de acordo com a forma que cada indivíduo o sente. Sendo a percepção ambiental determinada pela cultura, gênero, tempo e experiência individuais no lugar. Pessoas com diferentes experiências, antecedentes sociais e aspirações avaliam de diferentes formas o meio ambiente, assim como a própria evolução da sociedade e cultura altera as atitudes individuais e coletivas frente ao meio ambiente.

Um exemplo disso dado por Tuan (1980) quando cita em sua obra a experiência do indivíduo nativo e o visitante sobre o meio ambiente. Entre eles as visões são bem diferentes. O visitante avalia o meio ambiente pela estética, ou seja, pela aparência por um critério de beleza, sendo difícil criar uma empatia pelo lugar (TUAN, 1980, p.74), já o nativo tem uma visão complexa baseada na sua imersão na totalidade, ou seja, na tradição e conhecimento locais (TUAN, 1980, p.72-74)

A importância do estudo da percepção ambiental está na compreensão da relação estabelecida entre homem e natureza, conforme a visão individual e social. Se constitui a percepção ambiental em fundamental arma para a preservação do meio ambiente, para estabelecimento de uma boa relação entre humanos e natureza, estabelecendo uma reaproximação entre ambos, para que as futuras gerações também disponham dos recursos naturais e de boa qualidade ambiental e de vida.

Outra importância se relaciona a ser “uma investigação sobre valores, necessidades, atitudes e expectativas que determinados sujeitos têm em relação ao seu meio vivencial” (BAY; SILVA, 2011, p.102)

A percepção ambiental nos ambientes urbanos é fundamental devido ao fato deste abrigar a maioria da população humana, que transforma o meio ambiente de acordo com suas necessidades e ambições.

A cidade para o indivíduo é o seu lugar de vivência onde se estabelecem suas relações cotidianas. Conforme Vitte (2009, p.96) “a cidade e o *lugar* manifestação do indivíduo e da

experiência coletiva, já que há multiplicidade de trocas que ajudam a produção da sociabilidade na cidade”. A cidade também é considerada “um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia” (PESAVENTO, 2007, p.14).

Dentro das cidades cada bairro possui suas próprias características que possibilitam uma diferente leitura da cidade e percepção da qualidade ambiental e refletem até mesmo na percepção dos moradores sobre a sua moradia que estão carregadas por elementos da vivência da pessoa com este ambiente que desencadeia um elo afetivo que caracteriza e diferencia um lugar do outro, caracterizando-o como especial (em sentido positivo ou negativo) (ELALI; PINHEIRO, 2013, p.18).

No que se refere ao apego com o lugar, a habitação é um dos ambientes mais analisados neste campo, “pois nela passamos grande parte de nossa existência, tanto em termos de permanência diária quanto no que se refere a fases de vida” (ELALI; PINHEIRO, 2013, p.19). Além disso, “quando vivemos por muitos anos no mesmo local, nos sentimos familiarizados e confortáveis naquele lugar, de modo que nossas percepções passam a ocorrer *de dentro para fora (top-down)*” (ELALI; PINHEIRO, 2013, p.21).

Então a forma como o indivíduo vê a natureza, a cidade, bairro e a moradia interfere em suas relações com o ambiente, sendo que a percepção e experiência das pessoas que habitam um determinado lugar são fundamentais para que deduções sobre as necessidades ambientais sejam realizadas e a população intervenha de forma decisiva com mudanças de atitudes e hábitos, sobre o meio ambiente.

## **CAPÍTULO 2- METODOLOGIA**

A metodologia aplicada nessa pesquisa foi baseada sobretudo nos trabalhos de Nucci (2008), Lima (2013), Lima (2007), Luego (1998), Rodrigues (2014) que discutem sobre a questão da moradia, tendo como elementos de análise as políticas públicas, os agente imobiliários e a percepção da qualidade ambiental.

### **2.1 O método da pesquisa: quantitativo e qualitativo**

O método é imprescindível a pesquisa, porque é através dele que o pesquisador se orienta para chegar a algo ou mesmo fazer algo (TURATO, 2003, p.149). Deste modo, compreende-se que “[...] serve como uma bússola a indicar o caminho que temos que percorrer” (ZANATTA; COSTA, 2012, p.349).

Richardson (2012, p.70) considera-o como “[...] procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”. Esses procedimentos sistêmicos consistem em definir um problema, efetivar observações e interpretações com base nas relações encontradas, fundamentando, se possível, nas teorias existentes (RICHARDSON, 2012, p.70).

Neste sentido, é o “[...] pesquisador que deve decidir, de acordo com a natureza da sua pesquisa, qual método adotar. O importante nessa escolha é o rigor científico aplicado ao longo da experiência e a coerência absoluta com os seus objetivos preestabelecidos” (FONSECA, 2009, p.36).

Para a análise da qualidade ambiental urbana dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, optou-se por utilizar do método quantitativa e qualitativa que “[...] se diferenciam não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas sobretudo pela forma de abordagem do problema” (RICHARDSON, 2012, p.70).

Apesar destes dois métodos, terem suas particularidades, alguns autores consideram que não se diferenciarem com clareza um do outro por entenderem que a pesquisa quantitativa é também, de certo modo, qualitativa (RICHARDSON, 2012, p.79).

A partir deste pressuposto Minayo (1994), considera que um método complementa o outro, sendo que não são incompatíveis e possibilitam a integração de ambas em pesquisas. Para esta autora, a observação quantitativa pode levar o pesquisador a escolher um problema particular a ser analisado em toda a sua complexidade, por meio do método e técnicas



qualitativos e vice e versa e a investigação qualitativa se adequa ao recolhimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos (MINAYO, 1994).

Para Fonseca (2009, p.36) “[...] os dois métodos têm a possibilidade de se complementar, oferecendo resultados que possam ser cruzados em diferentes etapas de uma outra pesquisa”. Logo, para melhor compreender o método quantitativo e qualitativo, utilizados nessa pesquisa, aborda-se, a seguir, as suas principais características.

O método quantitativo baseia-se no uso da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento estatístico. Tem a intensão de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretações, que garante uma margem de segurança sobre as inferências (RICHARDSON, 2012, p.70).

Este método é objetivo, caracterizando-se por uma abordagem pontual e estruturada, tendo por técnicas de análise a dedução<sup>18</sup>. Se orienta pelos resultados que são generalizáveis (TANAKA; MELO, 2001, p.1) e obedece ao paradigma clássico positivista onde, “[...] a lógica e a matemática seriam válidas por estabelecerem as regras da linguagem, constituindo-se um conhecimento *a priori*, independente da experiência” (TERENCE; FILHO, 2006, p.2).

Este procura a explicação e as causas dos fenômenos, tendo por principal objeto de estudo os fatos naturais descritos. Caracteriza-se pelo distanciamento do pesquisador do fato estudado e pelo número significativo de participantes no caminho da investigação para a produção dos dados.

É frequentemente utilizado em estudos descritivos<sup>19</sup> e naqueles que procuram descobrir e classificar a correlação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação entre fenômenos (RICHARDSON, 2012, p.70). Os estudos de correlação de variáveis devem ser realizados por meio de fundamentação teórica e planejamento para a análise das hipóteses, sendo necessário identificar as variáveis específicas que são importantes para explicar características, problemas e comportamentos (RICHARDSON, 2012, p.71).

Um passo fundamental deste método é a coleta de dados, que pode ser através de “[...] questionários, testes standardizados, entrevistas e observações, instrumentos esses que são empregados em outros tipos de estudos” (RICHARDSON, 2012, p.72). Como também destaca

---

<sup>18</sup> “Parte-se de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis, possibilitando chegar a conclusões de maneira puramente formal, em virtude de sua lógica” (GERHALSDT; SOUZA, 2009, p.26).

<sup>19</sup> “Os estudos de natureza descritiva propõem-se investigar o ‘que é’, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo” (RICHARDSON, 1989, p.71).

Fonseca (2009, p.35) quando se refere as técnicas específicas de mensuração, tais como os questionários de múltipla escolha que usa de cálculos de média e proporções, elaboração de índices e escalas, procedimentos estatísticos.

Conforme Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p.7) a coleta de dados “[...]enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses”.

Quanto as apreciações ao método quantitativo, Tanaka e Melo (2001, p.3) consideram que este possibilita uma análise direta dos dados, tendo força demonstrativa, permitindo a generalização pela representatividade e inferência a outros contextos.

O método qualitativo procura compreender e interpretar a natureza de um fenômeno social, se diferindo do quantitativo à medida que não empregam instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Este preocupa-se com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32).

Na perspectiva de Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p.9), a pesquisa qualitativa “[...] é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise”.

Neste método os pesquisadores recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, sendo que o pesquisador não pode realizar julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças corrompam a pesquisa (GOLDENBERG, 1997 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.31-32).

Os investigadores no método qualitativo tentam explicar o porquê das coisas, demonstrando o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas, nem mesmo se submetem à prova de fatos, pois os dados não são métricos e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32).

Assim, o pesquisador tem interesse na interpretação dos participantes sob a situação analisada, bem como exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciado (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p.10). Segundo Fonseca (2009, p.35) “o pesquisador se propõe a participar compreender e interpretar as informações”.

Este tipo de estudo apresenta-se de forma descritiva, sendo a teoria construída por meio de análises empíricas, para posterior aprofundamento em leituras de outros autores. (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p.11), sendo que os dados qualitativos podem ser formados por informações escritas e também por pinturas, desenhos, fotografias, músicas, vídeos e filmes.

De acordo com Richardson (2012, p.80),

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Então este método procura descrever significados socialmente construídos, enfatizando as interações, cujas as características não estruturadas e técnicas indutivas<sup>20</sup>, não apresentam resultados generalizáveis (TANAKA; MELO, 2001, p.1). Desta forma, considera-se que as características principais do método qualitativo são:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.32).

Com estas características principais, o método qualitativo é importante em uma pesquisa, pois permite a interação entre pesquisador/sujeito, resultados individualizados, avaliação de informações difusos e não específicos, bem como a subjetividade dos sujeitos (TANAKA; MELO, 2001, p.7).

Na pesquisa qualitativa o pesquisador, principal instrumento de coleta de informações, tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados, tendo que perceber a realidade através da subjetividade dos sujeitos-participantes da investigação.

O subjetivo é o que “exprime ou manifesta apenas as ideias ou preferências da própria pessoa” (MICHAELIS, 2015). Para REY (2004, p. 137) “A subjetividade se produz sobre

---

<sup>20</sup> “O conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência, sem levar em consideração princípios preestabelecidos. [...] A partir da observação, é possível formular uma hipótese explicativa da causa do fenômeno. Portanto, por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis” (GERHALSDT; SILVEIRA, 2009, p.26-27).

sistemas simbólicos e emoções que expressam de forma diferenciada o encontro de histórias singulares de instâncias sociais e sujeitos individuais, com contextos sociais e culturais multidimensionais”.

A subjetividade não é uma perspectiva recente, fazendo-se presente no início da Ciência, cujas as leis foram sendo descobertas pelo seu uso (MORESI, 2003, p.13). Foi considerada por muito tempo como uma dimensão marginal do conhecimento, pois as teorias e métodos calcados em noções de ordem, previsibilidade e controle eram considerados como a dimensão principal (GALLERT et al, 2011, p.2).

No final do século XIX, houve a revalorização da subjetividade que passou a ser vista como uma forma de representar a relação entre sujeito e objeto, assim como entre a natureza, indivíduo e sociedade. Desta forma, a subjetividade “[...] vem ocupando lugar na reflexão da ciência enquanto processo de construção do conhecimento” (GALLERT et al, 2011, p.2), necessária a compreensão da realidade, esta depende do objeto analisado e do sujeito que faz ou participa da observação.

Para compreender a realidade é necessário a inclusão da ação do sujeito que transforma e é transformado pelo ambiente através de seus vínculos e práticas sociais. Os espaços onde ocorrem as ações dos sujeitos, no âmbito histórico, social e cultural comportam a subjetividade individual e social, que ocorrem de forma “processual e indissociável, e se constituem de maneira recíproca, ou seja, uma está constituída pela outra” (REY, 2005 apud GALLERT et al, 2011, p.5).

A subjetividade individual compreende “processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Portanto ela delimita um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação” (REY, 2002, p. 141). A subjetividade social “apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos etc. e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva” (REY, 2005, p. 24).

Logo, Gallert et al. (2011, p.10) destaca que “[...] é explícita a necessidade cada vez maior de observação do sujeito, sua filosofia pessoal e suas experiências, capazes de contribuir para um novo conhecimento de sentido subjetivo que se torna fato real complexo”.

## **2.2 Procedimentos metodológicos**

Para a concretização desta pesquisa, foram seguidos quatro procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; coleta de dados (pesquisa documental, observação direta e questionário); elaboração de mapas, cartogramas, gráficos, quadros e tabelas; e análise da qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II.

O primeiro procedimento metodológico foi a elaboração de arcabouço teórico-metodológico, concretizado através de levantamento de bibliografia pertinente a temática da pesquisa. O levantamento bibliográfico é “a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” (PIZZANI et al, 2015, p.54), tendo por principal objetivo

[...] proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico (PIZZANI et al, 2015, p.54).

Nesta etapa da investigação científica procurou-se fundamentação em livros, periódicos, artigos, dissertações e teses que retratavam sobre os temas urbanização, moradia, problema e políticas habitacionais brasileiras, BNH, PMCMV, legislação ambiental e urbana, meio ambiente, problema ambiental, percepção ambiental, qualidade de vida e ambiental.

Com a leitura e fichamento dos materiais selecionados, elaborou-se o referencial teórico da pesquisa e a própria metodologia baseada em trabalhos como de Nucci (2008), Luego (1998), Lima (2007), Lima (2013) e Rodrigues (2014). Também por meio da fundamentação teórica foi possível elaborar o questionário, bem como realizar a avaliação da qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II.

O segundo procedimento metodológico foi a coleta de dados que é compreendida como a fase da pesquisa onde obtém-se informações sobre a realidade (FONSECA, 2008, p.36). A obtenção de dados ocorreu por meio da pesquisa documental, observação direta e questionários de qualidade e percepção ambiental.

A pesquisa documental, primeiro forma de coleta de dados, dispõe de uma riqueza de informações, tendo que ser apreciada e valorizada junto as ciências humanas e sociais, pois possibilita ampliar o entendimento de assuntos cuja a compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Permitindo também que a pesquisa seja acrescentada a dimensão do tempo à compreensão do social (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.2).

Para essa estudo, procurou-se coletar documentos em acervo público (físico e digital), em notícias de jornais, revistas locais e da região, que possibilitaram a caracterização geográfica

e histórica de Ituiutaba, panorama da moradia popular e dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II.

Desta forma, ocorreram visitas a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, onde obteve-se acesso a documentos informativos sobre a cidade e conjuntos habitacionais implantados, que foram fotografados para posterior análise ou adquiridas em formato digital através de *pen drive*.

Além disso, obteve-se a lista de todos os conjuntos habitacionais implantados na cidade e informações referentes ao ano de criação, construtoras responsáveis pela obra e número de habitações construídas, bem como a própria planta dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II e mapa de Ituiutaba/MG.

A segunda forma de coleta de dados compreende a observação direta que é uma forma de se obter informações que utiliza dos sentidos do pesquisador para examinar fatos e fenômenos da pesquisa. Para Richardson (2012, p.82) “a observação, quando adequadamente conduzida, pode revelar inesperados e surpreendentes resultados que, possivelmente, não seria examinados em estudos que utilizassem técnicas diretivas”.

Com respaldo da pesquisa bibliográfica, documental do município de Ituiutaba, realizou-se vários trabalhos de campo nos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, havendo a preocupação de realizar registros icnográficos. Nestas visitas, observou-se cada moradia para verificar as transformações sofridas ao longo do tempo, que são importantes para a caracterização da paisagem.

Por meio da observação em trabalho de campo, o pesquisador analisou os principais usos do solo urbano nos conjuntos habitacionais, assim como os indicadores ambientais, tais como as praças, arborização, áreas institucionais e verde para observar a conformidade destas com as normas dos programas e órgãos públicos municipais, além da existência de equipamentos públicos de uso coletivos, as condições das vias de acesso, dos serviços existentes a população, além das infraestruturas básicas necessárias a população para que não tenham que procurá-las em outras partes da cidade.

A última forma de coleta de dado empregada na pesquisa foi o questionário que é um instrumento que recolhe informações de um grupo da população, sendo constituído de uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito, sem a interferência do pesquisador. Por meio deste instrumento de coleta de dados, procura-se acrescentar a pesquisa uma análise subjetiva que complementarará a análise do pesquisador. Esta análise subjetiva que

pretendia ser alcançada com o questionário pode “[...] levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (GERHARDT et al., 2009, p.69).

Na organização do questionário desta pesquisa optou-se por questões mistas, ou seja, abertas e fechadas, haja visto que a população precisa expressar a percepção ambiental do conjunto habitacional, e linguagem simples e direta, para que exista clareza quanto ao assuntos.

O questionário foi elaborado conforme o objetivo geral e referencial teórico, sendo composto por 5 etapas: perfil dos entrevistados; conjunto habitacional e moradia; infraestruturas e serviços; qualidade ambiental e percepção ambiental (ANEXO 1).

No questionário as questões sobre a caracterização dos entrevistados foram referentes ao sexo (masculino ou feminino), idade (menor de 18 anos, 18 a 30, 31 a 49 e mais de 50 anos), renda familiar (inferior a 1 salário, de 1 a 3, de 3 a 6 e mais de 6 salários mínimos) e situação profissional (empregado, desempregado e aposentado).

No item conjunto habitacional e moradia perguntou-se a quantidade de tempo que a pessoa vive no conjunto habitacional, número de pessoas vivem na casa e se o imóvel é próprio, alugado, cedido, ocupado ou invadido.

Quanto as infraestruturas e serviços, apresentou-se uma lista de equipamentos públicos e de serviços básicos para que fosse destacado pelo entrevistado a sua existência ou não, tais como restaurantes, bancos, hospitais, dentistas, serviços de água tratada, luz elétrica, telefone público, entre outros. Além disso, procurou conhecer a forma de deslocamento da população do conjunto habitacional a outros pontos da cidade, a qualidade das vias de acesso, tempo gasto para ir do conjunto habitacional ao centro e ao local de trabalho.

Sobre a qualidade ambiental procurou-se diagnosticar a existência no conjunto habitacional de áreas verdes, espaços públicos de lazer e arborização, assim como de locais destinados as atividades esportivas e de lazer. Também perguntou a população sobre os ruídos (de indústria, trânsito, vizinhança, entre outros), alagamento nas ruas, queimadas, excesso de poeira e despejo inadequado de lixo e resíduos sólidos.

Por fim, sobre a percepção ambiental conheceu-se os pontos favoráveis e desfavoráveis, as ameaças ao meio ambiente, como as pessoas consideram sua qualidade de vida no conjunto habitacional, sobre a violência, poluição do ar, qualidade da água, qual nota daria para questões relativas ao meio ambiente, como é o conjunto habitacional durante o dia e noite e o que poderia ser feito para melhorar a qualidade do meio ambiente do espaço onde vive.

Antes da aplicação do questionário realizou-se um pré-teste que foi de grande valia para o pesquisador, pois possibilitou que fosse detectado falhas ou imprecisões na redação, questões desnecessárias, complexas ou que provocaram constrangimento ou exaustão nos participantes. Este pré-teste ocorreu durante os dias 22 e 23 de abril do ano de 2015 nos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, sendo que em cada um 5 moradores responderam ao questionário, o que possibilitou uma melhora considerável das questões e complementação com outras consideradas importante a pesquisa.

Nesta pesquisa optou-se por utilizar a amostragem probabilística aleatória, considerada a partir da quantidade de moradias construídas nos conjuntos habitacionais estudados. Assim, o tamanho da amostra estabeleceu-se conforme a tabela de Krejcie e Morgan (1970), disponível em Gerardi e Silva (1981) (ANEXO II).

Como o número de moradias construídos no conjuntos habitacional Sol Nascente em 1980/82 foi de 330 e no Canaã II em 2009 de 524, a amostra estipulada para esta pesquisa foi 178 e 222<sup>21</sup>, respectivamente. No total de 854 moradias, foram aplicados 400 questionários, o que corresponde a cerca de 47% das moradias.

A aplicação dos questionários ocorreu dos dias 10 a 15 de agosto do ano de 2015 no conjunto habitacional Sol Nascente e 17 a 21 de setembro do ano de 2015. As moradias foram selecionadas de forma aleatória ao longo do trabalho de campo, uma vez que era necessário encontrar moradores em casa para responder as questões do questionário.

O terceiro procedimento metodológico foi a elaboração de mapas, cartogramas, gráficos quadros e tabelas produto da coleta de dados. Os mapas e cartogramas de localização e uso do solo objetivaram apresentar Ituiutaba, todos os conjuntos habitacionais existentes na cidade e a área de estudo, ou seja, os conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II.

Para a elaboração dos mapas e cartogramas de uso do solo dos conjuntos habitacionais estudados, utilizou-se os programas ArcGIS (*geographic information system*) e CorelDraw X7, tendo por base as plantas dos conjuntos habitacionais adquiridas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ituiutaba e a coleta de dados em campo. Já os gráficos foram confeccionados a partir do programa Microsoft Office Excel 2013 e tabelas e quadros pelo Microsoft Office Word 2013, conforme as respostas da população aos questionários.

---

<sup>21</sup> Como na tabela não existia o número exato de moradias do trabalho, realizou-se a média entre os dois valores mais próximos.

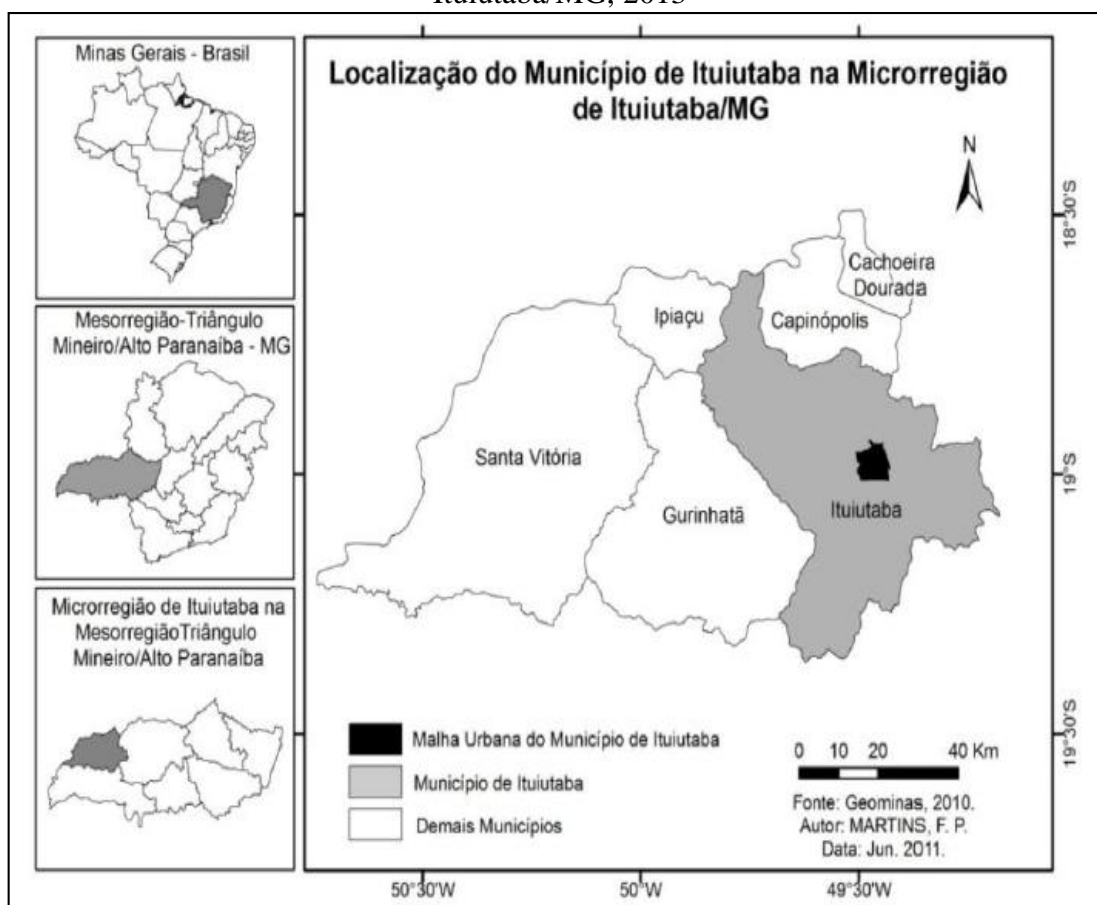


Por fim, o quarto e último procedimento metodológico foi a análise da qualidade ambiental, possível graças ao referencial teórico, coleta de dados e produção de matérias cartográficas, bem como de tabelas, quadro e gráficos que permitiram o diagnósticos da qualidade ambiental segundo a visão do pesquisador e a percepção ambiental dos moradores dos conjuntos habitacionais.

### 2.3 Área de estudo

O município de Ituiutaba/MG está localizado no Estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sob a interseção das coordenadas 18° 57' 36" Sul e 49° 27' 36" Oeste (MENDES; QUEIROZ, 2011, p.334). Esta compõe juntamente com Capinópolis, Cachoeira Dourada, Gurinhata, Ipiacu e Santa Vitória a microrregião geográfica de Ituiutaba (Mapa 1).

MAPA 1- Ituiutaba/MG: mapa de localização do município de Ituiutaba na Microrregião de Ituiutaba/MG, 2013



Fonte: Geominas, 2010. Org. MARTINS, Fernanda Pereira, 2011.

Com uma área de 2.587,34 Km<sup>2</sup> (MENDES; QUEIROZ, 2011, p.334), possuía no ano de 2010, um total de 97.171 habitantes, sendo que a estimativa populacional para o ano de 2015 foi de 103.333 habitantes (IBGE, 2015). Constitui-se em centro urbano de referência para os municípios que compõem sua microrregião geográfica, principalmente no setor terciário, através de equipamentos de saúde, instituições de ensino, estabelecimentos comerciais e de serviços em geral (NASCIMENTO; MELO, 2011, p.50).

A origem de Ituiutaba é marcada pela busca de terras para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, no século XIX, devido à queda da produção nas minas de ouro (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015).

Os pioneiros, Joaquim Antônio de Moraes e José da Silva Ramos, chegaram a região em 1820, vindos do Sul de Minas, para tomar posse de sesmarias doadas pelo Império, as quais contemplavam as áreas entre o Córrego Sujo e Pirapitinga. Para isso, tiveram que expulsar os índios Caiapós habitantes do lugar (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015).

Com a doação de parte das propriedades de Joaquim Antônio de Moraes e José da Silva Ramos, onde foi erguida a primeira capela do município e com a obtenção de terras pelo Padre Antônio Dias de Gouveia em 1830, pertencentes a sesmarias das Três Barras, foram fundadas Ituiutaba e Prata (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015). Neste momento histórico, nascia as margens do Córrego Sujo, o Arraial de São José do Tijuco, uma homenagem a São José e ao rio Tijuco (Figura 3), que cortava as terras e era afluente do rio Paranaíba (OLIVEIRA, 2003, p.48).

FIGURA 3- Ituiutaba/MG: Vista da ponte antiga sobre o rio Tijuco, 2014



Fonte: <http://fundacaoituiutaba.com.br>. Autor: Raul Soares

Com a vinda de outros forasteiros e construção da capela em 1833, Ituiutaba recebeu o seu primeiro capelão, o Padre Francisco de Sales Souza Fleury, que chegou a região no ano seguinte, juntamente como o primeiro juiz de paz (IBGE; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015). No ano de 1839, com a criação da “Paroquia São José do Tijuco”, através da Lei nº138, Ituiutaba passou a ser distrito (OLIVEIRA, 2003, p.48).

Próximo a capela foi se estabelecendo as primeiras moradias, porém como esta estava localizava em um local pouco visível, próxima ao córrego sujo, houve o desejo, por parte da população de que fosse transferida para outro ponto onde poderia se destacar e ser mais visível. Isso veio a se concretizar em 1862, sendo que passou a ser Igreja Matriz (IBGE, 2015).

Com desmembramento da Paróquia São José do Tijuco com a de Nossa Senhora do Carmo do Prata em 1866, foi criada a Freguesia de São José do Tijuco. Que recebeu o vigário, Padre Ângelo Tardio Bruno, que foi nomeado em 1883, sendo responsável, com a colaboração de João Gomes Pinheiro, pela elaboração do traçado das ruas da futura Ituiutaba, bem como auxiliaram na construção das primeiras edificações, pontes e plantações (SECRETARIA DE



PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2012 apud OLIVEIRA, 2003, p.49).

Com a iniciativa do padre Ângelo a freguesia “[...] tomou novo impulso e vários melhoramentos foram alcançados: escola aberta e dirigida pelo vigário, banda de música [...] Clube Republicano de São José do Tijuco [...]; o jornal Vila Platina, criado em 1910 e muito outros” (IBGE, 2015).

Em 1901, por meio da lei nº 319, ocorreu a municipalização de Ituiutaba, sendo assim designada de Vila Platina, cujo núcleo urbano tomava formas de vilarejo (OLIVEIRA, 2003, p. 48). Em 1915, passa a ser considerada como cidade através da Lei Estadual nº 663 (IBGE, 2015), sendo denominada de Ituiutaba (Figura 4), palavra cuja origem é indígena e que significa “A Povoação do Rio Tijuco” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015).

FIGURA 4- Ituiutaba/MG: Vista aérea da área urbana, 2014



Fonte:www.skyscraper.com. Autor: Wander

Sobre Ituiutaba Oliveira (2003, p. 50) destaca que

Suas terras já foram denominadas de “Mesopotâmia brasileira”, “Vale da fartura” por poetas e políticos da região, devido à grande quantidade de terras férteis próximas a esses rios, mas que, durante décadas, estiveram entregues às atividades de agricultura e pecuária de subsistência local.

Ituiutaba é banhada por três rios importantes, o Paranaíba, Tijuco e Prata, os quais possuíam extensas áreas férteis de solos que se adequaram ao plantio de arroz durante os anos de 1940 a 1960 (OLIVEIRA, 2003, p. 30). Através dos métodos empregados por famílias japonesas no Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais na década de 1920, ocorreu o aumento da produção de arroz, no oeste triângulino e na bacia do Rio Paranaíba próximo a Goiás, especialmente próximo aos municípios de Ituiutaba, Monte Alegre, Tupaciguara, Itumbiara e entre outros (OLIVEIRA, 2003, p. 29-30).

Com o destaque econômico recebido através do cultivo deste grão, o município ganhou prestígio nacional entre os anos de 1970 e 1980, sendo conhecida como a “Capital do Arroz” (SOUTO 2013, p.33). Este período foi de grandes rendimentos econômicos para Ituiutaba, cujo capital oriundo do cultivo do arroz possibilitou que “a cidade melhor se equipa-se com serviços de água, energia elétrica, comércio e serviços diversificados, expansão de loteamentos urbanos e novas atividades, que iria beneficiar a população, que crescia vertiginosamente nesse período” (OLIVEIRA, 2003, p.17).

Para se ter uma noção sobre o crescimento populacional no município de Ituiutaba, no ano de 1940, a população total era de 35.052 habitantes, aumentando em 1950 para 53.240 habitantes e em 1960 para 68.218 habitantes. Considerando que de 1940 a 1960 o crescimento populacional foi de cerca de 95%, sendo este voltado ao campo, onde se desenvolvia a atividade econômica do município (OLIVEIRA, 2003, p.17).

Nas décadas de 1950 e 1960, o crescimento populacional foi fruto da migração para o município, especialmente de nordestinos da Paraíba e Rio Grande do Norte. O fluxo de pessoas estava relacionado a oferta de emprego na área rural e a própria fama do município na produção de grãos, principalmente arroz e milho (OLIVEIRA, 2003, p.30-32).

A partir de 1970, Ituiutaba deixou de ser a “Capital do Arroz” devido à perda econômica deste produto no mercado e pela perda de espaço e mercado para a pecuária e para outro grão: a soja (OLIVEIRA, 2003, p.47). Na microrregião de Ituiutaba os proprietários de terras que desenvolviam a agricultura, em grande parte a deixaram de lado e optaram pela pecuária, pois a cultura mais rentável deste período era a soja para a exportação, que necessitava

de pouca mão-de-obra e mais tecnologia, que demandando um grande investimento (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

Assim, a economia do município voltou-se para a agropecuária e agroindústria, especialmente, na produção de leite e da carne bovina e suína (OLIVEIRA, 2003). Como também destaca Nascimento e Melo (2010, p.16),

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, Ituiutaba recebeu novos agentes econômicos vinculados, principalmente, às atividades agroindustriais (processamento de leite e carne). Assim, dentre as empresas importantes para o crescimento econômico do município destacam-se, a partir desse contexto, a Nestlé Brasil, o Frigorífico Bertin e o Laticínio Canto de Minas.

Neste período observa-se que ainda houve o crescimento populacional no município, porém, devido à mudança da atividade econômica no campo, percebeu-se que este aumento se concentrou no espaço urbano, uma vez que o campo já não demandava tanta mão-de-obra. Assim, a necessidade por novas moradias e instalações de equipamentos públicos tornaram-se uma das prioridades, devido a considerável expansão urbana.

Conforme destaca Oliveira (2003, p.102) a cidade de Ituiutaba, em meados da década de 1970, tinha

[...] uma infra-estrutura incipiente; cuja água encanada era considerada de péssima qualidade, chegando às torneiras com as cores barrentas do Ribeirão São Lourenço; a energia elétrica, de responsabilidade da ELFISA, ainda era avaliada como luz de lamparina e ainda, o comércio e os serviços eram pouco diversificados.

Com o êxodo rural, a cidade teve que direcionar as famílias que chegavam para as áreas periféricas, sendo que isso contribuiu, após 1970, para que a área urbana recebesse infraestrutura pelo setor público, através da reivindicação da população (OLIVEIRA, 2003, p.102-106). Assim, “no final da década de 1980 e meados de 1990, Ituiutaba apresentava-se com 98% de sua água tratada e 96% de rede de esgoto instalada[...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 110).

A partir de 1990, houve a expansão da cana-de-açúcar na microrregião de Ituiutaba, que influenciou fortemente na economia do município e de sua microrregião, a mão-de-obra, principalmente para cargos de confiança e para a próprio corte de cana-de-açúcar era proveniente do Nordeste do país, especialmente do estado de Alagoas, sendo que isso contribuiu para uma nova migração entre estados (OLIVEIRA, 2003.p.137; SILVA; SANTOS, 2014, p.2169). Esta nova cultura provocou a instalação de agroindústrias, tais como a “Triálcool, Vale

do Paranaíba, British Petroleum e a Companhia Energética Vale do São Simão” (SILVA; SANTOS, 2014, p.2170).

Atualmente, Ituiutaba é considerada uma cidade importante na sua microrregião pelos suas infraestruturas de serviços e equipamentos, tornando um centro polarizador e atrativo para pequenos núcleos urbanos, se destacando na educação superior, saúde e transporte intermunicipal (Oliveira, 2003, p.163).

Na educação superior pública e privada é representada pelas seguintes instituições federais, estaduais e regionais: a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade do Triângulo Mineiro e Universidade Norte do Paraná Virtual, que atraem estudantes de sua área de influência e de outras regiões do país.

No setor da saúde, Ituiutaba possui três hospitais privados de média e alta complexidade, dentre eles um atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS); um Pronto Socorro Municipal de média complexidade; duas Unidades de Saúde (ambulatorios) de baixa complexidade e um hemocentro ligado à Fundação Hemominas (OLIVEIRA, 2013, p.373), que possuem ligação com outros centros urbanos de maior porte, tais como Uberlândia/MG e Ribeirão Preto/SP.

Por meio do Terminal Rodoviário “Fernando Alexandre”, os passageiros se direcionam para vários estados do Brasil entre eles Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Algumas das empresas de transporte que atendem o município são: Viação Platina, Nacional Expresso, Empresa Gontijo e Santa Rita (OLIVEIRA, 2003, p.181).

#### **2.4- O panorama da habitação de interesse social em Ituiutaba/MG**

Em 1960, o Brasil passou por um processo de êxodo rural, caracterizado pela falta de trabalho no campo e busca de melhores condições de vida nas cidades. Ituiutaba, seguiu o exemplo nacional, sendo que dos anos de 1950 a 2010, o seu crescimento populacional estava direcionado, especialmente, para a zona urbana (Tabela 1).

TABELA 1 – Ituiutaba/ MG: evolução da população total, e percentual da população urbana e rural (1950-2010).

Ano	Total	População Urbana	População Rural	População Urbana (%)	População Rural (%)
1950	53.240	10.113	43.127	19,00	81,00
1960	68.218	30.698	37.520	45,00	55,00
1970	64.528	46.784	17.744	72,50	27,50
1980	74.247	65.153	9.094	87,75	12,25
1991	84.577	78.205	6.372	92,46	7,54
2000	89.091	83.853	5.238	94,12	5,88
2010	97.171	93.125	4.046	96,00	4,00

**Fonte:** Censos Demográficos IBGE: 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010. **Org.:** CHAVES, L. D., 2013.

Conforme a tabela abaixo, observa-se que em 1950 a população rural era 80% do total, passando em 2010 para somente 4%, o que demonstra a necessidade de construção de moradia para a população que migrou do campo para a cidade e de outras áreas do país incentivados pela atividade econômica local, bem como de infraestruturas e serviços no município.

Para Oliveira (2003) foi de 1950 a 1960, que o setor imobiliário começou a se dinamizar em Ituiutaba, verificando-se o surgimento de novos bairros, devido a ocupação irregular que havia se tornado frequente e implantação de conjuntos habitacionais.

Em 1957, a prefeitura e Cohab implantaram o primeiro conjunto habitacional em Ituiutaba, este chamado Natal, que por meio de financiamento da Fundação da Casa Popular, recebeu 70 moradias, sendo esta a primeira experiência de habitação de interação social da cidade.

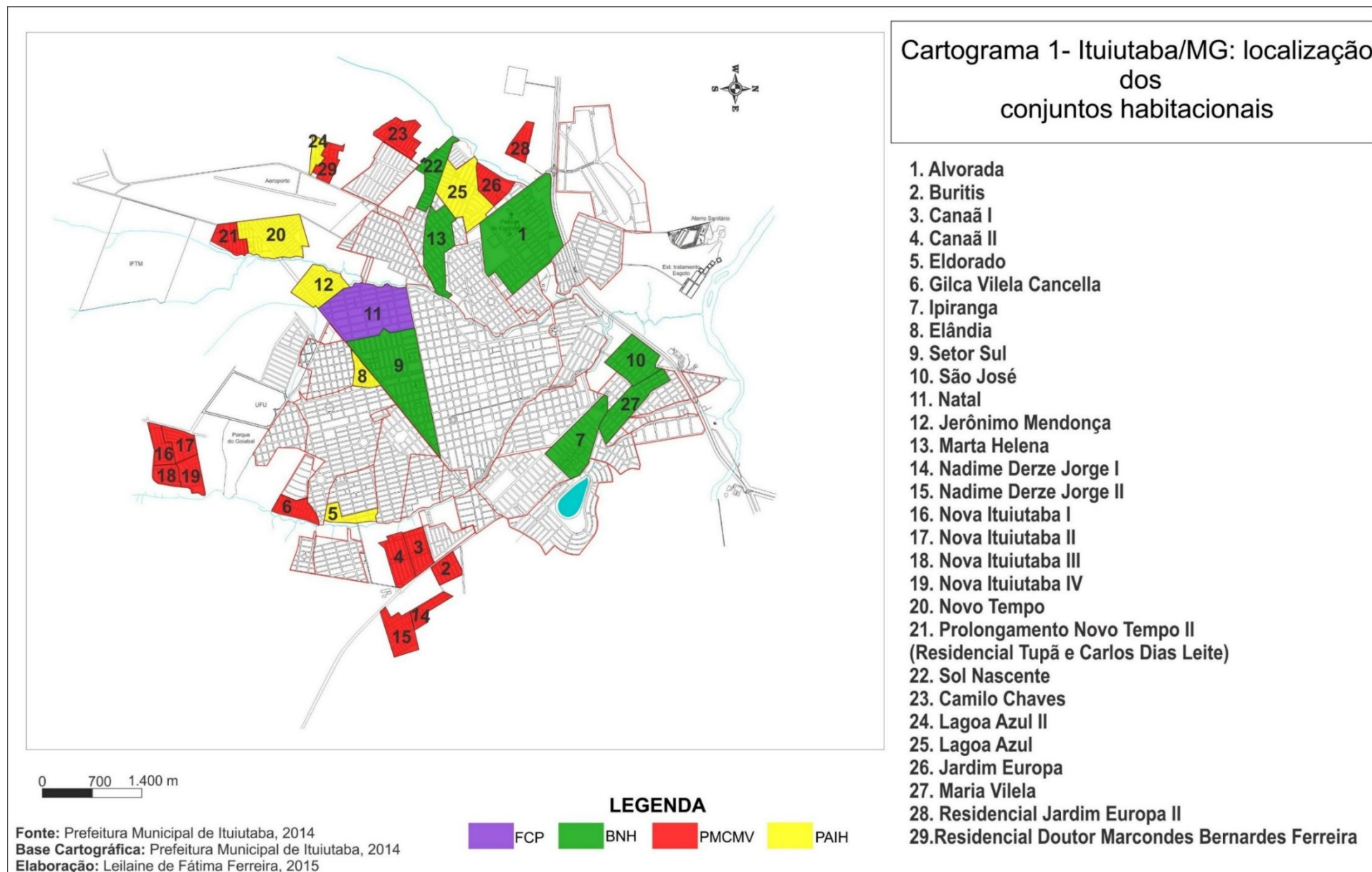
O período do BNH (1964-1986) foi um dos mais significativos no setor da habitação para a cidade, sendo que no total foram cerca de 1.200 casas construídas, originando os conjuntos habitacionais Ipiranga, Setor Sul, Alvorada, São José, Maria Vilela, Sol Nascente e Martha Helena.

De 1990 a 1991, Ituiutaba recebeu financiamento para cerca de 980 casas populares, um número até significativo, devido ao período crítico do pós-BNH para o setor habitacional, que é marcado por uma inconstância no que tange aos órgãos que ficaram a cargo de coordenar e buscar medidas no campo da habitação popular no país, bem como das próprias políticas implantadas no período. Neste momento então surgiram os conjuntos habitacionais Lagoa Azul, Lagoa Azul II, Novo Tempo II, Eldorado, Elândia e Jerônimo Mendonça.



Por 18 anos Ituiutaba não recebeu nenhum incentivo na produção de habitação de interesse social, sendo apenas em 2009 com o PMCMV que novos conjuntos foram construídos. O maior número de casas construídas em Ituiutaba foi entre os anos de 2009 a 2013, sendo no total 6.294 moradias populares, que estão finalizadas e em construção. Alguns destes conjuntos habitacionais originários destes programa foram o Buritis, Canaã I, Canaã II, Jardim Europa, Jardim Europa II, Nadime Derze Jorge I, Nadime Derze Jorge II, entre outros.

No cartograma 1 que representa a localização dos conjuntos habitacionais em Ituiutaba até 2014 e em especial dos construídos durante o BNH e PMCMV é possível averiguar que dos 75 bairros da cidade 30 são considerados conjuntos habitacionais de interesse social.



No quadro 5 foi representada a relação de conjuntos habitacionais criados na cidade de Ituiutaba nos anos de 1957 a 2013, destacando-se o nome, programa habitacional ao qual pertence, ano de criação, número de moradias construídas e construtoras responsáveis pelas obras.

QUADRO 6 – Ituiutaba/MG: relação de conjuntos habitacionais criados de 1957 a 2013<sup>22</sup>

Programa Habitacional	Nome dos conjuntos habitacionais	Ano de criação	Número de moradias	Construtoras
<b>FCP</b>	Natal	1957	70	SERFHAU
<b>BNH</b>	Ipiranga	1967	300	COHAB
	Setor Sul	1974/1975/1977	223	CONSTRUTIL/ COOP. HABT.TIJUCANA
	São José	1977/ 1978/1982	55	CONSTRUTIL
	Maria Vilela	1977	07	CONSTRUTIL
	Alvorada	1977	282	COOP.HAB.DE ITUIUTABA E INCOOP
	Sol Nascente	1980/1982	330	SEULAR
	Marta Helena	1982	06	SEULAR
<b>PAIH</b>	Lagoa Azul II	1990	195	CONST. FERREIRA LIMA
	Lagoa Azul	1991	07	SEULAR
	Novo Tempo II	1990	496	CONST.GUIMARÃES CASTRO
	Eldorado	1991	154	COMPREL
	Vila Elândia	1991	47	PROLAR PROMINAS CONST.
	Jerônimo Mendonça	1991	90	PROLAR
<b>PMCMV</b>	Jardim Europa	2009/2010/2011	533	RCG ENGENHARIA LTDA
	Canaã I	2009	486	REALIZA CONSTRUTORA
	Canaã II	2009	524	REALIZA CONSTRUTORA
	Residencial Buritis	2009	328	TANCO ENGENHARIA LTDA
	Residencial Carlos Dias Leite	2010	232	COHAB

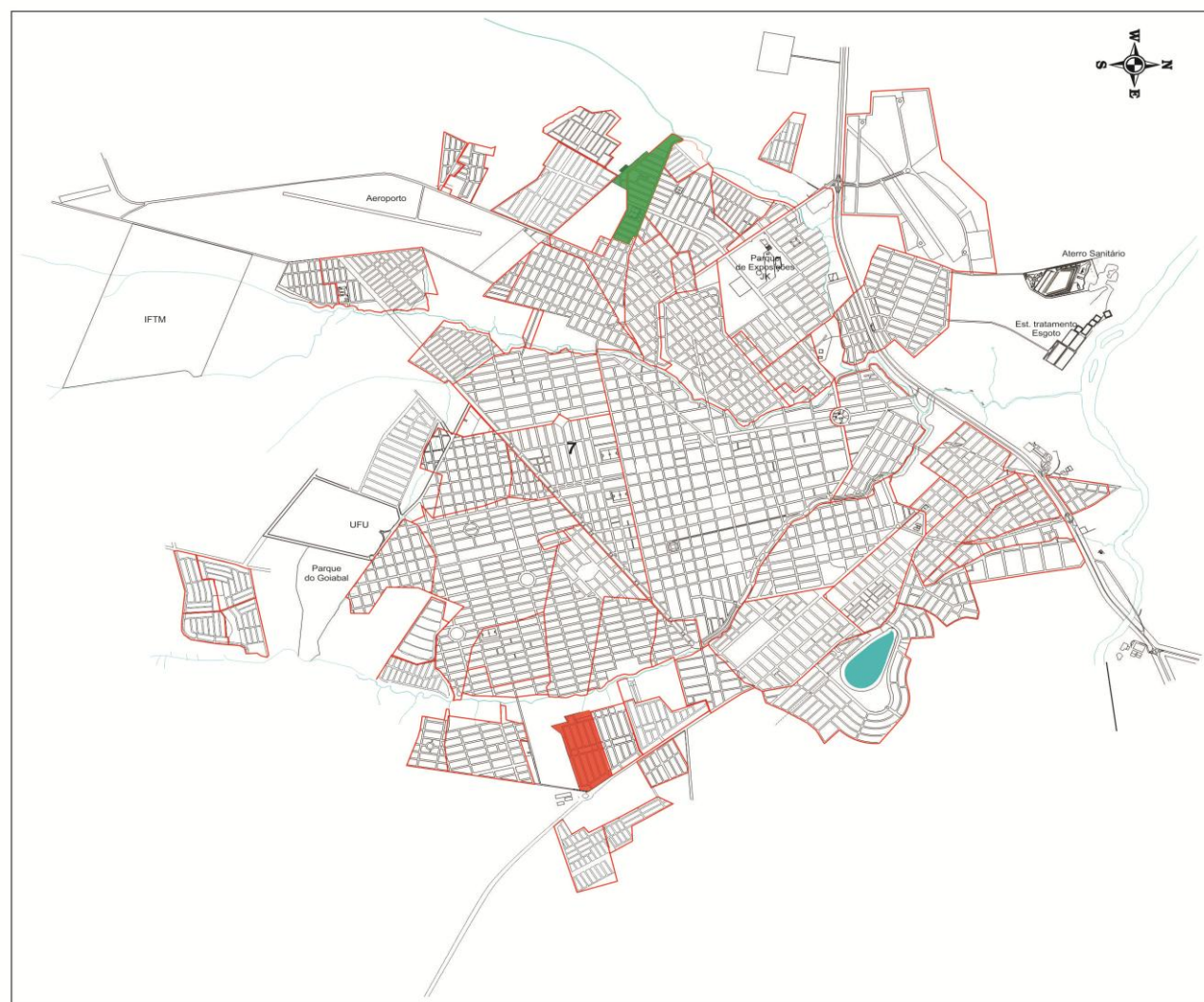
<sup>22</sup> No início do ano de 2015, os conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba I, II, III, IV, Residencial Doutor Marcondes Bernades Ferreira, Jardim Europa II e Nadime Derze Jorge II, já se apresentam praticamente finalizados, porém ainda não foram entregues aos futuros moradores.

	Residencial Tupã	2010	84	RS ENGENHARIA LTDA
PMCMV	Copacabana (Camilo Chaves)	2010	495	RCG ENGENHARIA LTDA
	Nadime Derze Jorge I	2012	331	LATERZA CONSTRUTORA
	Nadime Derze Jorge II	2012	500	LATERZA CONSTRUTORA
	Residencial Jardim Europa II	2012	390	LATERZA CONSTRUTORA
	Gilca Vilela Cancellia	2013	364	REALIZA CONSTRUTORA
	Nova Ituiutaba	2013	529	PDCA ENGENHARIA
	Nova Ituiutaba II	2013	361	EL GLOBAL CONSTRUTORA
	Nova Ituiutaba III	2013	468	PDCA ENGENHARIA
	Nova Ituiutaba IV	2013	439	EL GLOBAL CONSTRUTORA
	Residencial Doutor Marcondes Bernardes Ferreira	2013	230	CONSTRUTORA FERREIRA LIMA

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2014. **Org.** FERREIRA, L. F., 2013.

Os conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, foco deste estudo, foram financiados por meio do BNH e PMCMV e se localizam na porção sul e leste da cidade, respectivamente, conforme mostra o Cartograma 2.

## Cartograma 2- Ituiutaba/MG: Conjunto Habitacional Sol Nascente e Canaã II



0 700 1.400 m

### LEGENDA

- Conjunto Habitacional Sol Nascente
- Conjunto Habitacional Canaã II

Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2014  
 Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2014  
 Elaboração: Leilaine de Fátima Ferreira, 2015



Observa-se que ambos se encontram em áreas periféricas de Ituiutaba, que vem recebendo novos empreendimentos habitacionais que contribuem efetivamente para a expansão da malha urbana.

O conjunto habitacional Sol Nascente (Imagem 1) foi criado em 1980, por meio de financiamento proveniente do BNH, fazendo parte da primeira linha de atuação do banco, destinada a classe pobre da população, com renda de 0 a 3 salários mínimos.

IMAGEM 1- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Rua Diva Paranaíba de Andrade



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

A responsável pela obra, SEULAR- Comercial e Construtora Ltda, participou do edital de licitação da COHAB/MG de 1977, onde havia a possibilidade de execução de 200 unidades habitacionais para a cidade de Ituiutaba, das quais 50% eram para moradias de 2 quartos e os outros 50% de 3 quartos. Neste edital, estipulava-se que os empreendimentos deveriam ser instalados em áreas pavimentadas e iluminadas ou com distância de até um quilômetro de espaços urbanizados, a serem construídos com material de qualidade e tendo bom acabamento (COHAB, 1977 apud SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE ITUIUTABA, 2015).

Sobre os cômodos das casas exigia-se que tivessem quartos (2 ou 3), sala (10,5 m<sup>2</sup>) de uso múltiplo; cozinha (4 m<sup>2</sup>) com no mínimo pia e balcão; banheiro (2,5 m<sup>2</sup>) com lavatório, vaso sanitário e chuveiro elétrico; e um tanque de lavar roupa na área externa que deveria ser coberta. Quanto aos passeios para pedestres e pistas de rolamentos deveriam ter a largura mínima de 2 e 6 metros, respectivamente (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015).

A SEULAR (1977) considerando o sentido social da obra, destacou que é “imperiosa a experiência de expansão horizontal, visando equacionar de maneira prática o problema habitacional” (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 2015), ainda mais no município de Ituiutaba que possuía pouco orçamento para investir na expansão urbana. Cabendo a iniciativa privada atuar neste setor oferecendo novas opções as necessidades de expansão da comunidade, propondo uma forma de povoar a área urbana próxima ao centro da cidade sem onerar o município, uma vez que o projeto se enquadrava totalmente no programa habitacional do Governo Federal (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE ITUIUTABA, 2015).

Com a aprovação empreendimento, o local escolhido para a instalação do conjunto habitacional Sol Nascente foi a área continua ao bairro Pirapitinga, na zona sul da cidade. Cujos os lotes teriam dimensões de 10 por 30 metros, ou seja, 300 metros, dos quais 30% seriam de área construídos, sobrando espaço livre ao fundo e maior recuo na frente em relação a rua (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE ITUIUTABA, 1980).

Conforme o quadro 7, o conjunto habitacional Sol Nascente possuía uma área total de 224.496,00 metros quadrados que foi dividido em 16 quadras, com 405 lotes residenciais (116.417, 98 metros quadrados) e 1 comercial (2.276, 50 metros quadrados). Além de área verde de 9.476 metros quadrados, com espaço para praça de 10.796, 00 m<sup>2</sup> e comunitária de 10.620 metros quadrados.

QUADRO 7- Ituiutaba/MG: distribuição da área do conjunto habitacional Sol Nascente

<b>Distribuição da área do conjunto habitacional Sol Nascente</b>	
Área do loteamento	218.592,75 m <sup>2</sup>
Área dos lotes residenciais	116.417, 98 m <sup>2</sup>
Área dos lotes comerciais	2.276, 50 m <sup>2</sup>
Área das ruas e avenidas	74.707, 52 m <sup>2</sup>
Área de praças	10.796, 00 m <sup>2</sup>
Área comunitária	10.620,00 m <sup>2</sup>
Área verde	9.476, 00 m <sup>2</sup>
Área total	224.496,00 m <sup>2</sup>

**Fonte:** Secretaria de Municipal de Planejamento de Ituiutaba, 2015. **Org:** Ferreira, Leilaine de Fátima, 2015

As características do terreno onde foi implantado esta obra é de área constituída por faixa irregular que vai da Avenida São Paulo (hoje Avenida dos Boiadeiros) (Imagem 2), ao Córrego do Carmo, sendo que a declividade é suave, maior de Leste para Oeste e menor de Sul para Norte, suficiente para o escoamento de rede de pluvial e de esgoto sanitário (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE ITUIUTABA, 2015).



IMAGEM 2- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Avenida dos Boiadeiros próxima ao Córrego do Carmo



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2015) as unidades habitacionais foram construídas adotando o sistema de superquadras, que oferecem uma melhor integração social e diminuiria os riscos de acidentes, especialmente atropelamentos, sendo que cada uma deveria possuir área de lazer. Ao longo das superquadras foram projetadas duas vias de trânsito rápido sendo a Avenida dos Boiadeiros e o prolongamento da Rua Araguari, hoje Antônio Caetano Novais (Imagem 3).

IMAGEM 3- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Rua Antônio Caetano de Novais com Alfredo Machado de Moraes



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015.

A infraestrutura proposta pela SEULAR, colocava que o conjunto deveria dispor de centros comunitário em cada quadra (praças) que seriam área urbanizadas destinadas a recreação de crianças e adultos, sendo jardinadas e com bancos para conforto da população. Bem como, escola, para todos os níveis, na superquadra central, onde apenas passam vias de acesso secundários, o que propicia maior segurança aos estudantes.

Sobre o saneamento básico do conjunto habitacional em 1980, salienta-se que compreendia rede de água subterrânea por meio de poço artesiano existente no local e a rede de esgoto sanitário era por manilhas, cujos dejetos seriam transportados e depositados diretamente no Córrego do Carmo.

Devido a demanda por moradia na cidade e a quantidade de inscritos, a Prefeitura Municipal de Ituiutaba solicitou-se a COHAB/MG um aumento das unidades habitacionais que eram de apenas 200 passando para 300 habitações concretizadas no ano de 1980. Em 1982, foram construídas mais 30 unidades habitacionais no conjunto habitacional que acrescentou uma área de 18.059, 50 metros quadrados (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE ITUIUTABA, 2015).

O conjunto habitacional Canaã II (Imagem 4) foi criado em 2009 com um total de 524 moradias construídas, sob a responsabilidade da Realiza Construtora Ltda. Este conjunto habitacional foi construído durante o PMCMV, com recursos repassados do FAR para a COHAB/MG, sendo beneficiadas famílias do grupo 1 do programa com renda entre 0 a 3 salários mínimos.

IMAGEM 4- Conjunto Habitacional Canaã II: Rua C17



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

O Canaã II se localiza no setor leste de Ituiutaba, em área de antiga propriedade rural conhecida como Fazenda Córrego Sujo, que além dele também recebeu outros conjuntos habitacionais como Canaã I, Buritis, Nadime Derze Jorge I e II, assim como o Residencial Semifechado Portal dos Ipês. Este foi um dos primeiros empreendimentos do PMCMV em Ituiutaba, juntamente com os conjuntos habitacionais Canaã I e Buritis, cujo o valor total da obra em reais foi de 18.599.028,22.

Este conjunto habitacional foi projetado para uma área total de 218.484, 37 m<sup>2</sup>, cujas unidades habitacionais são na forma de condomínio – tipologia casa térrea, distribuídas em 21 quadras, sendo que 3 são destinadas as áreas verdes, 2 às áreas institucionais e 1 à praça pública. Do total foram 138. 522,13 m<sup>2</sup> para os lotes, 51.290, 27 m<sup>2</sup> para as vias públicas, 10. 942, 37 m<sup>2</sup> para as áreas institucionais, 17. 729, 60 m<sup>2</sup> para a praça e área verde (Quadro 8).



QUADRO 8- Ituiutaba/MG: distribuição da área total do empreendimento Canaã II em Ituiutaba (MG), 2009.

<b>Distribuição da área do conjunto habitacional Canaã II</b>	
Área de Lotes	138. 522,13 m <sup>2</sup>
Área de Vias Públicas	51. 290, 27 m <sup>2</sup>
Área Institucional	10. 942, 37 m <sup>2</sup>
Área Verde e Praça	17. 729, 60 m <sup>2</sup>
Área Total	218. 484, 37 m <sup>2</sup>

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2009. **Elaboração:** FERREIRA, L. F., 2015.

As características topográficas do terreno onde foi construído o conjunto habitacional é constituída por área de faixa irregular de terreno que vai da Avenida C 9 até o Córrego Sujo (Imagem 5), sendo que a declividade do terreno é suave, variando entre 606 metros a 592 metros, suficiente para o escoamento de rede de pluvial.

IMAGEM 5- Conjunto Habitacional Canaã II: Rua C9 próxima ao Córrego Sujo



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

O tamanho dos lotes no Conjunto Habitacional Canaã II possui dimensões de 8 por 25 metros (200 metros), sendo que a moradia é distribuída em dois quartos, sala, cozinha e banheiro, tendo sistema de aquecimento solar, para economia de aproximadamente 30% de energia elétrica (JORNAL DO PONTAL, 2011)

Quanto as infraestruturas este deveria ter vias de circulação, escoamento das águas pluviais, rede para o abastecimento de água potável, soluções para o esgotamento sanitários e para energia elétrica domiciliar (LEI FEDERAL 6.766, 1979, p.1). Bem como áreas específicas para sistemas de circulação, equipamentos urbanos e comunitários, espaços livres de uso público (LEI FEDERAL 6.766, 1979, p.2).

### **CAPÍTULO 3 - QUALIDADE AMBIENTAL DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS SOL NASCENTE E CANAÃ II EM ITUIUTABA- MG**

Com a deterioração do meio ambiente atrelada a industrialização e urbanização acelerada das cidades é fundamental a análise da qualidade ambiental para a adoção de um planejamento urbano que possibilite a construção de ambientes saudáveis.

#### **3.1- Conjunto Habitacional Sol Nascente**

O conjunto habitacional Sol Nascente (cartograma 3) é consolidado em Ituiutaba, com cerca de 35 anos de existência, possui uma área total de 224.498 metros quadrados. Estabelecido na periferia e em zona de expansão urbana, o local vem recebendo novos empreendimentos habitacionais destinados a população de baixa e média renda.

O conjunto habitacional possui limites com propriedade rurais (Imagem 6), com local onde se realiza leilões de gado (Imagem 7), garagem de ônibus e salão de eventos sociais. Tendo por vizinhos os bairros Lagoa Azul I, Martha Helena, Guimarães, Residencial Camilo Chaves, Residencial Primavera, Residencial Estados Unidos<sup>23</sup> e Residencial Cidade Jardim<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Em construção.

<sup>24</sup> Área a ser construída.

IMAGEM 6 - Conjunto Habitacional Sol Nascente: propriedade rural



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

IMAGEM 7- Conjunto Habitacional Sol Nascente: local onde se realiza leilão de gado

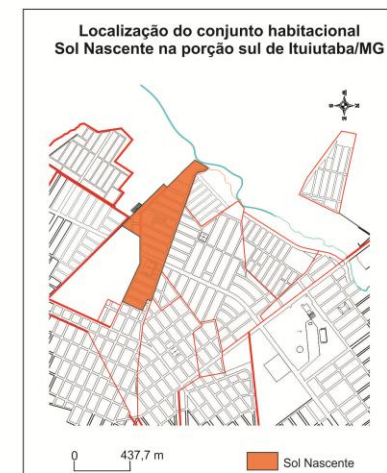
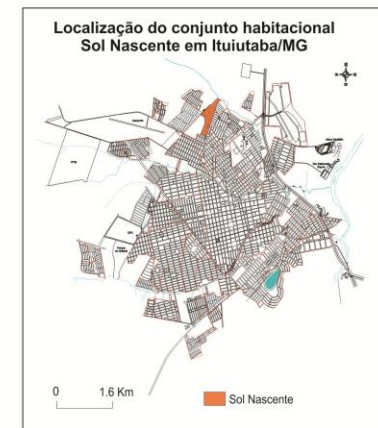


Fonte: FERREIRA, L. F., 2015





**Cartograma 3 - Ituiutaba/MG: uso do solo no conjunto habitacional Sol Nascente**



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2013  
 Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2013  
 Elaboração: Leilaine de Fátima Ferreira, 2015



Como para Nucci (1998, p.215) “o levantamento de como a cidade utiliza seu solo é de suma importância, pois está intimamente relacionado com as características físicas que a cidade apresenta”, procurou-se conhecer o usos do solo deste conjunto habitacional para a análise da qualidade ambiental.

Segundo o cartograma 3, o conjunto habitacional Sol Nascente possui como principal uso do solo o residencial, pois foi construído para atender a uma demanda por moradia na cidade para a classe pobre da população. Porém também verifica-se que tem uso comercial e de prestação de serviços a fim de suprir as necessidades básicas dos moradores do conjunto habitacional e de bairros circunvizinhos.

O comércio no conjunto habitacional abrange mercearias (fotografia 8), padaria (Imagem 9), bares, sacolão, loja de vestuário, de tecnologia e produtos artesanais da zona rural. A prestação de serviços é representada pelos montadores de móveis residenciais, cabeleireiros e centros estético.

IMAGEM 8- Conjunto Habitacional Sol Nascente: moradia com comércio



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

IMAGEM 9- Conjunto Habitacional Sol Nascente: moradia com comércio



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Nas proximidades do conjunto habitacional há posto policial, posto de gasolina, supermercado, hotel, o principal parque de exposição da cidade, bem como cerâmicas e silos de armazenamento de grãos.

Quanto a infraestruturas disponíveis aos moradores do conjunto habitacional há escola municipal de educação infantil e fundamental (Imagem 10), posto de saúde (Imagem 11), centro comunitário, ponto de ônibus, telefone público, transporte coletivo, sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, sistema de distribuição de energia elétrica e vias de acesso pavimentadas (apenas parte de uma rua não tem asfalto).

IMAGEM 10- Conjunto Habitacional Sol Nascente: escola municipal



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

IMAGEM 11- Conjunto Habitacional Sol Nascente: unidade básica de saúde



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015



As áreas institucionais são compostas por dois locais que se localizam mais ao centro do conjunto habitacional, cuja a finalidade é servirem de praça e de local para a instalação de infraestrutura de usos coletivo. Na principal chamada de Praça Senador Nogueira da Gama (Imagem 12) com área total de 10.820 metros quadrados é onde se estabeleceu as principais infraestruturas de uso coletivo como escola, posto de saúde, igreja, ponto de ônibus e centro comunitário.

IMAGEM 12- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Praça Senador Nogueira da Gama



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Na Praça Professor Laurindo, com área de 10.798 metros quadrados, há um campo de futebol (Imagem 13) com área verde composta por grama e árvores frutíferas, que tem por finalidade a prática de esporte, além de ser local para lazer e descanso dos moradores.

IMAGEM 13- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Praça Professor Laurindo



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

A única área verde (Imagem 14) do conjunto habitacional cuja a área total estipulada foi de 9.478 metros quadrados, que se localiza na parte extrema do conjunto habitacional que se delimita com propriedades rurais, está sem destinação pública, não possuindo vegetação e sendo submetida a despejo de resíduos sólidos domésticos e de construção.

IMAGEM 14- Conjunto Habitacional Sol Nascente: área verde



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

As opções de lazer e entretenimento para a população neste conjunto habitacional são o campo de futebol e a Praça Senador Nogueira da Gama. Quanto a concentração arbórea está se encontra nas propriedades rurais do entorno, na Área de Proteção Permanente (APP) do Córrego do Carmo (Imagem 15), nas áreas institucionais coletivas, canteiro da avenida principal e nas calçadas em frente as residências.



IMAGEM 15- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Córrego do Carmo



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Como destacado no capítulo anterior, as moradias (Imagem 16) no conjunto habitacional Sol Nascente eram formadas por sala, quartos, cozinha, banheiro e área externa coberta, construída em um terreno de 300 metros quadrados, cuja área construída era de 90 metros quadrados.

IMAGEM 16- Conjunto Habitacional Sol Nascente: arquitetura das moradias implantadas em 1980 com ampliação de garagem, muro e portão



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Através do trabalho de campo realizado pela pesquisadora foi possível verificar que o conjunto habitacional já se encontra bem descaracterizado, com as moradias modificadas (Imagem 17) quanto a sua estrutura original, ou seja, estas sofreram ampliação da área física com aumento de cômodos, implantação de portões, construção de muros e garagem.



IMAGEM 17- Conjunto Habitacional Sol Nascente: moradia transformada



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Como o conjunto habitacional já possui 35 anos de existências e com a melhoria do padrão de renda da população as famílias trouxeram benfeitorias para as suas moradias e consequentemente melhorar a qualidade ambiental e de vida dos locais onde vivem.

As transformações mais visíveis são na fachadas das moradias, que são importantes para descaracterizar o padrão homogêneo que é adotado pelo BNH (Imagens 18 e 19) e por outras políticas habitacionais. Ainda as modificações nas fachadas das casa se deve a procura por maior segurança devido à violência presente nas cidades brasileiras.

IMAGEM 18- Conjunto Habitacional Sol Nascente: modelo mais utilizado de moradia construída pelo BNH em estado de abandono



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

IMAGEM 19- Conjunto Habitacional Sol Nascente: modelo de moradia utilizado pelo BNH com muro e portão em estado de abandono



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

A fotografia 18 representada o modelo arquitetônico de moradia mais utilizado no conjunto habitacional Sol Nascente e a fotografia 19 as casas alternativas utilizadas para quebrar a monotonia dos conjuntos habitacionais que costumam ser representadas uma ou duas por quarteirão. Percebe-se que estão duas casas usadas como exemplo estão praticamente em estado original, com poucas transformações, (muro, portão, improvisação de janela e garagem) e até mesmo em abandono.

Através da pesquisa documental e trabalho de campo, considerou-se os elementos que compõem a qualidade ambiental do conjunto habitacional Sol Nascente e suas moradias. Agora veremos como é este segundo a percepção de seus moradores, por meio das respostas ao questionário aplicado, cuja amostra foi correspondente a 178 entrevistados. Este questionário possibilitou um diagnóstico do perfil dos moradores quanto aos aspectos econômicos e sociais, da infraestrutura e serviços disponíveis, qualidade e percepção ambiental no conjunto habitacional.

O perfil social e econômico dos moradores foi averiguado por meio das seguintes questões: gênero, idade, situação profissional atual e renda família. Na questão do gênero, constatou-se que 68% dos entrevistados são do sexo feminino e 32% do sexo masculino, conforme a tabela 2. Apesar dos questionários serem aplicados em diferentes dias da semana e períodos do dia, as mulheres estavam mais presentes em casa ou estavam disponíveis no momento para participar da pesquisa, em relação aos homens.

TABELA 2- Conjunto Habitacional Sol Nascente: distribuição de entrevistados por gênero, 2015

<b>GÊNERO</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Feminino</b>	121	68
<b>Masculino</b>	57	32

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Esta questão foi relevante para conhecimento geral dos entrevistado, porém independente do gênero, as respostas não seriam comprometidas, pois ambos eram capazes de responder ao questionário de forma satisfatória, devido a sua vivência no lugar.

A faixa etária da maior parte dos entrevistados foi superior a 51 anos (62%), conforme a tabela 3. Isso demonstra que estes tiveram maior pré-disposição para responder ao questionário desta pesquisa, por se encontrarem em casa no momento da entrevista. As respostas aos questionamento pelos indivíduos dessa faixa etária foi de suma importância para a pesquisa devida a experiência, conhecimento e mais tempo de participação no que conjunto habitacional Sol Nascente do que as demais faixas etárias.

TABELA 3- Conjunto Habitacional Sol Nascente: distribuição de entrevistados por faixa etária, 2015

<b>IDADE</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Menor de 18 anos</b>	3	2
<b>18 a 30 anos</b>	24	14
<b>31 a 50 anos</b>	40	22
<b>Mais de 51 anos</b>	111	62

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A situação profissional dos entrevistados é composta por 36% de aposentados, 25% de empregados, 15% de donas de casa e 12% de desempregados. Os outros 12% estão distribuídos entre pensionistas, encostados, estudantes e autônomos, como está apresentado na tabela 4.

TABELA 4- Conjunto Habitacional Sol Nascente: situação profissional dos entrevistados, 2015

<b>SITUAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Empregado</b>	44	25
<b>Desempregado</b>	21	12
<b>Aposentado</b>	64	36
<b>Pensionista</b>	5	3
<b>Encostado</b>	3	1
<b>Estudante</b>	3	1
<b>Dona de casa</b>	26	15
<b>Autônomo</b>	12	7

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Quanto a renda familiar (Tabela 5) a maioria (82%) dispõem de 1 a 3 salários mínimos, sendo possível analisar que o padrão de renda, apesar do reajuste salarial, e classe social permanece igual à do momento de implantação do conjunto habitacional, a 35 anos atrás. Lembrando que este conjunto habitacional do BNH contemplou indivíduos cuja a renda familiar estava em torno de 0 a 3 salários, conforme a base salarial de 1980 e 1982.

TABELA 5- Conjunto Habitacional Sol Nascente: renda familiar dos entrevistados, 2015

<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Menos de 1 salário</b>	6	4
<b>De 1 a 3 salário</b>	147	82
<b>De 3 a 6 salários</b>	24	13
<b>Mais de 6 salários</b>	1	1

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Após a caracterização do perfil social e econômico dos entrevistados, procurou-se obter informações sobre o período de tempo que estas famílias vivem no conjunto habitacional Sol

Nascente, bem como a situação de posse do imóvel e a quantidade de indivíduos que vivem na residência.

A maioria dos moradores que participaram da pesquisa, ou seja, 27% relataram que vivem a mais de 31 anos no conjunto habitacional. Do restante 24% destacou ter se estabelecido neste de 1 a 10 anos, 21% de 21 a 30 anos, 17% de 11 a 20 anos e 11% menos de 1 ano (Tabela 6).

TABELA 6- Conjunto Habitacional Sol Nascente: anos de residência no imóvel, 2015

<b>TEMPO DE MORADIA</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Menos de 1 anos</b>	19	11
<b>De 1 a 10 anos</b>	43	24
<b>De 11 a 20 anos</b>	30	17
<b>De 21 a 30 anos</b>	38	21
<b>Mais de 31 anos</b>	48	27

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

O número de famílias que se fixaram no conjunto habitacional por um longo tempo é representativo. A casos de filhos de proprietários, que desde seu nascimento ali residem, ou que atualmente se tornaram donos do imóvel, pois seus pais cederam ou transferiram a moradia através de herança. Também há famílias que compraram o imóvel posteriormente, e outros que alugaram, conforme verifica-se na tabela 7.

TABELA 7- Conjunto Habitacional Sol Nascente: situação de propriedade do imóvel, 2015

<b>Situação do imóvel</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Próprio</b>	135	76
<b>Alugado</b>	35	19
<b>Cedido</b>	8	5

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

As famílias que vivem de aluguel são pouco representativas, correspondendo a apenas 19%, enquanto que 76% são proprietárias dos imóveis e 5% ali moram por este estar cedido. Com isso, percebe-se que o conjunto habitacional está servindo para a finalidade o qual foi construído, ou seja, para a moradia, tendo casos que se tornou fonte de renda para a população por meio do aluguel.

A tabela 8, representa o número de pessoas que vivem nas residências dos entrevistados. Do total, 34% contou viver na residência duas pessoas, 23% 3 pessoas, 18% 4 pessoas, 10% 5 pessoas, 10 % 1 pessoas e 5% mais de 6 pessoas. Como o maior número de habitantes das residências entrevistadas foram 2 pessoas, percebe-se que, na maioria dos casos, apenas residem o casal na casa, pois os filhos já se casaram e residem em outras bairros ou cidades.

TABELA 8- Conjunto habitacional Sol Nascente: quantidade de pessoas que vivem nas residências dos entrevistados, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>1 pessoa</b>	18	10
<b>2 pessoas</b>	60	34
<b>3 pessoas</b>	42	23
<b>4 pessoas</b>	32	18
<b>5 pessoas</b>	18	10
<b>Mais de 6 pessoas</b>	8	5

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Em seguida, conheceu-se as infraestruturas e serviços existente no conjunto habitacional Sol Nascente, bem como os meios de transporte mais utilizados pelos moradores no dia-a-dia, local de trabalho, importância do centro da cidade para adquirir bens e serviços, tempo gasto para chegar na área central e condições de acesso das vias do conjunto habitacional ao centro.

Através de uma lista proposta no questionários, foi possível conhecer que as infraestruturas existentes mais citadas foram: telefone público, asfalto, escola, transporte coletivo, sacolão, supermercado, loja de roupas, dentista, posto policial e de saúde. Quanto aos

serviços destaca-se: luz elétrica, rede de esgoto sanitário, água encanada, coleta seletiva, coleta de lixo e associação de moradores (Quadro 9).

QUADRO 9- Conjunto Habitacional Sol Nascente: infraestrutura e serviços existentes no conjunto habitacional, 2015

	ITENS	Nº ENTREVISTADOS
<b>INFRAESTRUTURAS</b>	Restaurantes	46
	Bancos	4
	Hospitais	7
	Telefone público	156
	Asfalto	177
	Correio	50
	Escola	165
	Creche	40
	Loja de Eletrodoméstico	16
	Transporte coletivo	177
	Depósito de gás	94
	Loja de roupas	106
	Açougue	90
	Farmácia	82
	Supermercado	147
	Sacolão	174
	Posto policial	175
	Posto saúde	175
<b>SERVIÇOS</b>	Luz elétrica	178
	Água encanada	173
	Dentista	127
	Associação de moradores	107
	Rede de esgoto sanitário	173
	Coleta de lixo	174
	Coleta seletiva	163

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

Por meio desta questão, percebeu-se que a noção de bairro para vários moradores não se restringe a divisão oficial estabelecida pela gestão pública, mas é aquela de espaço de vivência no qual se estabelecem relação direta. Além dos itens desta lista foram lembrados pelos moradores que há padaria e academia ao ar livre<sup>25</sup> (Imagem 20).

<sup>25</sup> Foi inaugurada no dia 16 de setembro de 2015 (aniversário da cidade de Ituiutaba/MG).



IMAGEM 20- Conjunto Habitacional Sol Nascente: academia ao ar livre na praça (ao lado centro comunitário)



**Autor:** Ferreira, L. F, 2015

Como o conjunto habitacional não possui todas as infraestruturas e serviços necessários a seus moradores, o transporte é de suma importância para que estes possam se deslocar até o centro da cidade, bem como para outros bairros onde estes são disponibilizados.

Conforme o quadro 10, os meios de transporte mais utilizados pelos moradores do conjunto habitacional foram o carro (57 entrevistados), ônibus coletivo (47 entrevistados) e moto (17 entrevistados), sendo que alguns entrevistados não se limitaram a citar apenas um transporte.

QUADRO 10- Conjunto Habitacional Sol Nascente: meios de transporte utilizado no dia-a-dia dos entrevistados, 2015

MEIO DE TRANSPORTE	Nº de ENTREVISTADOS
Bicicleta	9
Ônibus (coletivo)	47
Moto	17
Carro	57
À pé	7
Moto/carro	10
Ônibus (coletivo)/carro	14
Ônibus (coletivo)/ moto	4
Ônibus (coletivo)/bicicleta	2
Ônibus (coletivo)/ à pé	2
Ônibus (coletivo)/taxi	2
Carro/bicicleta	2
Moto taxi/ a pé	1
Bicicleta/moto	1
Ônibus (coletivo)/moto/á pé	1
Ônibus (coletivo)/ moto/bicicleta	1
Não sei	1

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

Apesar de uma parcela maior dos moradores dispor de transporte próprio, há dependência do transporte público, que segundo relato da população, é de má qualidade, pois os ônibus estão velhos e o serviço é demorado, sendo submetidos a ficar um bom tempo no ponto esperando pelo ônibus coletivo.

O transporte também é de suma importância para os moradores que trabalham, especialmente em outros bairros, no centro da cidade ou fora da cidade. Desta forma, dos moradores que responderam ao questionário 9% trabalham no conjunto habitacional, 8% em outro bairro, 5% no centro da cidade e 4% fora da cidade (Tabela 09). Como a maioria dos entrevistados são aposentados, donas de casa, desempregados e pensionistas 67% não relataram o local de trabalho.

TABELA 09- Conjunto Habitacional Sol Nascente: local de trabalho dos entrevistados, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>No bairro</b>	17	9
<b>Em outro bairro</b>	14	8
<b>Centro</b>	10	5
<b>Fora da cidade</b>	7	4
<b>Não trabalha</b>	119	67
<b>Em casa</b>	5	3
<b>Em vários lugares</b>	3	2
<b>Cidade</b>	2	1
<b>Variável</b>	1	1

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Existe dependência dos moradores do conjunto habitacional com o centro da cidade a fim de adquirir bens e serviços. Como mostra a tabela 10, mais da metade dos entrevistados (58%) disseram precisar ir constantemente ao centro da cidade.

TABELA 10- Conjunto Habitacional Sol Nascente: necessidade de ir constantemente ao centro da cidade para adquirir bem e serviços, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Sim</b>	104	58
<b>Não</b>	74	42

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A principal justificativa apresentada para a não dependência com o centro da cidade é que conseguem tudo que precisam no conjunto habitacional ou que possuem familiares que estão encarregados de adquirir os bens e/ou serviços necessários, especialmente realizar os serviços bancários e de compras de produtos. Os que destacaram esta última justificativa em

sua maioria são idosos que devido aos problemas de saúde, preferem ficar em casa e deixar estas tarefas com seus familiares.

Quanto ao tempo gasto para ir do conjunto habitacional ao centro da cidade, 90% dos moradores relataram demorar menos de 1 hora (Tabela 11), o que demonstra que o bairro apesar de estar na periferia é relativamente próximo a área central da cidade, cuja a importância para os moradores é relativamente importante.

TABELA 11- Conjunto Habitacional Sol Nascente: tempo gasto do conjunto habitacional ao centro da cidade, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Menos de 1 hora</b>	160	90
<b>1 hora</b>	14	8
<b>2 horas</b>	4	2

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

As situação das vias de acesso do conjunto habitacional ao centro da cidade foi considerada por 60% da população como boa, sendo que para 37% regular e 3% ruim, como se apresenta na tabela 12. A qualidade das vias de acesso possibilita o rápido deslocamento dos moradores para esta parte da cidade, especialmente para aqueles que trabalham lá ou que necessitam de ir constantemente.

TABELA 12- Conjunto Habitacional Sol Nascente: situação das ruas do conjunto habitacional para o centro da cidade, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Boas</b>	106	60
<b>Regulares</b>	67	37
<b>Ruins</b>	5	3

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

A qualidade ambiental do conjunto habitacional Sol Nascente é o próximo tópico de análise, onde procurou-se conhecer sobre a arborização; existência, importância e utilização pelos moradores das área verde; espaços públicos livres e lazer; presença de problemas ambientais urbanos como: quantidade de ruídos, existência de queimadas frequentes, limpeza e despejo inadequado de lixo, excesso de poeira; e enchentes/alagamentos.

Sobre a arborização no conjunto habitacional 39% dos moradores consideram-no razoavelmente arborizado, 33% muito arborizado e 28% pouco arborizado, como se encontra na tabela 13. A arborização para a população é a vegetação que está na frente as casas, na praça, campo de futebol e na área rural no entorno do conjunto habitacional.

TABELA 13- Conjunto Habitacional Sol Nascente: classificação da arborização pelos entrevistados, 2015

<b>Arborização</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Muito arborizado</b>	59	33
<b>Razoavelmente arborizado</b>	69	39
<b>Pouco arborizado</b>	50	28

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

As áreas verdes foram consideradas existentes no conjunto habitacional para 100 dos entrevistados (56%), enquanto 78 (44%) disseram não existir (Tabela 14). Para os moradores a área verde no conjunto habitacional era composta de árvores, quintal/jardim de casa, campo de futebol, canteiros da Avenida Inácio Moreira, gramado, matas no entorno; a vegetação das chácaras, sítios, praça, no posto de saúde, terrenos vagos, na rua, na fazenda, no rural e em todos os lugares.

TABELA 14- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de área verde, 2015

<b>Área Verde</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	78	44
<b>Sim</b>	100	56

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Dos entrevistados, 91 moradores relataram não frequentar a área verde tendo por justificativas principais: a falta de tempo, cansaço do trabalho, não gosta, não tem costume, devido à idade e problemas de saúde, má situação da praça que passa por reforma, criminalidade, falta de vontade e por tem muitas crianças.

Dos 58 moradores que costumam visitar a área verde, a utilizam para lazer, respirar, passear, fazer caminhada e exercícios, olhar, aproveitar a sombra, refrescar, sentar, conversar, levar crianças para passear, cuidar do campo e ensinar futebol para as crianças, buscar plantas em extinção, entretenimento, ir à igreja, olhar o movimento, descansar cabeça, tomar ar fresco, pela tranquilidade e por faz bem.

Entre os espaços livres públicos temos as áreas verdes que são um dos elementos que contribuem para a qualidade ambiental das cidades, que corresponde ao local “[...] onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas [...]” (LIMA et al, 1994, p. 543).

Para Nucci (2008, p.120) área verde é “um tipo especial de espaço livre onde há predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética, ecológica e lazer); vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; deve ser pública e de utilização sem regras rígidas”.

Segundo Minaki, Amorin e Martin (2006, p.55) as áreas verdes são de extrema relevância, pois

[...] desempenharem papel destacado no ambiente urbano no que se refere à qualidade ambiental pela contribuição na amenização do clima urbano, redução e condução dos ventos, redução de poeira, aumento da evapotranspiração e, conseqüentemente, da umidade relativa do ar, diminuição de ruídos, atenuação do impacto pluvial, auxílio na captação das águas pluviais, além das atribuições recreativas e de lazer da população, bem como na proteção de encostas com declives, na estruturação do solo de modo a possibilitar a infiltração da água, auxiliando nos padrões de estética,

oferecendo habitat para fauna silvestre, garantia de boa qualidade do ar na medida que absorve o monóxido de carbono e libera oxigênio, proporciona sombreamento, melhora saúde física e mental da população;

Assim, as áreas verdes influenciam os espaços urbanos e isso contribui significativamente para a qualidade de vida dos seres humanos, sendo que sua importância não é reconhecida devidamente pelos órgãos públicos e muito menos pela população.

No conjunto habitacional Sol Nascente a área verde apenas possui vegetação rasteira (grama). Já no conjunto habitacional Canaã II há área verde natural que compreende a APP do Ribeirão São José, e outra área verde que está desmatada com apenas vegetação rasteira.

Quanto a importância das áreas verdes (quadro 11), algumas das respostas dos moradores foram: a melhoraria da qualidade do ar e respiração; diminuição poluição e calor; auxílio nas condições climáticas; traz chuva; conforto térmico; importante para o bem-estar, meio ambiente e saúde da população. Percebe-se que os moradores conhecem a importância desta áreas verdes porém, como verificado anteriormente, o número de indivíduos que a utilizam é inferior.

QUADRO 11- Conjunto Habitacional Sol Nascente: importância da área verde para moradores do conjunto habitacional Sol Nascente

<b>IMPORTÂNCIA DA ÁREA VERDE PARA MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL SOL NASCENTE</b>	
Para a qualidade do ar	Para sombra
Diminui calor e refresca o ambiente	As árvores
Diminui poluição	Pela natureza
Contribui para a saúde	Reciclagem e economia
Lazer	Temperatura
Local para visitar	Educacional
Ajuda na transpiração	Saúde
Para viver melhor	Tranquilidade
Bem-estar	Conforto térmico e individual
Umidade do ar	Para clima
Meio ambiente	Traz chuva
Oxigenação	Ventilação
Melhora a respiração	

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

Segundo Minaki e Amorim (2012, p.230) [...] a qualidade ambiental tem uma finalidade comum, que é a da busca por um espaço que proporcione maior proximidade entre o homem e a natureza, visando ao seu conforto. Então os moradores do conjunto habitacional Sol Nascente já possuem esta compreensão, sendo que relacionaram as áreas verdes com o conforto térmico e ambiental, lazer, bem-estar e saúde da população.

Os espaços de lazer foram relatados existentes por 42% dos moradores, sendo que 58% destacaram que este tipo de local é inexistente para a população (Tabela 15). Marcellino et. al. (2007.p.25) afirmou que a falta de espaços de lazer “[...]contribui para o enclausuramento das pessoas, que, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico, [...]”.

TABELA 15- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de espaços de lazer, 2015

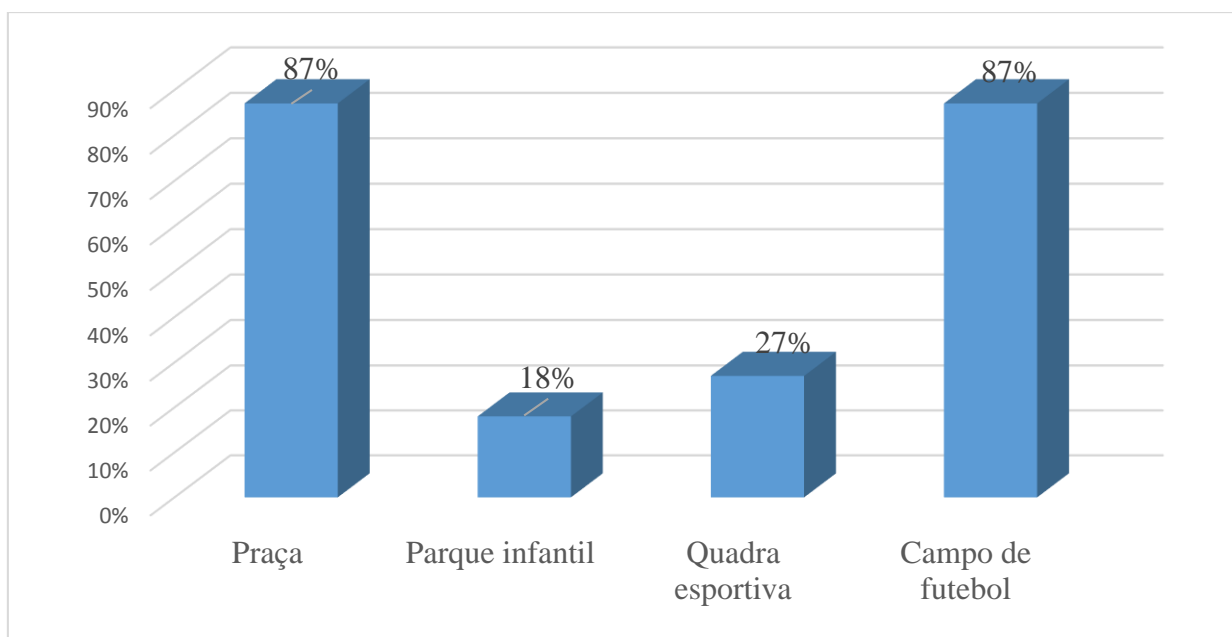
<b>EXISTÊNCIA DE ESPAÇOS DE LAZER</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	103	58
<b>Sim</b>	75	42

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

A respeito dos espaços livres de uso coletivo existentes no conjunto habitacional 87% moradores destacaram que há praça e campo de futebol, 27% quadra esportiva e 18% parque infantil (Gráfico 1). Quanto a outros espaços livres citados pelos moradores foi lembrado da academia ao ar livre.



GRÁFICO 1- Conjunto Habitacional Sol Nascente: espaços livres de uso coletivo, 2015



**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Quanto a alguns problemas ambientais resultantes da urbanização que prejudicam a qualidade ambiental do conjunto habitacional, procurou-se conhecer a existência e a intensidade dos ruídos (de trânsito, indústria, vizinhança, entre outros), sendo que 77% dos moradores acham o conjunto habitacional tranquilo e sem ruídos e 23% que há ruídos que trazem incomodo aos moradores. Destes que relataram a presença de ruídos no conjunto habitacional, 10% consideram os ruídos pouco intenso, 8% intenso e 5% muito intenso, conforme se apresenta na tabela 16.

TABELA 16- Conjunto Habitacional Sol Nascente: ocorrência de ruídos de indústria, trânsito, vizinhança, entre outros no conjunto habitacional, 2015

Ruídos	Nº ENTREVISTADOS	PORCENTAGEM (%)
<b>Sim (pouco intenso)</b>	17	10
<b>Sim (intenso)</b>	15	8
<b>Sim (muito intenso)</b>	9	5
<b>Não</b>	137	77

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Dos moradores 84% relataram não se sentirem incomodados com os ruídos do conjunto habitacional no dia-a-dia, o que possibilita analisar que este é um ambiente tranquilo e agradável.

As enchentes e alagamentos no conjunto habitacional (Tabela 17) não são comuns para 94% dos moradores, enquanto que para apenas 6% estas ali acontecem, principalmente para os entrevistados que vivem próximo à Avenida dos Boiadeiros. Estes relataram que quando chove esta avenida, devido à falta de bueiros e a declividade do terreno, fica alagada dificultado o acesso para pedestre e motoristas.

TABELA 17- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de alagamento e enchentes, 2015

<b>EXISTENCIA DE ALAGAMENTO E ENCHENTES</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	167	94
<b>Sim</b>	11	6

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

As queimadas frequentes (Tabela 18) também não é comum no conjunto habitacional para 78% dos moradores isso beneficia a população, especialmente os indivíduos com problemas de saúde relacionados as vias respiratórias. Além disso, os incêndios podem provocar mortes e prejuízos para os seres humanos e para a fauna e flora do entorno do conjunto habitacional.

TABELA 18- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existência de queimadas frequentes, 2015

<b>EXISTÊNCIA DE QUEIMADAS FREQUENTES</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	138	78
<b>Sim</b>	40	22

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Diferente das queimadas, o excesso de poeira é um problema para os moradores, sendo que 67% dos entrevistados (Tabela 19) destacaram que é frequente no conjunto habitacional, especialmente pela construção de novos bairros no entorno como o Residencial Estados Unidos e Jardim Cidade. Estes consideram que é um problema temporário e com o término das obras será amenizado.

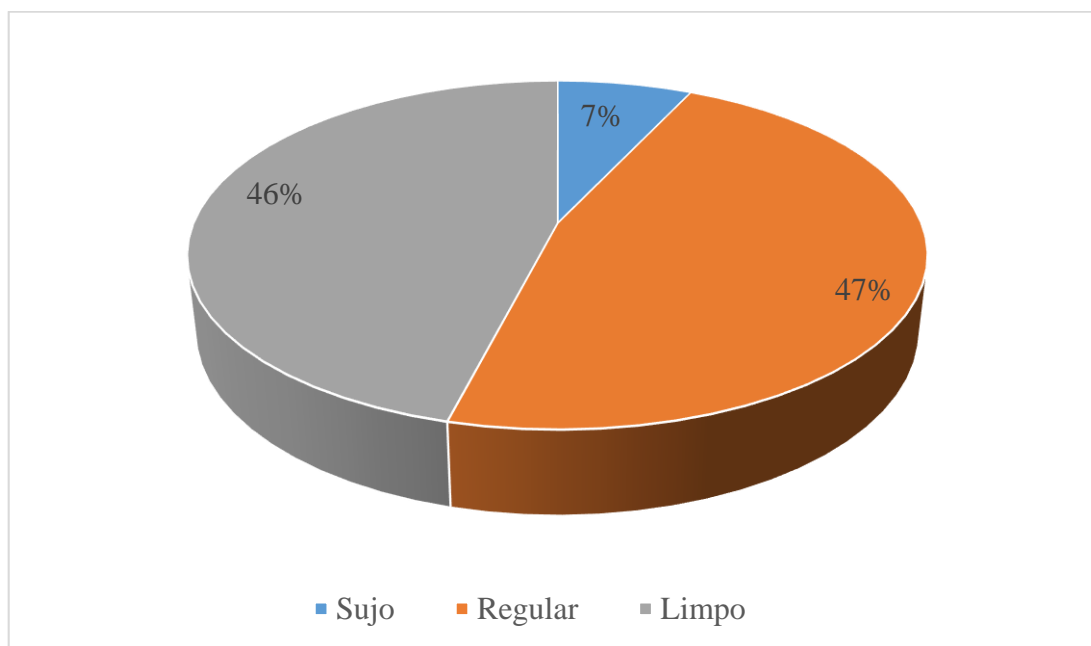
TABELA 19- Conjunto Habitacional Sol Nascente: excesso de poeira, 2015

<b>EXISTÊNCIA DE EXCESSO DE POEIRA</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	58	33
<b>Sim</b>	120	67

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A limpeza do conjunto habitacional foi considerada por 47% como regular, 46% limpo e 7% sujo, conforme o gráfico 02. Para comprovar este fato, 149 moradores entrevistados não destacaram a existência da prática de despejo inadequado de lixo doméstico e de construção no conjunto habitacional, enquanto que 29 moradores responderam que há esta prática é realizada pelos vizinhos, cujo local de depósito são os áreas públicas, como as ruas, praça e terrenos baldios sem destinação.

GRÁFICO 2- Conjunto Habitacional Sol Nascente: consideração sobre a limpeza, 2015



Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

A percepção ambiental dos moradores do conjunto habitacional Sol Nascente foi analisada por meio dos pontos favoráveis e desfavoráveis, violência, qualidade do ar e água, as ameaças e avaliação do meio ambiente, qualidade de vida dos moradores e atitudes e sugestões em prol do meio ambiente.

Os principais pontos favoráveis no conjunto habitacional, segundo a percepção dos moradores, estão apresentados no quadro 12, sendo divididos em 5 categorias: infraestruturas, serviços, acessibilidade, vegetação, relações sociais e afetivas. Estes pontos positivos se referem ao que há de útil e agradável no conjunto habitacional, ou seja, aquilo que tem de necessário e importante para o estabelecimento da vida, assim como relações sociais e afetivas necessárias aos seres humano neste lugar.

QUADRO 12- Conjunto Habitacional Sol Nascente: pontos favoráveis, 2015

<b>PONTOS FAVORÁVEIS DO CONJUNTO HABITACIONAL SOL NASCENTE</b>	
<b>INFRAESTRUTURAS</b>	<b>SERVIÇOS</b>
Posto de saúde	Limpeza
Padaria	Coleta de lixo e seletiva
Escola	<b>ACESSO</b>
Campo de futebol	Acesso rápido ao centro da cidade
Academia ao ar livre	Proximidade com o trabalho
Igreja	Acessibilidade
Posto policial	<b>RELAÇÕES SOCIAIS E AFETIVAS</b>
Supermercado	Família
Sacolão	Vida calma
Transporte coletivo	Pessoas boas
Garagem de ônibus	Tranquilidade
Área de lazer	Baixa criminalidade
Clube	Bairro residencial
Praça	Bom lugar
Casa	Bairro bom
Farmácia	Vizinhança/amizade
Quadra de esporte	<b>VEGETAÇÃO</b>
Asfaltamento das ruas	Arvoredo

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

Os pontos desfavoráveis relatados pelos indivíduos entrevistados estão no quadro 13, e se relacionam ao que existe de ruim no conjunto habitacional, as coisas que incomodam no dia-a-dia e ao que poderia melhorar. Podemos citar alguns exemplos do que falta neste como o lazer, área verde, infraestruturas e serviços; o que mais incomoda como o leilão de gado, animais abandonados na rua, queimadas; e o que pode melhorar como o transporte, asfalto e posto de saúde.

QUADRO 13- Conjunto Habitacional Sol Nascente: pontos desfavoráveis, 2015

<b>PONTOS DESFAVORÁVEIS DO CONJUNTO HABITACIONAL SOL NASCENTE</b>	
<b>FALTA DE:</b>	Obra de reforma da praça
Lazer	Lixo jogado na avenida principal
Farmácia	Barulho
Comércio	Vizinhos
Limpeza	Drogados
Eventos culturais	Desmatamento na praça
Açougue	Longe do centro da cidade
Praça e bancos para sentar	Vizinhos que não cuidam da dengue
Sinalização deficiente	Poeira
Supermercado	Cachorros na rua
Lotérica	Fofoca
Centro comunitário	Esgoto na rua
Quebra mola	Queimadas
Creche	Terreno Baldio
Transporte escolar	Destruição da quadra esportiva da praça
Agência bancária	Distancia para as lojas
Policiamento	<b>MELHORAR:</b>
Área verde	O ponto de ônibus
Médicos	Transporte coletivo
Área de coleta seletiva de material de construção	Asfaltamento
Mais escolas	Atendimento do posto de saúde
<b>INCOMODA:</b>	Comércio
Leilões de gado	

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

A imagem 21 retrata a praça onde se localizava a quadra esportiva do conjunto habitacional, pode-se perceber que no local ainda há entulho da construção que pode ser um problema pela possibilidade de acumulo de água da chuva, que é propicio a proliferação do mosquito da dengue, assim como pode servir de local de procriação de animais peçonhentos.

IMAGEM 21- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Entulho na praça da destruição da quadra esportiva



**Autor:** Ferreira, L. F, 2015

Quando perguntamos como é o conjunto habitacional durante o dia e a noite, podemos perceber que a população possui uma boa visão deste no geral, pois em ambos os casos estes relataram que é seguro, tranquilo e agradável. Desta forma, durante o dia 73% o classificou como bonito, 94% como agradável, 92% como tranquilo e seguro. Já a noite 82 considerou o conjunto habitacional bonito, 97% como agradável, 93% como tranquilo e 86% como seguro.

Isso possibilita considerar que a população demonstra um alto grau de satisfação em relação a questão da segurança, sendo estes um dos aspectos positivos do conjunto habitacional, que o constitui como um local bom para se viver, principalmente quanto a segurança (Tabela 20), pois 99% dos moradores consideraram que o conjunto habitacional Sol Nascente não é violento.

TABELA 20- Conjunto Habitacional Sol Nascente: existe criminalidade no conjunto habitacional? 2015

<b>EXISTE VIOLÊNCIA NO CONJUNTO HABITACIONAL?</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	176	99%
<b>Sim</b>	2	1%

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Quanto ao aspecto da qualidade do ar (Tabela 21) 51% dos moradores consideram que o ar que respira não é poluído e 49% que o ar é poluído. Este já começam a compreender que a poluição urbana é um risco para a saúde da população presente no próprio ambiente onde vivem e que a poluição do ar nas cidades são provenientes principalmente das indústrias, trânsito e obras em geral.

TABELA 21- Conjunto Habitacional Sol Nascente: Você considera o ar que respira poluído?, 2015

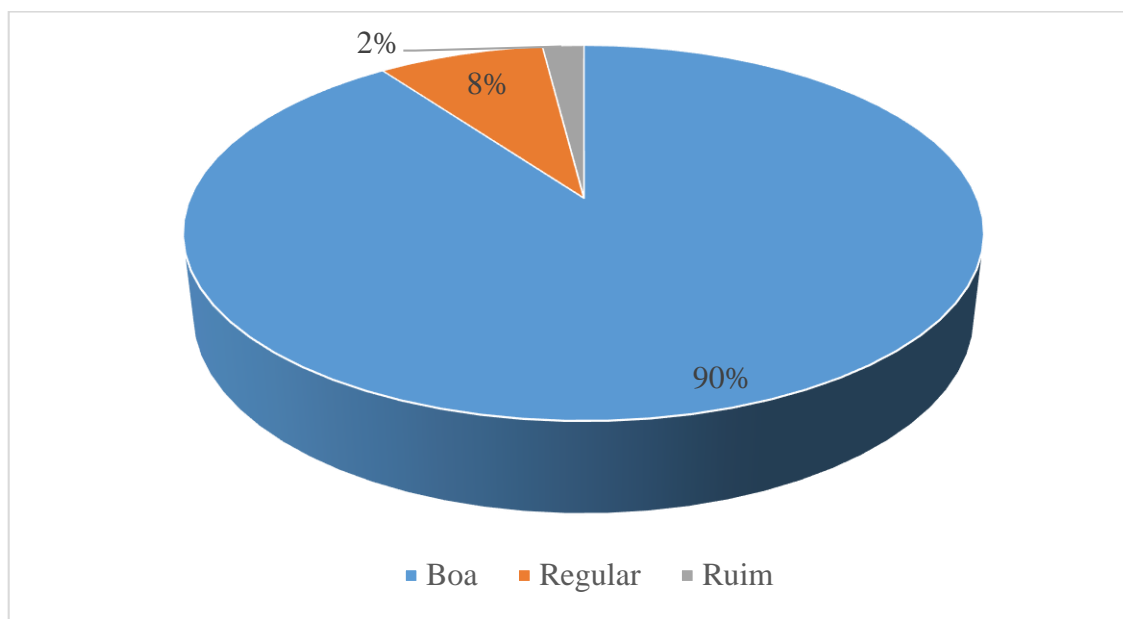
<b>VOCÊ CONSIDERA O AR QUE RESPIRA POLUÍDO?</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	90	51%
<b>Sim</b>	88	49%

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A qualidade da água distribuída no conjunto habitacional foi avaliada com boa por 161 moradores (90%), regular para 14 (8%) e ruim para apenas 3 (2%) destes (Gráfico 3). Os moradores destacaram que a empresa responsável pelo abastecimento de água na cidade oferece o tratamento necessário para que a mesma seja consumida e utilizada do dia-a-dia.



GRÁFICO 3- Conjunto Habitacional Sol Nascente: qualidade da água, 2015



Org.: FERREIRA, L. F., 2015

Conforme o quadro 14, as principais ameaças ao meio ambiente presente no conjunto habitacional foram as queimadas em geral e da cana-de-açúcar, desmatamento, entupimento das nascentes, poluição, desperdício de água, criminalidade, lixo na rua, falta de organização política, conscientização, entre outros. Como destacou os moradores, estas ameaças são de responsabilidade dos próprios vizinhos, bem como de indivíduos dos bairros circunvizinhos e de outras localidades da cidade que não se preocupam em cuidar do meio ambiente onde vivem.

QUADRO 14- Conjunto Habitacional Sol Nascente: principais ameaças ao meio ambiente, 2015

AMEAÇAS AO MEIO AMBIENTE DO CONJUNTO HABITACIONAL	
Cana -de- açúcar (queimada)	Descarte inadequado de lixo
Desmatamento	Drogas
Entupimento das nascentes do Córrego do Carmo	Poda de árvores inconsequente
Desperdício de água	Animais mortos
Malandro na rua	Pouca arborização
Queimada	Leilão de gado
Lixo na rua	Automóveis
Falta de organização política	Poluição
Conscientização	Enxurrada e bueiro sujo
Sujeira	Dengue

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

A avaliação dos moradores do conjunto habitacional Sol Nascente quanto as questões ambientais (Tabela 22) foi dada em nota de 0 a 5, de acordo com a seguinte escala: 0- péssima; 1- muito ruim; 2- ruim; 3- regular; 4- bom e 5 excelente. Para 42% dos moradores a questão ambiental mereceu nota 4 (bom), enquanto que para 22% nota 5 (excelente), 31% nota 3 (regular), 3% nota 2 (ruim) e 2% nota 0 (péssima). No geral, a avaliação desta questão foi positiva para o conjunto habitacional, pois as nota maiores estiveram boa, excelente e regular.

TABELA 22: Conjunto Habitacional Sol Nascente: a avaliação das questões ambientais no conjunto habitacional Sol Nascente, 2015

Escala	Nº ENTREVISTADOS	PORCENTAGEM (%)
<b>Zero</b>	4	2
<b>Um</b>	-	-
<b>Dois</b>	5	3
<b>Três</b>	55	31
<b>Quatro</b>	75	42
<b>Cinco</b>	39	22

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

As atitudes positivas ao meio ambiente apontadas pelos moradores foram o plantio de árvores, reutilização e economia de água, economia de energia, limpeza, conservação das árvores, coleta de lixo e seletiva, reciclagem, higiene, entre outros (quadro 15). Com isso percebe-se que os moradores do conjunto habitacional possuem uma consciência ambiental e social, necessária para a qualidade ambiental.

QUADRO 15- Conjunto Habitacional Sol Nascente: atitudes que os moradores adotam para ajudar o meio ambiente, 2015

<b>O QUE OS MORADORES FAZEM NO DIA-A-DIA PARA AJUDAR O MEIO AMBIENTE</b>	
Plantar árvores	Reutilização da água de lavagem de roupas
Não deixa água parada	Tem jardim em casa
Economiza água e energia elétrica	Cuida do campo de futebol
Conserva as árvores	Não joga resto de gordura na pia
Limpeza	Ajuda as pessoas que passam pedindo
Coleta seletiva e reciclagem	Cuida do quintal e dos animais
Coleta de lixo	Evita realizar queimada
Doação para as pessoa que precisam	Não gosta de lixo
Cuida da casa	Conscientização
Tem grama no quintal e gosta de plantar	Capina do mato da rua
Higiene	Rua limpa

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

A avaliação da qualidade de vida no conjunto habitacional, possibilitou analisar que os moradores estão satisfeito com o meio ambiente onde vivem, pois 54% dos moradores consideraram boa a qualidade de vida, 23% ótima e 21% regular (Tabela 23).

TABELA 23- Conjunto habitacional Sol Nascente: qualidade de vida no conjunto habitacional, 2015

<b>QUALIDADE DE VIDA</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Ótima</b>	42	23
<b>Boa</b>	97	54
<b>Regular</b>	37	21
<b>Péssima</b>	-	-
<b>Não sei</b>	1	1
<b>Não quero responder</b>	1	1

**Fonte:** Pesquisa direta- 2015. **Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Ainda sobre esta consciência ambiental, os moradores entrevistados apresentaram sugestões para melhor o meio onde vivem no que tange a qualidade do meio ambiente, como apresenta-se na quadro 16.

QUADRO 16- Conjunto Habitacional Sol Nascente: sugestões para a melhorar da qualidade do meio ambiente no conjunto habitacional Sol Nascente, 2015

<b>SUGESTÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL NO CONJUNTO HABITACIONAL</b>	
Contribuir para a melhoria das áreas verdes	Colocar brinquedos para as crianças brincarem
Melhorar o transporte coletivo, asfalto e irregularidades nas calçadas	Respeitar o meio ambiente
Conscientização quanto desperdício de água e despejo de lixo	Segurança
Plantar árvores	Diminuir poluição
Melhorar a praça	Arrumar quadra esportiva
Melhorar tudo	Manter as plantas e não cimentar
Melhorar policiamento	Arrumar lixeiras nas ruas e limpeza de entulho nas calçadas
Tirar os leilões de gado	Realizar campanha de horta
Diminuir poluição	Construir a creche
Organizar a praça, limpar as ruas e as áreas rurais	Assistência a população
Evitar queimadas	Cuidar dos animais
Conscientização da população	Melhorar asfalto
	Terminar de arrumar a praça
Limpeza das bocas de lobo	Não poluir os rios
Mais recursos para a população Reflorestamento	Colocar mais bueiros
Tirar cachorros da rua	Respeitar os vizinhos
Arrumar as ruas	Mais área verde
Ter mais lazer na praça	Incentivo da prefeitura
Tirar o terreno baldio	Colocar Farmácia
Fazer mais praças	Área para pratica de atividade física

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

Dentre os sugestões apresentadas no quadro acima, destaca-se que a população possui um entendimento do que venha a ser meio ambiente, relacionando-o a própria natureza, ao que é necessário e nocivo ao bem-estar dos indivíduos na cidade e as respeito ao próximo e aos animais.

### 3.2- Conjunto Habitacional Canaã II

O conjunto habitacional Canaã II (Cartograma 4) foi uma das primeiras experiências do PMCMV em Ituiutaba/MG. Está localizado em área periférica e de expansão urbana (Imagem 22) que recebe empreendimentos habitacionais que atende a população de baixa e média renda.

IMAGEM 22- Conjunto Habitacional Canaã II: área de expansão urbana (novo residencial a ser implantado)



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Este conjunto habitacional tem por vizinhos os Residenciais Canaã I, Portal dos Ipês, Buritis, Nadime Derze Jorge I e II, Lisboa<sup>26</sup> (Imagem 22), bairro Junqueira e Santa Edwiges, bem como também limita-se com propriedades rurais (Imagem 23) e com uma empresa global especializada na produção de produtos químicos e sementes para o agronegócio, originaria da Suíça.

---

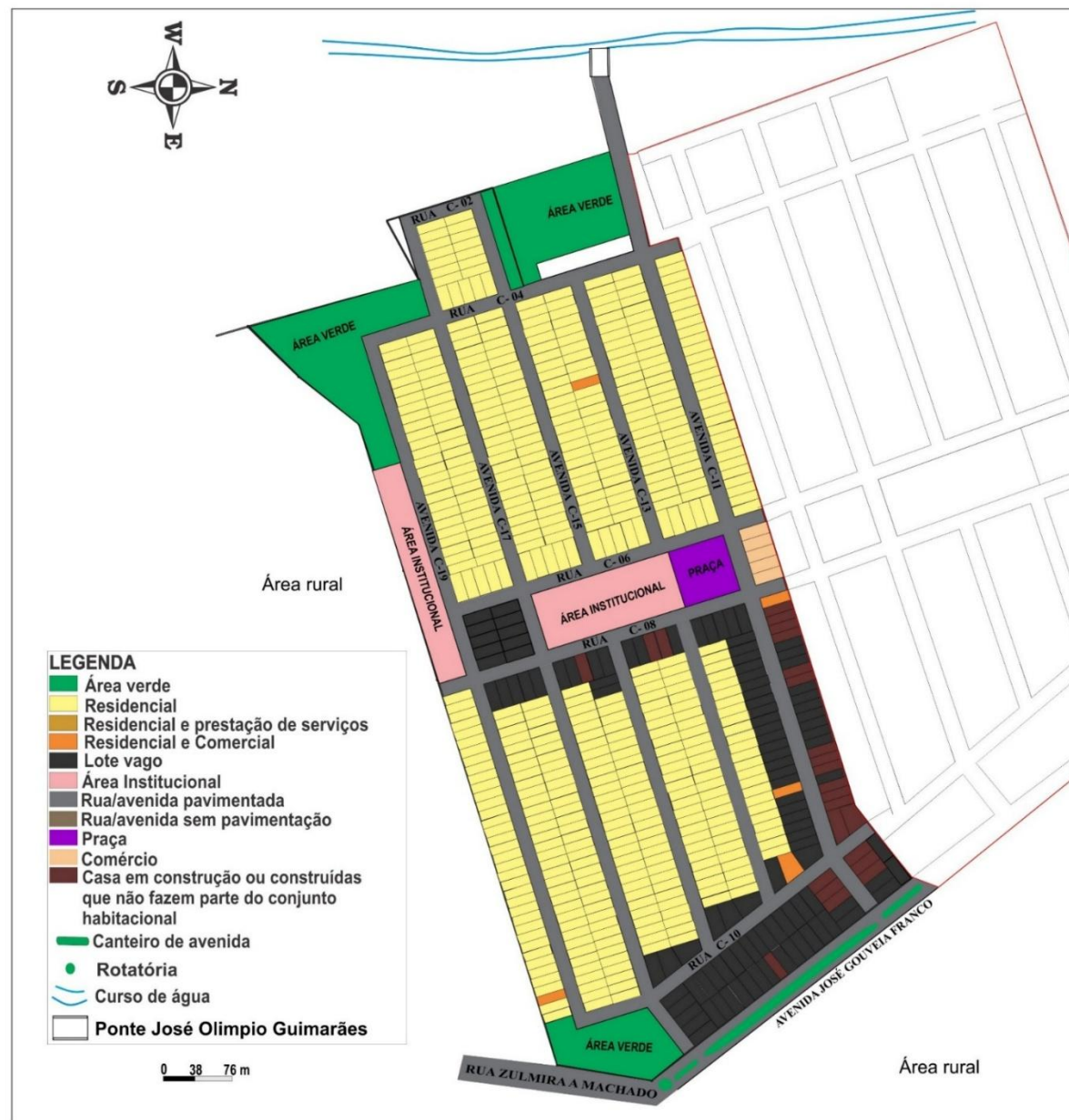
<sup>26</sup> Área a ser construída

IMAGEM 23- Conjunto Habitacional Canaã II: área periférica propriedade rural



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Na Avenida José Gouveia Franco, que dá acesso ao conjunto habitacional Canaã II, encontra-se algumas lojas de vestuário, material de construção, supermercado, produtos agropecuários; farmácia; sacolão; mercearias e bares. No conjunto habitacional Canaã I (vizinho do Canaã II), também já foi construída uma creche para as crianças cuja a finalidade é atender a população que vive nesta área de ocupação urbana recente.



**Cartograma 4- Ituiutaba/MG: uso do solo no conjunto habitacional Canaã II**



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2013  
 Base Cartográfica: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2013  
 Elaboração: Leilaine de Fátima Ferreira, 2015



Conforme o cartograma 4, o uso do solo no conjunto habitacional Canaã II é residencial, porém também é utilizado para a prática comercial e de prestação de serviços que busca atender as necessidades dos moradores deste e dos bairros do entorno.

De acordo com o cartograma, percebe-se que há lotes com apenas um uso do solo, podendo ser este comercial ou residencial. Porém também há lotes de uso misto, ou seja, que tem duas função, como por exemplo o residencial e comercial e o residencial e de prestação de serviço.

O comércio no conjunto habitacional é representado por supermercado (fotografia 24), depósitos de gás (Imagem 25), bares, loja de vestuário, brechó, sorveteria, padaria e mercearias. Já a prestação de serviços é composta por moto-taxi, borracharia, lavagem de automóveis (lava jato), estética feminina e cabelereiro.

IMAGEM 24- Conjunto Habitacional Canaã II: supermecado



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

IMAGEM 25- Conjunto Habitacional Canaã II: depósito de gás



Fonte: FERREIRA, L. F., 2015

Observou-se no conjunto habitacional que este apresenta vários lotes vagos, sendo que alguns estão à venda. Devido ao descuido dos proprietários se encontram em mal estado de conservação com mato alto, lixo e entulho proveniente das obras de construção efetuadas no entorno. A imagem 26, representa um dos lotes a venda no conjunto habitacional que se encontra capinado e cercado com fio de arrame, porém do lado deste lote a outro onde é possível ver o capim alto e lixo.

IMAGEM 26- Conjunto Habitacional Canaã II: terreno a venda



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

Dos lotes vendidos há aqueles que já possuem casas construídas ou que estão em processo de construção. Como verifica-se na imagem 27, tem-se uma construção em andamento, que aparentemente está parada e abandonada, isso se conclui por estar cheia de grama alta. Também percebe-se que está invadida, pelo fato de haver uma outra casa pequena construída de forma improvisada, que se encontra habitada.

IMAGEM 27- Conjunto Habitacional Canaã II: casa em construção



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

O conjunto habitacional Canaã II ainda não possui infraestruturas como escola, posto de saúde, centro comunitário, entre outras; sendo que os moradores precisam se deslocar para outros bairro para obter estes serviços. Porém já tem disponível, desde a sua implantação, o sistema de abastecido de água que é tratada e de esgoto sanitário, bem como de distribuição de energia elétrica, telefonia pública e vias públicas pavimentadas.

Existe áreas institucionais para a implantação de equipamentos públicos, sendo estes dois lotes (cartograma 4) que atualmente não dispõem de nenhuma infraestrutura urbana e de lazer (Imagem 28), se encontrando em estado de abandono, com mato alto e servindo de depósito de lixo, resíduos sólidos e de construção pela população. O lote destinado a implantação da praça pública (Imagem 29), também se encontra no mesmo estado e finalidade.



IMAGEM 28- Conjunto Habitacional Canaã II: área institucional



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

IMAGEM 29- Conjunto Habitacional Canaã II: área destinada a praça



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

Conforme o cartograma 4, há três espaços que foram separados para ser as áreas verdes do conjunto habitacional. Deste dois lotes estão em abandono, com grama alta (Imagem 30), não existindo arborização nem finalidade a população, tendo o mesmo destino que as áreas institucionais e praça. Um deles, que faz parte da APP do Ribeirão São José, ainda tem vegetação e árvores, porém vem sofrendo pressão pela ocupação urbana nesta área (Imagem 31).

IMAGEM 30- Conjunto Habitacional Canaã II: área verde proxima a empresa de agronegocio



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

IMAGEM 31- Conjunto Habitacional Canaã II: área verde proxima ao Ribeirão São José



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

A APP do Ribeirão São José (Imagem 31) que vem sofrendo impacto ambiental, também pela implantação de uma nova via de acesso que proporciona maior acessibilidade para a zona leste da cidade. Esta via somente pode ser concluída com a construção de uma ponte que corta a APP e o Ribeirão São José, assim o impacto é proveniente do desmatamento ilegal pela própria população e do despejo de lixo, resíduos sólidos e de construção nas extremidades desta área que possui nascentes de água que são responsáveis pela própria manutenção do ribeirão. Na imagem 32 percebe-se que na APP do ribeirão há acúmulo de dejetos ali lançados pela própria população, pois estes são principalmente domiciliares.



IMAGEM 32- Conjunto Habitacional Canaã II: Ribeirão São José



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

As moradias do conjunto habitacional Canaã II, também são compostas por quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço descoberta, bem como possui sistema de aquecimento solar. Os modelos arquitetônicos adotados pelo PMCMV no local estão representados nas imagens 33 e 34, sendo que há o principal, ou seja, mais utilizado e outro alternativo que tem por função quebrar a monotonia arquitetônica do conjunto habitacional.



IMAGEM 33- Conjunto Habitacional Canaã II: modelo de casa embrião mais implantado no local



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

IMAGEM 34- Conjunto Habitacional Canaã II: modelo de casa embrião alternativo



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

Apesar do pouco tempo de existência do conjunto habitacional, cerca de 5 anos, as moradias já estão bem modificadas arquitetonicamente, sendo que estas transformações são resultantes de melhorias nas residências, como a ampliação de área física e construção de muro e portão. Na fotografia 35, verifica-se moradias do conjunto habitacional, onde foram implantadas muro e portão, bem como garagem para veículo. Com isso conclui-se que a principal preocupação dos moradores é com a segurança da moradia.

IMAGEM 35- Conjunto Habitacional Canaã II: moradia modificada



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

Através da pesquisa de campo no conjunto habitacional Canaã II foi possível analisar a qualidade e percepção ambiental dos moradores, sendo que foram aplicados 222 questionários. Primeiramente, averiguou-se o gênero, faixa etária, situação profissional e renda familiar, para apresentação do perfil social e econômico dos moradores.

O gênero dos entrevistados está apresentado na tabela 24, sendo que 67% dos moradores são do sexo feminino e 33% do sexo masculino. Da mesma forma que no conjunto habitacional Sol Nascente, houve a prevalência de mulheres disponíveis para responder ao questionário, pois encontravam-se em casa no momento ou se disponibilizam, quando haviam outros membros da família, a responder as questões propostas.

TABELA 24- Conjunto Habitacional Canaã II: distribuição de entrevistados por gênero, 2015

<b>GÊNERO</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Feminino</b>	148	67
<b>Masculino</b>	74	33

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Quanto a faixa etária dos moradores entrevistados (tabela 25) 38% tinham entre 18 a 30 anos, 28% com mais de 50 anos, 19% entre 31 a 50 anos e 15% de menores de 18 anos. O maior número de indivíduos que responderam o questionário estão fase adulta que possuem maior vivência e entendimento para responder ao questionário proposto.

TABELA 25- Conjunto Habitacional Canaã II: distribuição de entrevistados por faixa etária, 2015

<b>IDADE</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Menor de 18 anos</b>	32	15
<b>18 a 30 anos</b>	85	38
<b>31 a 50 anos</b>	42	19
<b>Mais de 51 anos</b>	63	28

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A situação profissional dos entrevistados ficou dividida em: 48% empregados, 24% desempregados, 5% aposentados, 9% pensionistas e donas de casa e 5% estudantes (tabela 26). Diferente do conjunto habitacional Sol Nascente, este apresenta um maior número de população ativa, ou seja, que ainda trabalha e contribui para o sustento da família, mesmo a parcela de desempregados.

TABELA 26- Conjunto Habitacional Canaã II situação profissional dos entrevistados, 2015

<b>SITUAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Empregado</b>	105	48
<b>Desempregado</b>	53	24
<b>Aposentado</b>	11	5
<b>Pensionista</b>	21	9
<b>Estudante</b>	11	5
<b>Dona de casa</b>	21	9

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Quanto a renda familiar dos moradores, a maioria está em torno de 1 a 3 salários mínimos (86%), sendo que apenas 9% recebem menos de 1 salário e 5% de 3 a 6 salário (tabela 27). Como no conjunto habitacional Sol Nascente, a maioria dos moradores vivem na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, pois com esta renda estipulada pelo PMCMV que a população pobre consegue o financiamento e subsídio para a compra da moradia própria.

TABELA 27- Conjunto Habitacional Canaã II: renda familiar dos entrevistados, 2015

<b>RENDA FAMILIAR</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Menos de 1 salário</b>	21	9
<b>De 1 a 3 salário</b>	190	86
<b>De 3 a 6 salários</b>	11	5
<b>Mais de 6 salários</b>	-	-

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

A maioria dos entrevistados vivem no conjunto habitacional Canaã II desde a sua implantação, sendo que 58% estão neste a 4 anos, 19% a 3 anos, 9% a 5 anos, 9% a 1 anos e 5% a 2 anos (Tabela 28). A obra deste conjunto habitacional iniciou-se no ano de 2009, porém as moradias foram entregues apenas no final de 2011 e início de 2012, por isso muitos moradores destacaram viver neste a 4 anos.

TABELA 28- Conjunto Habitacional Canaã II: anos de residência no imóvel, 2015

<b>TEMPO DE MORADIA</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>1 ano</b>	21	9
<b>2 anos</b>	11	5
<b>3 anos</b>	42	19
<b>4 anos</b>	127	58
<b>5 anos</b>	21	9

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015

A situação de propriedade do imóvel está representada na tabela 29, sendo que 86% dos entrevistados são donos das casas onde vivem. Do restante 9% pagam aluguel pela moradia e 5% vivem em imóvel cedido. No conjunto habitacional não deveriam existir moradias alugadas ou mesmo cedida, pois estes se destinam a famílias de baixa renda que não possuem moradias e nem condições de adquirir um financiamento habitacional sem auxílio do governo, por meio do subsídio.

TABELA 29- Conjunto Habitacional Canaã II: situação de propriedade do imóvel, 2015

<b>Situação do imóvel</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Próprio</b>	190	86
<b>Alugado</b>	21	9
<b>Cedido</b>	11	5

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Quanto ao número de pessoas que moram na residência visitada, a tabela 30 mostra que 52% dos moradores relataram ter 4 pessoas na casa, 19% 3 pessoas, 14% 2 pessoas, 6% 5 pessoas, 5% 6 pessoas, 4% 1 pessoa. Com isso percebe-se que a principal composição familiar deste conjunto habitacional é de marido, esposa e dois filhos devido a esta porcentagem de pessoas na casa.

TABELA 30- Conjunto habitacional Canaã II: quantidade de pessoas que vivem nas residências dos entrevistados, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>1 pessoa</b>	10	4
<b>2 pessoas</b>	31	14
<b>3 pessoas</b>	42	19
<b>4 pessoas</b>	116	52
<b>5 pessoas</b>	12	6
<b>6 pessoas</b>	11	5

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

As infraestruturas e serviços existente no conjunto habitacional Canaã II, segundos os moradores estão apresentadas no quadro 17. Das infraestruturas as mais lembradas foram: asfalto, creche, transporte coletivo e depósito de gás; já os serviços foram: luz elétrica, água encanada, rede de esgoto e coleta de lixo. Não foi relatado a existência de banco, hospital, escola, dentista, posto policial e de saúde. Outras infraestruturas disponíveis no conjunto habitacional segundo o relato dos moradores foi padaria.

Da mesma forma que no conjunto habitacional Sol Nascente, a noção de bairro para a população é o seu espaço de vivência, não se limitando apenas a divisão municipal. Assim, percebe-se que entre as infraestruturas citado pelos moradores como presentes no conjunto habitacional Canaã II não estão instadas de fato nestes, pode-se citar por exemplo a creche e farmácia, que fazem parte de outro conjunto habitacional, mas foram construídos para atender a demanda da população do entrono.

QUADRO 17- Conjunto Habitacional Canaã II: infraestrutura e serviços existentes no conjunto habitacional, 2015

	ITENS	Nº ENTREVISTADOS
INFRAESTRUTURAS	Restaurantes	53
	Telefone público	190
	Asfalto	222
	Correio	95
	Creche	222
	Loja de Eletrodoméstico	21
	Transporte coletivo	222
	Depósito de gás	222
	Loja de roupas	158
	Açougue	179
	Farmácia	190
	Supermercado	211
	Sacolão	201
SERVIÇOS	Luz elétrica	222
	Água encanada	222
	Associação de moradores	21
	Rede de esgoto sanitário	222
	Coleta de lixo	222
	Coleta seletiva	179

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

Com a falta de infraestruturas no conjunto habitacional (principalmente escola e posto de saúde), o transporte é fundamental para que possam procurá-los em outros bairros ou no centro da cidade. Assim, verifica-se que a maior parte dos entrevistados possuem um transporte próprio para locomoção na cidade, como moto e carro, porém o transporte coletivo é importante para uma parcela significativa, conforme o quadro 18.

QUADRO 18- Conjunto Habitacional Canaã II: meios de transporte utilizado no dia-a-dia dos entrevistados, 2015

MEIO DE TRANSPORTE	Nº de ENTREVISTADOS
Ônibus (coletivo)	32
Moto	95
Carro	53
À pé	11
Moto/carro	11
Ônibus (coletivo)/bicicleta	20

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

O transporte é necessário para os moradores que trabalham, principalmente no centro e em outros bairros. Segundo a tabela 31, 33% dos entrevistados trabalham em outro bairro, 5% no centro e 14% no bairro. Os outros 48% não responderam a esta questão por estarem aposentado e desempregado ou serem estudantes, dona de casa e pensionista.

TABELA 31- Conjunto Habitacional Canaã II: local de trabalho dos entrevistados, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>No bairro</b>	31	14
<b>Em outro bairro</b>	74	33
<b>Centro</b>	10	5
<b>Não respondeu</b>	107	48

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Quanto a dependência dos indivíduos com o centro da cidade para adquirir bens e serviços, 62% relataram precisar ir constantemente, enquanto que 38% não (Tabela 32). Em alguns casos a necessidade de ir ao centro está ligada ao trabalho e em outros devido a procura por serviços bancários como saque de dinheiro, pagamento de contas, entre outros.

TABELA 32- Conjunto Habitacional Canaã II: necessidade de ir constantemente ao centro da cidade para adquirir bem e serviços, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Sim</b>	137	62
<b>Não</b>	85	38

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A maioria dos moradores entrevistados (91%) responderam que levam menos de uma hora para chegar ao centro da cidade, apesar de estar localizado em área periférica (Tabela 33). Desta forma, é possível analisar que a distante do conjunto habitacional Canaã II ao centro é



pequena, pois Ituiutaba “caracteriza-se como uma cidade média pelo porte demográfico, serviços disponíveis e qualidade de vida que oferece [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 114).

TABELA 33- Conjunto Habitacional Canaã II: tempo gasto do conjunto habitacional ao centro da cidade, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Menos de 1 hora</b>	201	91
<b>1 hora</b>	21	9

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

O pouco tempo gasto para chegar ao centro também pode ser compreendido, pela boa situação das vias de acesso do conjunto habitacional a área central de Ituiutaba, pois para 71 % dos moradores que participaram responderam que as ruas estão em boa condição, enquanto que do restante 19% consideraram regulares e 10% ruins (Tabela 34).

TABELA 34- Conjunto Habitacional Canaã II: situação das ruas do conjunto habitacional para o centro da cidade, 2015

<b>Número de pessoas</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Boas</b>	158	71
<b>Regulares</b>	42	19
<b>Ruins</b>	22	10

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Para a análise da qualidade ambiental, o pesquisador procurou conhecer sobre a arborização do conjunto habitacional Canaã II. A tabela 35, retrata sobre a classificação da arborização segundo os entrevistados, sendo que para 86% o conjunto habitacional é pouco arborizado e para 14% razoavelmente arborizado.

TABELA 35- Conjunto Habitacional Canaã II: classificação da arborização pelos entrevistados, 2015

<b>Arborização</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Muito arborizado</b>	-	-
<b>Razoavelmente arborizado</b>	32	14
<b>Pouco arborizado</b>	190	86

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

No geral, a população reconhece a necessidade de que novas árvores sejam plantadas e de que esta atitude pode contribuir no conforto térmicos do conjunto habitacional e das moradias. Na imagem 36 é possível perceber que a arborização no conjunto habitacional é realmente pouca, porém os moradores já tomam consciência deste fato e começaram a plantar árvores nas calçadas das residências.

IMAGEM 36- Conjunto Habitacional Canaã II: arborização, 2016



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

A área verde no conjunto habitacional é considerada por 86% dos moradores como inexistente, sendo que apenas 14% relataram que está é existente (Tabela 36). Destes 14% que relataram a existência de área verde no conjunto habitacional consideraram que estas são: a APP do Ribeirão São José e a área rural do entorno.

TABELA 36- Conjunto Habitacional Canaã II: existência de área verde, 2015

<b>Área Verde</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	190	86
<b>Sim</b>	32	14

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Quanto a importância desta área verde (Quadro 19), os moradores citaram que esta pode ser um local para as crianças brincarem, de passeio, tranquilidade, mais fresco, de lazer, para descansar a cabeça e para realizar atividade física; que contribui para a qualidade do ar, sombreamento e saúde; diminui a poluição urbana e a temperatura do local e entorno.

QUADRO 19- Conjunto Habitacional Canaã II: importância da área verde para moradores do conjunto habitacional Canaã II

<b>IMPORTÂNCIA DA ÁREA VERDE PARA MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL CANAÃ II</b>	
Para as crianças brincarem	Sombra
Para a qualidade do ar	Diminui a temperatura
Diminuir poluição	Lazer
Local de passeio	Saúde
Local mais fresco	Tranquilidade
Descansar a cabeça	Para realizar atividade física

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A existência e intensidade dos ruídos (de indústria, trânsito, vizinhança, entre outros) é apresentada na tabela 37, onde a população destaca que o conjunto habitacional é tranquilo, pois 76% relataram não existir ruídos que incomodam no dia-a-dia. Dos que consideram

presente os ruídos (24%) classificaram estes em pouco intenso (19%) e intenso (5%). Segundo os moradores os ruídos existentes são provenientes do trânsito nas principais ruas e avenidas do conjunto habitacional.

TABELA 37- Conjunto Habitacional Canaã II: existência e intensidade dos ruídos (de indústria, trânsito, vizinhança, entre outros) no conjunto habitacional, 2015

<b>Ruídos</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Sim (pouco intenso)</b>	42	19
<b>Sim (intenso)</b>	10	5
<b>Sim (muito intenso)</b>	-	-
<b>Não</b>	170	76

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

Sobre os alagamento e enchentes 80% dos moradores consideraram que não é comum estes fatos no conjunto habitacional, enquanto que para 20% estes são existentes, especialmente nas ruas que estão mais próximas ao Ribeirão São José, ou seja, que estão em partes mais baixas do relevo (Tabela 38).

TABELA 38- Conjunto Habitacional Canaã II: existência de alagamento e enchentes, 2015

<b>EXISTENCIA DE ALAGAMENTO E ENCHENTES</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	179	80
<b>Sim</b>	43	20

**Org.: FERREIRA, L. F., 2015.**

As queimadas são frequentes para 57% dos entrevistados, sendo estas resultantes da queima de lixo doméstico e de folhas secas pelos vizinhos, bem como pela empresa que se localiza no entorno do conjunto habitacional (Tabela 39).

TABELA 39- Conjunto Habitacional Canaã II: existência de queimadas frequentes, 2015

<b>EXISTÊNCIA DE QUEIMADAS FREQUENTES</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	95	43
<b>Sim</b>	127	57

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Quanto ao excesso de poeira, 71% dos moradores responderam não existir muita poeira frequentemente no conjunto habitacional, sendo que alegaram que apenas há a poeira comum na estação seca do ano e que prejudicam a toda a cidade e não apenas o local onde vivem. Os outros 29% de moradores consideraram existir o excesso de poeira no ar (Tabela 40).

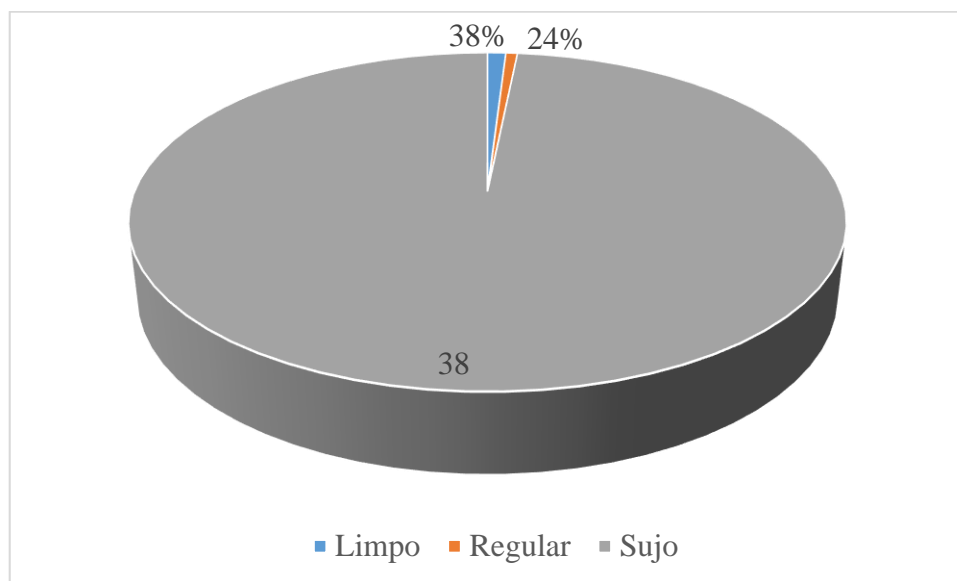
TABELA 40- Conjunto Habitacional Canaã II: excesso de poeira, 2015

<b>EXISTÊNCIA DE EXCESSO DE POEIRA</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	158	71
<b>Sim</b>	64	29

**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

De acordo com o gráfico 04, o conjunto habitacional Canaã II é considerada por 53 dos moradores como sujo (24%), 84 moradores limpo (38%) e 85 moradores regular (38%). Apesar de a maioria dos entrevistados relatar que este é limpo e regular, há para 127 moradores o despejo inadequado de lixo doméstico e de construção nas ruas e em lotes vagos.

GRÁFICO 4- Conjunto Habitacional Canaã II: consideração sobre a limpeza, 2015



**Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

A imagem 37 mostra o despejo inadequado de lixo doméstico, resíduos sólidos e de construção em área verde do conjunto habitacional Canaã II. Por meio de observação e relato dos entrevistados percebe-se que as áreas verdes e institucionais são alvo constante desta prática, pois estas se encontram abandonadas e são vistas como uma forma fácil de se livrar destes tipos de resíduos.

IMAGEM 37- Conjunto Habitacional Canaã II: despejo inadequado de lixo doméstico e de construção em área verde, 2016



Fonte: Ferreira, L. F, 2015

Segundo a percepção ambiental dos moradores do conjunto habitacional Canaã II foi possível conhecer os pontos favoráveis e desfavoráveis, violência, qualidade do ar e água, as ameaças e avaliação do meio ambiente, qualidade de vida dos moradores e atitudes e sugestões a favor do meio ambiente.

Os principais pontos favoráveis no conjunto habitacional, estão apresentados no quadro 19, porém 18% destacaram que não há nada de favorável neste. Entre os pontos favoráveis estão as infraestruturas como creche, padaria, supermercado, sacolão, açougue, transporte coletivo, moradia, farmácia, asfalto das ruas e igreja; os serviços como limpeza, coleta de lixo, abastecimento de água e serviço de esgoto; as relações sociais com a família, vizinho e tranquilidade; e a acessibilidade com a proximidade do conjunto habitacional do centro da cidade (Quadro 20).

QUADRO 20- Conjunto Habitacional Sol Canaã II: pontos favoráveis, 2015

<b>PONTOS FAVORÁVEIS DO CONJUNTO HABITACIONAL CANAÃ II</b>	
<b>INFRAESTRUTURAS</b>	<b>SERVIÇOS</b>
Creche	Limpeza
Padaria	Coleta de lixo
Igreja	Abastecimento de água
Supermercado	Esgoto
Sacolão	<b>RELAÇÕES SOCIAIS E AFETIVAS</b>
Transporte coletivo	Tranquilidade
Casa	Vizinhança/amizade
Farmácia	Família
Açougue	<b>ACESSIBILIDADE</b>
Asfaltamento das ruas	Proximidade com o centro da cidade

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

No quadro 21, foram relatados os pontos desfavoráveis do conjunto habitacional, sendo que 42% não responderam ou destacaram nada de desfavorável. Dentre os pontos desfavoráveis presentes neste conjunto habitacional estão a falta de infraestruturas e serviços como escola, praça, lotérica, locais de lazer e de prática de esporte, posto de saúde e policial, entre outros; fatores que incomodam a população como a violência, drogados, barulho, terrenos vagos; e que precisam de melhorar como o transporte coletivo e ponto de ônibus.



QUADRO 21- Conjunto Habitacional Canaã II: pontos desfavoráveis, 2015

<b>PONTOS DESFAVORÁVEIS DO CONJUNTO HABITACIONAL CANAÃ II</b>	
<b>FALTA DE:</b>	Posto de saúde
Lazer	Quadra de esporte
Escola	Campo de futebol
Comércio	<b>INCOMODA:</b>
Limpeza	Lixo jogado nas áreas institucionais e verde
Eventos culturais	Barulho
Praça	Drogados
Lotérica	Terrenos vagos
Agência bancária	Desmatamento das áreas verdes
Quebra mola	Queimadas
Transporte escolar	Violência
Posto policial	Acidente de trânsito
Área verde	<b>MELHORAR:</b>
Transporte coletivo	O ponto de ônibus
Brinquedos para as crianças	Transporte coletivo
Local para a pratica de atividade fisica	Asfaltamento

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

O conjunto habitacional durante o dia é para 81% dos moradores entrevistados tranquilo, 81% seguro, 81% bonito e 90% agradável. A noite é para 76% moradores tranquilo, 72% seguro, 72% bonito e 76% agradável. Desta forma, percebe-se que o conjunto habitacional no geral para seus moradores pode ser classificado como tranquilo, seguro, bonito e agradável nos períodos do dia e da noite. Como os moradores relataram estar satisfeitos com o conjunto habitacional é possível perceber que está satisfação também ocorre graças ausência de violência, como destacou 62% dos entrevistados (Tabela 41).

TABELA 41- Conjunto Habitacional Canaã II: existe violência no conjunto habitacional?

2015

<b>EXISTE VIOLÊNCIA NO CONJUNTO HABITACIONAL?</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	137	62
<b>Sim</b>	85	38

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

Referente a qualidade do ar no conjunto habitacional 52% consideram que o ar que respiram é poluído e 48% que não é poluído (Tabela 42). Isso mostra a consciência da população quanto aos problemas urbanos que afetam diretamente a saúde e bem-estar da população.

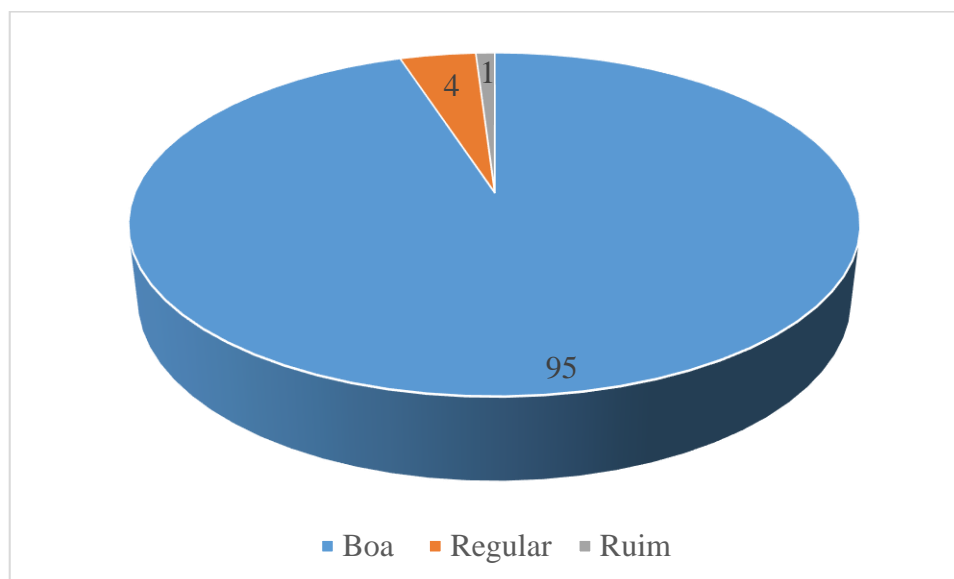
TABELA 42- Conjunto Habitacional Canaã II: Você considera o ar que respira poluído? 2015

<b>VOCÊ CONSIDERA O AR QUE RESPIRA POLUÍDO?</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Não</b>	106	48
<b>Sim</b>	116	52

Org.: FERREIRA, L. F., 2015.

Diferente da qualidade do ar, a qualidade da água de consumo foi avaliada como boa para 211 moradores (95%), sendo que 10 moradores (4%) consideraram regular e 1 morador (1%) ruim, conforme observa-se no gráfico 05. O tratamento de água pela empresa responsável é considerado satisfatório pelos moradores, os quais classificam a água como de qualidade.

GRÁFICO 5- Conjunto Habitacional Canaã II: qualidade da água, 2015



Org.: FERREIRA, L. F., 2015

O quadro 22, apresenta as principais ameaças ao meio ambiente no conjunto habitacional Canaã II. Entre os moradores que responderam a esta questão destaca-se o despejo de lixo na APP, na rua e em locais inapropriados; a poluição, desmatamento, vandalismo, desperdício de água, trânsito, sujeira, falta de lixeira e árvores nas ruas, queimada e dengue.

QUADRO 22- Conjunto Habitacional Canaã II: principais ameaças ao meio ambiente, 2015

AMEAÇAS AO MEIO AMBIENTE DO CONJUNTO HABITACIONAL	
Despejo de lixo na APP	Descarte inadequado de lixo
Desmatamento	Poluição
Vandalismo	Dengue
Desperdício de água	Sujeira
Muito trânsito	Lixo em terreno baldio
Queimada	Falta de lixeiras nas ruas
Lixo na rua	Falta de árvores

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

A avaliação dos moradores do conjunto habitacional Canaã II quanto as questões ambientais (Tabela 43) foi dada em nota de 0 a 5, de acordo com a seguinte escala: 0- péssima; 1- muito ruim; 2- ruim; 3- regular; 4- bom e 5 excelente. Para 49% dos moradores a questão

ambiental mereceu nota 3 (regular), enquanto que para 23% nota 5 (excelente), 23% nota 4 (bom) e 5% nota 2 (ruim). Isso demonstra a satisfação da maioria da população quanto ao local onde vivem, porém também a necessidade de melhorias para que esta nota possa deixar de ser regular e se transformar em apenas excelente.

TABELA 43: Conjunto Habitacional Canaã II: a avaliação das questões ambientais no conjunto habitacional Canaã II, 2015

<b>Escala</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Zero</b>	-	-
<b>Um</b>	-	-
<b>Dois</b>	10	5
<b>Três</b>	108	49
<b>Quatro</b>	52	23
<b>Cinco</b>	52	23

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

As atitudes que os moradores adotam para ajudar o meio ambiente se relacionam a economia de água e energia elétrica, limpeza, coleta de lixo e seletiva, cuidado com a casa, auxílio as pessoas que precisam, plantio de árvores, entre outros (Quadro 23). Percebe-se que os moradores contribuem, significativamente, de alguma forma para a qualidade ambiental do lugar onde vivem.

QUADRO 23- Conjunto Habitacional Canaã II: atitudes que os moradores adotam para ajudar o meio ambiente, 2015

<b>O QUE OS MORADORES FAZEM NO DIA-A-DIA PARA AJUDAR O MEIO AMBIENTE</b>	
Economiza água e energia elétrica	Reutilização da água de lavagem de roupas
Limpeza	Tem jardim em casa
Coleta de lixo	Não joga resto de gordura na pia
Doação para as pessoas que precisam	Evita realizar queimada
Cuida da casa	Não gosta de lixo
Tem grama no quintal e gosta de plantar	Capina do mato da rua
Cuida do quintal	Reciclagem
Recolhe lixo	Planta árvore
Contribui com a coleta seletiva	Tem árvores frutíferas no quintal

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

Quanto a análise da qualidade de vida no conjunto habitacional Canaã II, a maioria dos moradores entrevistados mostraram que estão satisfeitos com o ambiente onde vivem, pois 67% relataram que a qualidade de vida é boa, 28% excelente, 4% regular e 1% péssima (Tabela 44).

TABELA 44- Conjunto habitacional Canaã II: qualidade de vida no conjunto habitacional, 2015

<b>QUALIDADE DE VIDA</b>	<b>Nº ENTREVISTADOS</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
<b>Ótima</b>	63	28
<b>Boa</b>	148	67
<b>Regular</b>	10	4
<b>Péssima</b>	1	1
<b>Não sei</b>	-	-
<b>Não quero responder</b>	-	-

**Fonte:** Pesquisa direta- 2015. **Org.:** FERREIRA, L. F., 2015.

Os moradores que participaram da pesquisa apresentaram sugestões para melhor o meio ambiente onde vivem, ou seja, do conjunto habitacional Canaã II, para que possam ter qualidade ambiental e de vida, como verifica-se no quadro 24.

QUADRO 24- Conjunto Habitacional Canaã II: sugestões para a melhorar da qualidade do meio ambiente no conjunto habitacional Canaã II, 2015

<b>SUGESTÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL NO CONJUNTO HABITACIONAL</b>	
Manter o bairro limpo	Colocar brinquedos para as crianças
Plantar mais árvores	Recolher lixo
Construir farmácia	Construir praça
Construção de campo de futebol	Fazer mais quebra mola
Construir parque infantil	Participar da coleta seletiva
Evitar queimadas	Conscientização da população
Melhorar o transporte coletivo	Respeitar o meio ambiente
Melhorar policiamento	Construir escola
Diminuir poluição	Não poluir os rios
Limpar as ruas e as áreas rurais	Construir quadra esportiva
Assistência a população	Cuidar dos animais
Manter as plantas e não cimentar	Limpeza dos bueiros
Cuidar da área verde	Melhorar asfalto
Ter mais lazer	Colocar mais bueiros
Área para pratica de atividade física	

Org.: FERREIRA, L. F., 2015

As sugestões apresentadas no quadro 24, mostram que os moradores necessitam de infraestruturas e serviços para melhorar o ambiente onde vivem e a sua própria qualidade ambiental, pois consideram que os seres humanos fazem parte deste meio ambiente, bem como são agentes transformadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, cabe algumas considerações que permitam uma reflexão acerca da avaliação da qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II em Ituiutaba, bem como do objetivo e metodologia empregada, dificuldades de realização da pesquisa e das possibilidades futuras que este trabalho pode proporcionar.

Primeiramente, cabe salientar que a solução encontrada para resolver a problemática do déficit habitacional brasileiros pelos governantes foi a construção de moradias de interesse social em conjuntos habitacionais, sendo que foram lançados vários programas habitacionais ao longo da história do país. Na maioria das vezes está medida implantada não foi totalmente eficaz, pelo fato de não oferecer condições adequadas de moradia, pela ausência de locais de lazer, infraestrutura e serviços básicos no bairro.

Destas políticas habitacionais brasileiras o BNH e PMCMV se apresentaram ineficazes tanto no âmbito qualitativo quanto quantitativo, uma vez que não atingiram seu principal objetivo que é o combate ao déficit habitacional do Brasil e melhoria da qualidade ambiental e de vida da população. Além disso, houve críticas que salientaram que os programas não beneficiaram aqueles que realmente precisam, ou seja, a classe pobre, haja visto que construíram moradias inadequadas e deficientes a população.

Diante desta perspectiva, faz-se extremamente necessário salientar a importância dos programas habitacionais proporcionarem moradias de qualidade a população em áreas melhor localizadas no espaço urbano, com toda a infraestrutura e serviços necessários para que esta população consiga se locomover facilmente para o trabalho e para todas as áreas urbanas da cidade, bem como tenham disponíveis escolas, creches, lojas, bancos, transporte público, farmácias, sacolões, posto de saúde, supermercados, áreas e atividades de lazer; assim tendo em seu bairro condições adequadas para a vida.

A cidade de Ituiutaba recebeu ao longo de sua história vários conjuntos habitacionais originários dos programas habitacionais brasileiros, sendo que estes cerca de 30 conjuntos habitacionais são extremamente importantes para a cidade, uma vez que auxiliaram na redução do déficit habitacional do município e contribuíram para a expansão urbana.

A escolha do objeto de estudo foi pertinente para realizar uma comparação entre as políticas habitacionais estudadas, sendo que possibilitou considerar que, apesar de serem

construídos em períodos distintos, ainda apresentam os mesmos problemas, quanto a qualidade das moradias, falta de infraestruturas e serviços básicos. O conjunto habitacional Sol Nascente, mais antigo, se encontra melhor estruturado que o Canaã II, pois ao longo dos anos foi recebendo as melhorias necessárias à população, assim é possível considerar que este também passou pelas mesmas dificuldades iniciais do conjunto habitacional construído mais recentemente.

Por meio dos indicadores socioambientais observados nestes conjuntos habitacionais, foi possível analisar, primeiramente, que ambos estão em conformidades com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766 de 1979, alterada pela Lei nº 9.785 de 1999) onde determina-se que os loteamentos devem conter “áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público” que quando registrados passam a ser de domínio público.

Entender a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II com enfoque em uma análise qualitativa e quantitativa, possibilitou mostrar os aspectos existentes nos conjuntos habitacionais que contribuem e prejudicam o meio ambiente. Utilizando-se da observação e percepção do pesquisador, pautado no conhecimento teórico encontrando em materiais bibliográficos, e do conhecimento, percepção e vivência dos moradores considera-se que o conjunto habitacional Sol Nascente construído durante a vigência do BNH em 1980 e 1982 apresenta uma qualidade ambiental melhor que a do conjunto habitacional Canaã II construído pelo PMCMV em 2009.

Isso se justifica pelo fato de o conjunto habitacional Sol Nascente ser servido de locais de lazer, equipamentos e serviços urbanos básicos, mesmo que de forma insuficiente, tais como campo de futebol, academia ao ar livre, escola, posto de saúde, farmácia popular (em implementação), telefonia, transporte público, asfaltamento das ruas, energia elétrica, água encanada, rede de esgoto; comércios e serviços diversificados desenvolvidos pelos próprios moradores.

Enquanto isso o conjunto habitacional Canaã II não apresenta praticamente nenhuma área pública para lazer da população, assim como infraestruturas e serviços públicos básicos, existindo os locais destinadas a estes fins, os quais se encontram em estado de abandono e tornam-se um problema para a qualidade ambiental e de vida da população. Apesar disso, cabe salientar que o bairro foi entregue com serviços de rede de esgoto sanitário, asfaltamento, água encanada, telefonia pública, energia elétrica e que apresenta em menor quantidade e diversidade comércios e prestações de serviços desenvolvidos pelos próprios moradores.



Quanto a limpeza o Conjunto Habitacional Sol Nascente se apresentou para o pesquisar e população como limpo, porém destaca-se que verificou-se o despejo inadequado de lixo, resíduos sólidos e de construção em lotes vagos e zonas periféricas do bairro, bem como a ausência de lixeiras nas portas de algumas residências que são importantes para evitar que o lixo seja remexido por animais.

No conjunto habitacional Canaã II o problema do despejo de lixo, resíduos sólidos e de construção é bastante evidente tanto para o pesquisador quanto para a população. Estes resíduos estão presentes nas ruas, avenidas, lotes vagos, áreas institucionais e verdes, podendo ser atribuído a ausência de lixeiras nas portas das casas e pela falta de conscientização da população quanto ao descarte adequado. Como o bairro é recente e há reformas e ampliações sendo realizadas constantemente nas moradias, a população descarta os resíduos de construção em áreas vazias, uma vez que consideram que é uma forma mais rápida e fácil de se livrar destes.

A acessibilidade de ambos os conjuntos habitacionais se encontra deficiente para os moradores devido à ausência (Sol Nascente) e carência (Canaã II) de rampas de acesso nas calçadas e em locais públicos que dificulta ou não permite o acesso para deficientes físicos, idosos e gestantes, bem como pelo padrão de construção das calçadas, as quais possuem elevações e de degraus.

A importância do centro da cidade é representativa para os moradores de ambos os conjuntos habitacionais, principalmente para serviços bancários, sendo que para estes não é um problema a distância do bairro ao centro nem mesmo as condições das vias de acesso.

Sobre o transporte para a locomoção no dia-a-dia, apesar de grande parte dos moradores disporem de meios próprios, não descarta-se a importância do transporte públicos para uma parcela significativa dos moradores, o que se apresenta conforme os relatos indivíduos, como deficiente e lento.

As queimadas segundo a percepção da população é mais frequente no conjunto habitacional Canaã II, esta desencadeia problemas respiratório, agravada pelo tempo seco, especialmente, em crianças e idosos que possuem a saúde mais frágil. Os responsáveis por estes elemento comprometedor da qualidade ambiental é a própria população que não se conscientiza quantos aos danos desta prática na saúde e bem-estar da população.

Em ambos os conjuntos habitacionais o problema da poeira no ar não foi destacado pela maioria dos moradores, porém teve representação, sendo que no conjunto habitacional Sol Nascente a principal fonte de poeira foi proveniente dos leilões de gado e da construção de

novos bairros do entorno e no conjunto habitacional Canaã II da área rural e da empresa do entorno.

As enchentes e alagamentos não são comuns em ambos os conjuntos habitacionais, tendo apenas alguns casos em que ocorre, não se configurando como um problema que prejudica a qualidade ambiental da população.

A qualidade da água de consumo diário em ambos é satisfatória, sendo que o este serviços atendem aos anseios dos moradores. Quanto a percepção da qualidade do ar os moradores consideram que está adequado, porém reconhecem que há presença de poluentes neste que comprometem a saúde, através de problemas respiratório.

Em comparação entre os dois conjunto habitacional estudados, o Sol Nascente apresenta maior arborização nas ruas, uma vez que na porta das residências já existem uma quantidade de árvores maior e desenvolvidas, cuja a contribuição para o conforto térmico e sombreamento são valiosíssimas. No Canaã II é recente o plantio de árvores nas calçadas, sendo que estas estão pequenas.

Observa-se que o conjunto habitacional Canaã II apresenta uma área verde maior que a do Sol Nascente e que esta faz parte da APP do Ribeirão São José cujos os impactos da ocupação do entorno já podem ser percebidos através do despejo de lixo, resíduos sólidos e de construção, enquanto que no outro conjunto habitacional a área verde está sem plantas, árvores e funcionalidade para a população.

O perfil dos moradores do conjunto habitacional Sol Nascente destacou que a população que vive neste e composta de pessoas idosas que requer um tratamento especial nos aspectos relacionado a saúde e bem-estar. Já no conjunto habitacional Canaã II encontra-se um maior número de população ativa que trabalha e necessita também de um olhar para a saúde não apenas física, mas também mental, havendo para isso da necessidade de atividade de lazer e entretenimento, bem como de uma ambiente saudável.

Foi possível analisar também que o nível econômico da população residente dos conjuntos habitacionais estudados permaneceu igual, ou seja, na faixa de 1 a 3 salários mínimos, tendo poucos casos em que aumentou a renda para mais de 3 salário, não existindo uma modificação quanto a classe social da população.

Sobre a moradia verificou-se que os conjuntos habitacionais estão cumprindo com o seu papel de provimento habitacional, sendo que em alguns casos as moradias já são fonte de

rendimentos financeiros para as famílias, através da implantação de comércio e serviços de prestação de serviços, assim como o aluguel das moradias.

Por meio da percepção ambiental que “[...] está relacionada a uma série de conceitos que refletem as ações das pessoas dos diversos ambientes por eles usados, bem como as percepções elaboradas sobre tais ambientes” (BASSANI, 2001, p.52) foi possível diagnosticar que a população tem conhecimento dos problemas existentes neste conjuntos habitacionais, bem como das soluções para as ações que comprometem a qualidade ambiental do bairro. Os problemas verificados nestes conjuntos habitacionais que comprometem a qualidade ambiental são resultados das deficiências de infraestruturas e serviços básicos e de lazer, bem como das ações da população que comprometem o próprio espaço de vivência. Desta forma, cabe uma ação conjunta dos órgãos públicos e da população frente aos aspectos negativos presentes neste conjuntos habitacionais, a fim de criar um ambiente saudável e que promova a qualidade ambiental de seus moradores.

Durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa as dificuldades encontradas restringem-se a falta de documentos e informações sobre a história dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, bem como a dificuldade de acesso aos documentos. Ressalta-se também a resistência dos moradores em participar da pesquisa e a quantidade de casas sem moradores no momento da aplicação dos questionários, o que demandou que o pesquisador voltassem em outros horários e dias para encontrar os moradores destas residências.

Analisar a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, respectivamente, construídos pelo BNH e PMCMV, foi o objetivo fundamental deste trabalho. Está análise da qualidade ambiental foi pautada em dois momentos diferentes, sendo primeiramente a observação dos elementos determinantes de qualidade ambiental pelo pesquisador e a avaliação e percepção da qualidade ambiental segundo o olhar dos moradores dos conjuntos habitacionais.

Através desta observação do pesquisador foi possível detectar a realmente existente nos conjuntos habitacionais estudados quanto ao uso do solo, existência de áreas verdes, equipamentos públicos, serviços e lazer importantes para a qualidade ambiental. Não foi possível realizar uma análise considerando todos os possíveis indicadores socioambientais, optando por aquelas mais representativos e que foram considerados de maior risco ao meio ambiente e aos moradores. A percepção ambiental dos moradores trouxe uma visão individual e social, pautada na vivência e experiência, conforme os valores, crenças e relações estabelecidas no lugar pela população.

O referencial teórico foi adequado e importante para esta pesquisa, sendo que foi primordial para a caracterização do tema trabalhado, para a estruturação da metodologia e para a descrição, explicação e análise dos resultados sobre a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais.

Por meio da metodologia da pesquisa pautada nas obras sobre a temática; coleta de dados: trabalho de campo, pesquisa documental, observação direta e questionários de qualidade e percepção ambiental; elaboração de mapas, cartogramas, gráficos quadros e tabelas produto da coleta de dados, foi possível analisar a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II, se mostrando satisfatória, pois conseguiu-se atingir o esperado quanto ao objetivo do trabalho.

Há perspectivas futuras para a pesquisa, após a conclusão deste trabalho pretende-se continuar a investigação sobre a qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais estudados durante o doutorado e desenvolver projetos de educação ambiental para a conscientização da população residentes nestes conjuntos habitacionais, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental no bairro.

Espera-se que esta pesquisa, venha contribuir para a melhoria da qualidade ambiental dos conjuntos habitacionais Sol Nascente e Canaã II em Ituiutaba/MG, principalmente, na qualidade de vida de seus moradores e que servirá de apoio aos órgãos públicos e a comunidade local, na proposição de ações para diminuir os riscos ambientais e evitar que surja maiores problemas de saúde a população.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. **Loteamentos Clandestinos**. Disponível em: <[http://www.verbojuridico.com/doutrina/2009/joaoalves\\_loteamentosclandestinos.pdf](http://www.verbojuridico.com/doutrina/2009/joaoalves_loteamentosclandestinos.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2013.
- AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.p.428.
- AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, out./dez.1988. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/9391/8458>>. Acesso em: 09 fev. 2015.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder:** da Fundação Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BARBOUR, A. M. A. **Jornalismo Ambiental**. Disponível em:< <http://www.cpap.embrapa.br/teses/online/MON02.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2015.
- BARON, C. M. P. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs. **Revista Tópos, Presidente Prudente**, v. 5, n. 2. 2011. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2287/2092>> Acesso em: 15 mai. 2014.
- BASSANI, M. Fatores psicológicos da percepção da qualidade ambiental. In: MAIA N.B. et. Al (Org). Indicadores ambientais: conceitos e aplicações. São Paulo: Educ, 2001.
- BENINI, S. M.; MARTIN, E. S. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, v. 2, n. 17, 2010. Disponível:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/455/489>> Acesso em: 10 dez. 2015.
- BEVENGHA, B. M. M. **Conjuntos habitacionais, espaço livres e paisagens:** apresentando o processo de implantação, uso e de avaliação de espaço livres urbanos. 2011. 251 f. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:< [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde.../Bruna\\_Benvenga.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde.../Bruna_Benvenga.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2015.

BONDUKI, N. **Origem da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade-FAPESP, 1998. 344 p.

BORJA, P. C. **Metodologia para a avaliação da qualidade ambiental urbana em nível local.** Disponível em: < <http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/impactos/peru/braiaa222.pdf> > Acesso em: 16 dez. 2015.

BOTEGA, L. R. A política habitacional no Brasil (1930-1990). **Revista Revela**, Praia Grande, n. 2, 2008. Disponível em: < <http://www.fals.com.br/revela14/politicahabitacional.pdf> > Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. **Avanços e desafios:** Política Nacional de Habitação. Brasília. 2010. 96 p.

BRASIL. **Cotação do dólar em 1977.** Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx> > Acesso em: 12 dez. 2015.

BRASIL. **Minha Casa Minha Vida é o maior programa de interesse social da América Latina, diz Dilma.** Disponível em: < <http://blog.planalto.gov.br/assunto/minha-casa-minha-vida/> > Acesso em: 25 set. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) > Acesso em: 25 set. 2015.

BRASIL. **Lei Federal 6.766 de dezembro de 1979.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm) >. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.424 de junho de 2011.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm) >. Acesso em: 10 jul. 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm) >. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 4.380 de agosto de 1964.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm) >. Acesso em: 10 jul. 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.17- 65.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p. Disponível em:<[http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/12759\\_o-lugar-no-do-mundo.pdf](http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/12759_o-lugar-no-do-mundo.pdf)>  
Acesso em: 01 abr. 2015.

CARMO, E. C. **A Política Habitacional no Brasil Pós Plano Real (1995-2002) - Diretrizes, princípios, produção e financiamentos**: uma análise centrada na atuação da Caixa Econômica Federal. 2006. 207 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia, Universidade Estadual Paulista de Campinas, Campinas, 2006.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção dos conhecimentos**. Campinas/SP: Editora Papirus. 2012.192 p.

COELHO, J. G. M.; MONTEIRO, L. J. P.; SOUZA, J. G. M.; DIAS, C. G. B. T. Asfalto ambientalmente correto: uma nova tendência de mercado. Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, XXXIX, Blumenau, **Anais....**, 2011.

COIMBRA, J. A.; A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB, 1985. 204 p.

\_\_\_\_\_. **Habitação a experiência brasileira**. 129p.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L (org). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.p.15-47.

CORRÊA, R. L. Espaço Urbano. **Revista Geosul**, Florianópolis, n.2, jul./dez. 1986. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12551/11859>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

CORDEIRO, J. C. **A promoção da saúde e a estratégia de cidades saudáveis**: um estudo de caso no Recife – Pernambuco. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008. Disponível em:<<http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3898/2/000016.pdf>> .Acesso em: 3 set. 2015.

COSTA, L. Memória descritiva do Plano Piloto. In: COSTA, L. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 283 – 295.

COSTA, R. S. A intricada relação entre os direitos à moradia e meio ambiente equilibrado. **Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, n.68, 2013. Disponível em:< <http://www.ssantosrodrigues.com.br/wp-content/themes/santosrodrigues/artigos/2013-04-FDUA-02.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

DAHER, M. P. **O meio ambiente e o desenvolvimento como direitos fundamentais: uma conciliação possível**. 2009. 146 f. Dissertações (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2009. Disponível em:< <http://www.dominipublico.gov.br/download/teste/arqs/cp104923.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

DALFOVO, M.S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4. 2008. Disponível em:< [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodos\\_quantitativos\\_e\\_qualitativos\\_um\\_resgate\\_teorico.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 26 maio 2014.

DEL RIO, V. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 266 p.

DIOGO, É. C. C. **Habitação social no contexto da reabilitação urbana da área central de São Paulo**. 2004. 171f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:< [http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/diogo\\_mestrado\\_habcontexto.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/diogo_mestrado_habcontexto.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015.

ELALI, G. A; PINHEIRO, J. Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: VILLA, S. B.; ORNSTEIN, S. W. (org.). **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de textos. 2013. 400 p.

ELTZ, M. Reforma do Código Florestal: um breve histórico de nossa legislação pregressa. Disponível em:< <http://sf778676b3fd01cf0.jimcontent.com/download/version/1305644148/module/5403716569/name/Reforma%20do%20C%C3%B3digo%20Florestal.pdf>> Acesso em: 10 set. 2015.

FERNANDES, R. S. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Disponível em:< [http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao\\_Ambiental.pdf](http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf)> Acesso em: 20 Jan. 2016.



FRECK, M.P.A.; LEAL, O. F.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira Psiquiatria**, v.21, n.1, São Paulo, 1999. Disponível em:<  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44461999000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100006)> Acesso em: 15 set. 2015.

FONSECA, R.C.V. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil S. A, 2009.92 p.

FERRARA, L. D. Percepção ambiental e cidadania. In: RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org) **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.p.61-80.

FORTUNATO, R. A. **A Sustentabilidade na habitação de interesse social**: Estudos de caso em reassentamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida no Núcleo Urbano Central da Região Metropolitana de Curitiba - municípios de Curitiba e Fazenda Rio Grande. 360f. Tese (Doutorado em meio ambiente e desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

GALLERT, A. Z.; LOUREIRO, D. G.; SILVEIRA, M. R. B.; SOUZA, R. C. **Subjetividade na pesquisa qualitativa: uma aproximação da produção teórica de González Rey**. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18055/18055.PDF> Acesso em: 10 set. 2015.

GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 23 jul.2015.

GURGEL, M. **Projetando espaços: guia de arquitetura para áreas residenciais**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2004.

HORNUNG, B. L. S.; FIALA, T. **O histórico do Código Florestal Brasileiro**. Disponível em:< <http://www.santacruz.br/ojs/index.php/JICEX/article/download/561/671>>Acesso em: 1 Ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Físico do Município de Ituiutaba**. 1970. p. 105.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados\\_subnormais/agsn2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

IBGE. **Histórico de Ituiutaba/MG**. Disponível em: [http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=313420&search=minas-gerais%7Cituiutaba%7Cinphographics:-history&lang=\\_EN](http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=313420&search=minas-gerais%7Cituiutaba%7Cinphographics:-history&lang=_EN) >. Acesso em: 12 nov. 2015.

IBGE. **Estimativa Populacional de Ituiutaba/MG**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=313420&idtema=119&search=minas-gerais|ituiutaba|estimativa-da-populacao-2015>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

KATS, D. **Configurações espaciais da interface entre os habitantes e a natureza da cidade: o caso da favela de Paraisópolis**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/057.pdf](http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/057.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2015.

KEINERT, T. M. M.; KEINERT, R. C.; FEFFERMANN. **Pesquisa de percepção da qualidade de vida em Santo André/SP**. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/iisipeq/anais/pdf/gt2/08.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano**. 1972. Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm>> Acesso em: 10 set. 2015.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez editora, 2001. 239 p.

LIMA, V. **A Sociedade e a Natureza na paisagem urbana: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental**. 2013. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/13/dr/valeria.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/13/dr/valeria.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2015.

LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A.L.B.; FIALHO, N.O ; DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na Conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, II, São Luiz, 1994. **Anais...** p. 539-550.

LIMA, M. **A influência da dimensão, configuração e localização de conjuntos habitacionais na interação social**. 2011. 269 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/38945>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

LIMA, V. **Análise da qualidade ambiental na cidade de Osvaldo Cruz/SP**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007. Disponível em:< [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96691/lima\\_v\\_me\\_prud.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96691/lima_v_me_prud.pdf?sequence=1)> . Acesso em: 16 abr. 2015.

LUENGO, G. Elementos para la definición y evaluación de la calidad ambiental urbana: una propuesta teórico-metodológica. In: Seminário Latinoamericano de Calidad de Vida Urbana, Tandil (Argentina), **Anais...** Tandil, 1998.p.9.

MAGRINI, A. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2001. Disponível em:< <http://www.sbpe.org.br/socios/download.php?id=156>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7.ed. São Paulo: Atual, 1997. 79 p.

MASSON, I. **A gestão ambiental participativa: possibilidades e limites de um processo de múltiplas relações**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87278/205417.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> .Acesso em: 20 mai. 2015.

MEDEIROS, S. R. F. Q. **BNH: Outras perspectivas**. Disponível em:< <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

MENDES, P. C.; QUEIROZ, A. T. Caracterização climática do município de Ituiutaba-MG. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (ORG.). **Geografia do Brasil Central: enfoque teórico e particularidades regionais**.Uberlândia: Assis Editora. 2011.p.333-353.

MINAKI, M.; AMORIN M. C. C. T.; MARTIN, E. S. Ensaio teórico–metodológico sobre áreas verdes aplicado a um estudo de caso: diagnóstico dos referenciais terminológicos e a realidade in loco. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.13, 2006. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/834/848>>. Acesso em: 26 set. 2015.

MINAKI, C.; AMORIM, M. C. C. T. Espaços urbanos e qualidade ambiental - Um enfoque da paisagem, **Revista Formação**, Presidente Prudente, v.1, n.14, 2007. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/699/722>> Acesso em: 23 jan. 2014.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Revista Ciência e Saúde**, Porto Alegre, v.5, n. 1, 2000. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>> Acesso em: 26 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MINAKI C.; AMORIM, M. C. C. T. Análise da qualidade ambiental urbana. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 24, jan./abr. 2012. Disponível em:< <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/648/409>> Acesso em: 05 jan. 2016.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília. 2004. 108 p. Disponível em:< <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2015.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R.. **Considerações sobre as políticas habitacionais brasileiras**. Disponível em:< <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografia politica/04.pdf>> Acesso em: 05 dez, 2014.

MOURA, G. G. **Imagens e Representações da periferia de Uberlândia [MG]: um estudo de caso do setor oeste**. 2003. 319f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NASCIMENTO, P. A. G.; Melo, N. A. Ituiutaba (MG): reflexões sobre sua atuação, Rio de Janeiro, o na rede urbana regional a partir dos serviços de saúde e educação, **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, jun./ dez. 2011. Disponível em:< <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/2479/1742>> Acesso em: Mar. 2015

NASCIMENTO, P. A. G.; Melo, N. Ituiutaba (MG): os agentes econômicos e a (re)estruturação da cidade na rede urbana regional. **Revista Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/download/4431/5119>>. Acesso em: 20 set. 2015.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2 ed. Curitiba, 2008, p. 158.

NUCCI, J. C. Metodologia para a avaliação da qualidade ambiental urbana. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 2, p. 209-224, 1998. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/viewFile/53740/57703>> Acesso em: 10 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p.71-93.

OLIVEIRA, B. S. **ITUIUTABA (MG) NA REDE URBANA TIJUCANA:** (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. 2003. 202f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, H. C. M. **Urbanização e cidades:** análises da Microrregião de Ituiutaba (MG). 2013. 431 f. Tese (Doutor em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL). Geneva: WHO;1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol.html>> Acesso em: 10 set 2015

PÁDUA, L. C. T. **A geografia de Yi-Fu Tuan:** essências e perspectivas. 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-09122013-114313/pt-br.php>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de vida do idoso**: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião. 2000. 263 f. Dissertação (Mestrado em Medicina), Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-09112001-162639/pt-br.php>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

PASSOS, P. N. C. A. Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente, **Revistas Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 6, 2009. Disponível em:< <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/18-19-1-pb.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, Bahia, v.27, n.53, jun. 2007. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2015.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.10, n. 1, jul./dez. 2012. Disponível em:< [http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522/pdf\\_28](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522/pdf_28)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

Prefeitura de Ituiutaba entrega Conjunto Buritis no dia 29 de março. **Jornal do Pontal**, Ituiutaba, 26 mar. 2011. Disponível em < <http://www.jornaldopontal.com.br/index.php?ac=news&id=4686>> Acesso em: ago.2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Histórico**. Disponível em:< <http://www.ituiutaba.mg.gov.br/>>Acesso em: 10 mai. 2015.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE ITUIUTABA. **Conjunto habitacional Sol Nascente**. 2015

SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Santa Cruz do Sul. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1, n.1, jul. 2009. Disponível em:< [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/pesquisa\\_documental\\_pistas\\_teoricas\\_e\\_metodologicas.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf)> Acesso em: 15 set. 2015.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, Rio de Janeiro, mar./abr. 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto. 2000.p.80.

SOUTO, T. S. **Caracterização da produção agropecuária do município de Ituiutaba, MG no período de 1960 a 2011**. 2013. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013. Disponível em:< <http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Thales%20Silveira%20Souto.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/doc/226198537/01-Richardson-Pesquisa-Social-MCtodos-e-TCcnicas-pdf-PdfCompressor-643562>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

RODRIGUES, V. P. **Percepção ambiental dos usuários da avenida Beira Rio na cidade de Itumbiara-GO**. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em:< <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/4467/1/PercepcaoAmbientalUsuarios.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 74 p.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.132 p.

SANTOS, L. C. S.; SANTOS, J. C. A precarização do trabalhador migrante piauiense nas agroindústrias canavieiras da Microrregião Geográfica de Ituiutaba, (MG). In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, VII, 2014, Vitória. **Anais....**, Vitória, 2014.

SANTOS, C. H. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. 1999. Disponível em:< [http://ftp.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/politicas\\_federais\\_de\\_habitacao\\_no\\_brasil\\_\\_\\_1964\\_1998.pdf](http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/politicas_federais_de_habitacao_no_brasil___1964_1998.pdf)> Acesso em: 15 dez 2014.

SANTOS, R. O. Periferias urbanas: ensaio de síntese da produção teórica brasileira. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, X, Florianópolis. **Anais...** 2007.

BAY, A. M. C; SILVA, V. P. Percepção ambiental de moradores do bairro de liberdade de Parnamirim/RN sobre esgotamento sanitário, **Revista Holos**, Rio Grande do Norte, v.3, 2011. Disponível em:< [file:///C:/Users/Leilaine/Downloads/381-1895-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Leilaine/Downloads/381-1895-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em: 10 jun. 2015.

SILVA, L. S.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas, **Revista Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 19. n. 1. 2008. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8708/6459>>. Acesso em: 15 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Michaelis: o dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=subjetivo>>. Acesso em: 10 jun.2015.

TANAKA, O. Y.; MELO, C. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente: um modo de fazer**. São Paulo: Edusp, 2001. 83 p.

\_\_\_\_\_. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: GONZÁLEZ REY, F.L. **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

TEIXEIRA, C. S. et al. Qualidade de vida do trabalhador: discussão conceitual. **Revista Efdeportes**, Buenos Aires, v.14, n. 136, set. 2009. Disponível em:< <http://www.efdeportes.com/efd136/qualidade-de-vida-do-trabalhador.htm>>. Acesso em: 15 set. 2015.

TERENCE, A. C. F.; FILHO, E. E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Fortaleza/CE. **Anais...**Fortaleza. 2006. p.1-9.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003. 688 p.

VALLE, C. E. **Qualidade Ambiental: O desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente**. São Paulo: Pioneira, 1995, 105 p.



VITTE, C.C. S. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, C. C. S.; KEINERT, T. M. M. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

WESTPHAL, M. F.; MENDES, R. Cidade Saudável: uma experiência de Interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n.6, nov./dez. 2000. Disponível em:<  
[http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/File/9\\_texto\\_cidade\\_saudavel.pdf](http://www.natal.rn.gov.br/sempla/paginas/File/9_texto_cidade_saudavel.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015.

ZANATTA, J. A.; COSTA, M. L. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais. **Revista Estudos em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.12, n.2. 2012. Disponível em:<  
<http://www.revispsi.uerj.br/v12n2/artigos/pdf/v12n2a02.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

**ANEXOS:**

## QUESTIONÁRIO DE ANÁLISE DA QUALIDADE E PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Conj. Habitacional: ( ) Sol Nascente ( ) Canaã II

Endereço do domicílio: \_\_\_\_\_

### 1-PERFIL DO ENTREVISTADO:

- A) Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino  
 B) Idade: ( ) menor de 18 ( ) 18 a 30 ( ) 31 a 49 ( ) Mais de 50 anos  
 C) Situação profissional atual: ( ) empregado ( ) desempregado ( ) aposentado  
 D) Qual a renda familiar? ( ) menos de 1 salário ( ) de 1 a 3 salários ( ) de 3 a 6 salários ( ) mais de 6 salários

### 2-BAIRRO E MORADIA:

- A) Há quanto tempo moram no bairro? \_\_\_\_\_  
 B) Quantas pessoas vivem na casa? \_\_\_\_\_  
 C) Mora em imóvel: ( ) próprio ( ) alugado ( ) cedido ( ) ocupado ( ) invadido

### 3- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS NO BAIRRO:

- A) O seu bairro tem:
- |                      |                               |                    |                     |
|----------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|
| ( ) luz elétrica     | ( ) associação de moradores   | ( ) coleta de lixo | ( ) lojas de roupas |
| ( ) restaurantes     | ( ) lojas de eletrodomésticos | ( ) farmácias      | ( ) depósito de gás |
| ( ) bancos           | ( ) correio                   | ( ) supermercados  | ( ) açougue         |
| ( ) hospitais        | ( ) escolas                   | ( ) sacolão        | ( ) coleta seletiva |
| ( ) água encanada    | ( ) creche                    | ( ) posto policial | ( ) outros? _____   |
| ( ) telefone público | ( ) rede de esgoto sanitário  | ( ) posto de saúde |                     |
| ( ) asfalto          | ( ) transporte coletivo       | ( ) dentistas      |                     |

- B) No dia-a-dia você utiliza para se locomover:  
 ( ) bicicleta ( ) moto-táxi ( ) ônibus (coletivo) ( ) moto ( ) carro ( ) taxi ( ) à pé  
 C) As ruas do bairro e para o centro da cidade são: ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins  
 D) Quanto tempo você gasta do seu bairro para o centro:  
 ( ) menos de 1 hora ( ) 1 hora ( ) 2 horas ( ) mais de 2 horas  
 E) O local onde trabalha é: ( ) no bairro ( ) em outro bairro ( ) centro ( ) fora da cidade  
 F) O senhor (a) precisa ir constantemente ao centro da cidade para adquirir bens e serviços:  
 ( ) Sim ( ) Não

### 4- QUALIDADE AMBIENTAL

- A) Como você classificaria a arborização do seu bairro?  
 ( ) muito arborizada ( ) razoavelmente arborizada ( ) pouco arborizada  
 B) Existe área(s) verde(s) em seu bairro? ( ) Sim. \_\_\_\_\_ ( ) Não  
 C) Quais os espaço públicos livres que existem em seu bairro? ( ) Praça ( ) Parque infantil ( ) Quadra esportiva ( ) Campo de futebol ( ) Outros \_\_\_\_\_  
 D) Há espaços de lazer: ( ) Não ( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_  
 E) Há muitos ruídos (de indústria, trânsito, vizinhança, entre outros) no seu bairro?  
 ( ) Sim (pouco intenso) ( ) Sim (intenso) ( ) Sim (muito intenso) ( ) Não  
 F) Quando chove em seu bairro há enchentes ou alagamento: ( ) Sim ( ) Não  
 J) No bairro há: Queimadas frequentes: ( ) Sim ( ) Não  
 Excesso de poeira no ar: ( ) Sim ( ) Não  
 Despejo inadequado de lixo doméstico e de construção: ( ) Sim ( ) Não

### 5- PERCEPÇÃO AMBIENTAL

- A) Como o senhor (a) considera a sua qualidade de vida no bairro onde mora?  
☐ Ótima ☐ Boa ☐ Regular ☐ Péssima ☐ Não sei ☐ Não quero responder
- B) Cite dois pontos favoráveis do bairro: \_\_\_\_\_
- C) Cite dois pontos desfavoráveis do bairro: \_\_\_\_\_
- D) Quais as maiores ameaças, na sua opinião, ao meio ambiente em seu bairro?  
 \_\_\_\_\_
- E) Qual o tipo de poluição (visual, sonora, ar, solo e água) que mais te incomoda no bairro?  
 \_\_\_\_\_
- F) Você se sente afetado pelos ruídos (trânsito, indústria, vizinhos) em seu bairro?  
☐ Sim ☐ Não
- G) Como você considera as condições de segurança em seu bairro?  
☐ ótimas ☐ muito boas ☐ ruins ☐ péssimas
- H) Você considera seu bairro violento? ☐ Sim ☐ Não
- I) Sobre o ar que respira, você considera que é poluído: ☐ Sim ☐ Não
- J) Sobre a qualidade da água que consome: ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim
- K) Sobre a limpeza do bairro você o considera: ☐ Limpo ☐ Regular ☐ Sujo
- L) O que o senhor (a) faz para ajudar o meio ambiente de seu bairro?  
 \_\_\_\_\_
- M) De 0 a 5, que nota você daria para questões relativas ao meio ambiente no seu bairro?  
**Escala: 0- péssima; 1- muito ruim, 2- ruim, 3- regular, 4- bom, 5- excelente.**  
☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
- N) Na sua opinião, qual a importância das áreas verdes no bairro? \_\_\_\_\_
- O) Como é seu bairro durante o dia?  
☐ tranquilo ☐ barulhento  
☐ seguro ☐ inseguro  
☐ bonito ☐ feio  
☐ agradável ☐ desagradável
- P) Como é seu bairro durante a noite?  
☐ tranquilo ☐ barulhento  
☐ seguro ☐ inseguro  
☐ bonito ☐ feio  
☐ agradável ☐ desagradável
- Q) O que o senhor (a) acha que poderiam ser feito no bairro para melhorar a qualidade do meio ambiente?